

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**O ESTADÃO E A PRESIDENTE: O EDITORIAL COMO
ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Glivia Guimarães Nunes

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

O ESTADÃO E A PRESIDENTE: O EDITORIAL COMO ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO

Glivia Guimarães Nunes

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras.**

Orientadora: Profa. Dr. Sara Regina Scotta Cabral

Santa Maria, RS, Brasil

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Nunes, Glivia Guimarães
O ESTADÃO E A PRESIDENTE: O EDITORIAL COMO ESTRATÉGIA
DE AVALIAÇÃO / Glivia Guimarães Nunes.-2014.
156 p.; 30cm

Orientadora: Sara Regina Scotta Cabral
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2014

1. Sistema de Avaliatividade 2. Julgamento 3. Dilma
Rousseff 4. Editorial I. Scotta Cabral, Sara Regina II.
Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**O ESTADÃO E A PRESIDENTE: O EDITORIAL COMO
ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO**

elaborada por
Glivia Guimarães Nunes

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Letras

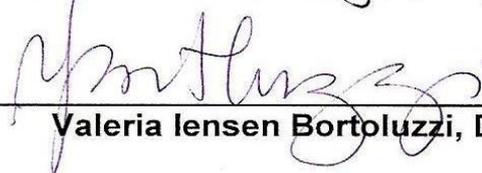
Comissão Examinadora:



Sara Regina Scotta Cabral, Dr (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Maria Otilia Guimarães Ninin, Dr (UNIP-SP/PUC-SP)



Valeria lensen Bortoluzzi, Dr (UNIFRA)

Santa Maria, 28 de fevereiro de 2014

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

O ESTADÃO E A PRESIDENTE: O EDITORIAL COMO ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO

AUTORA: GLIVIA GUIMARÃES NUNES
ORIENTADORA: SARA REGINA SCOTTA CABRAL
Data e Local: Santa Maria, 28 de fevereiro de 2014

Em nosso cotidiano, comumente avaliamos, positiva ou negativamente, os objetos, os eventos e os indivíduos e seus comportamentos. Há, pois, recursos linguísticos que utilizamos nessas avaliações e que são categorizados por uma abordagem que tem origem na Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; HASAN 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), denominada Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), que embasa teoricamente este estudo, e, por conta disso, os conceitos são aqui abordados. Esse Sistema elabora uma taxonomia que objetiva dar conta dos valores individuais e coletivos compartilhados em um grupo social. A Valoração, como foi inicialmente conhecida, abrange três subsistemas: atitude, engajamento e gradação. A atitude envolve o afeto, o julgamento e a apreciação; o engajamento pode ser monoglóssico ou heteroglóssico; a gradação compreende a força e o foco. Este estudo está voltado a uma das categorias da atitude: o julgamento. Essa categoria é responsável por avaliar o comportamento das pessoas, levando em consideração valores de estima social (capacidade, tenacidade e normalidade) e de sanção social (propriedade e veracidade). Neste estudo, abordamos também questões relativas à mídia, aos gêneros do discurso, com ênfase nos gêneros do jornal, especialmente no editorial, já que buscamos, com esta pesquisa, analisar como os recursos linguísticos são empregados em editoriais, no que se refere à expressão de julgamento em relação ao desempenho da Presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Esses editoriais foram publicados no portal de notícias de um renomado jornal brasileiro, O Estado de S. Paulo, entre os meses de abril e julho de 2012, sendo o *corpus* constituído de treze textos. A pesquisa que aqui desenvolvemos é qualiquantitativa, e as análises têm cunho textual e semântico-interpretativo. Os resultados apontam para o predomínio de julgamentos negativos em relação ao desempenho da Presidente Dilma Rousseff, prevalecendo avaliações de estima social, sobretudo de capacidade. As avaliações são, predominantemente, explícitas e sugerem a interpretação de que a Presidente não está preparada para administrar o Brasil.

Palavras-chave: Sistema de Avaliatividade; Julgamento; Dilma Rousseff; Editorial.

ABSTRACT

Master Thesis
Post-Graduation Program in Linguistics
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

ESTADÃO AND THE PRESIDENT: THE EDITORIAL AS AN EVALUATION STRATEGY

AUTHOR: GLIVIA GUIMARÃES NUNES
ADVISOR: SARA REGINA SCOTTA CABRAL
Place and Date: Santa Maria, February, 28th, 2014.

In our daily lives, we generally assess, positively or negatively, the objects, the events and the individuals and their behavior. There are, therefore, linguistic resources that we use in such evaluations and which are categorized by an approach originated from Systemic-Functional Linguistic (HALLIDAY; HASAN 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), denominated Appraisal (MARTIN; WHITE, 2005), which was the theoretical base of this study, and, because of that, the concepts are approached here. This system elaborates a taxonomy that aims to assess the collective and individual values shared in a social group. The Assessment, as it was initially known, covers three sub-systems: attitude, engagement, and graduation. Attitude involves the affect, the judgement and the appreciation; the engagement can be monoglossic or heteroglossic; the graduation comprehends the force and the focus. This study works on one of the categories of attitude: the judgment. This category is responsible for assessing people's behavior, taking into account values of social esteem (capacity, tenacity and normality) and of social sanction (property and veracity). In this study, we also approach issues related to the media and discourse genres, with emphasis on the newspaper's genre, especially the editorial, since we aim, with this study, to analyze how the linguistic resources are used in such genres, when it comes to the judgment expression concerning the performance of the President of Brazil, Dilma Rousseff. These editorials have been published in a renowned Brazilian news portal, O Estado de S. Paulo, between April and July 2012, being their corpus constituted of thirteen texts. The research being developed here is quali-quantitative and the analyses have textual and semantic-interpretative nature. The results show the predominance of negative evaluations in relation to Presidente Dilma Rousseff's performance, with social esteem evaluations prevailing, mainly of capacity. The evaluations are, mostly, explicit and suggest the interpretation that the President is not ready to administrate Brazil.

Key-words: Appraisal; Judgement; Dilma Rousseff; Editorial.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-------------|--|----|
| Figura 1 - | Realização (estrato, ranking e metafunção). Fonte: MARTIN (2009, p. 556)..... | 28 |
| Figura 2 - | Realização (linguagem, registro e gênero). Fonte: MARTIN (2009, p. 557)..... | 29 |
| Figura 3 - | Instanciação como uma hierarquia de generalização. Fonte: MARTIN, 2009 (Adaptado por RODRIGUES, 2013, p. 72)..... | 30 |
| Figura 4 - | Individuação como uma hierarquia de afiliação e alocação. Fonte: MARTIN, 2009 (Adaptado por RODRIGUES, 2013, p. 74)..... | 32 |
| Figura 5 - | Sistemas semânticos interpessoais e variável Relação. Fonte: Adaptado de MARTIN; WHITE, 2005, p.34..... | 35 |
| Figura 6 - | Modalidade e polaridade. Fonte: Adaptado de HALLIDAY, 1994..... | 40 |
| Figura 7 - | Julgamento e modalidade. Fonte: Adaptado de MARTIN; WHITE, 2005, p. 54, com base em IEDEMA; WHITE, 1994..... | 55 |
| Figura 8 - | Julgamento e apreciação como afeto institucionalizado. Fonte: VIAN JR., 2009, p. 112..... | 56 |
| Figura 9 - | Estima e Sanção – Avaliações Positivas e Negativas (elaborado pela autora)..... | 73 |
| Figura 10 - | Estima e Sanção – Avaliações Explícitas e Implícitas (elaborado pela autora)..... | 87 |
| Figura 11 - | Resultados finais: valor e modo de ativação das avaliações (elaborado pela autora)..... | 97 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|------------|--|----|
| Quadro 1 - | Matriz de estratificação/instanciação de Halliday. Fonte: MARTIN, 2009 (Adaptado por RODRIGUES, 2013, p. 71)..... | 30 |
| Quadro 2 - | Dar e solicitar bens e serviços ou informação. Fonte: Adaptado de HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 107..... | 36 |
| Quadro 3 - | Funções de fala e respostas. Fonte: Adaptado de HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 108..... | 37 |
| Quadro 4 - | Escolhas de funções de fala e realizações de MODO. Fonte: Adaptado de MARTIN; MATTHIESSEN; PAINTER, 2010, p. 57..... | 38 |
| Quadro 5 - | O afeto e as estruturas gramaticais. Fonte: Adaptado de MARTIN; WHITE, 2005, p. 46..... | 43 |
| Quadro 6 - | Categorização do julgamento. Fonte: Adaptado de MARTIN; WHITE, 2005, p.53)..... | 54 |
| Quadro 7 - | Corpus de análise (elaborado pela autora)..... | 63 |
| Quadro 8 - | Sistematização dos resultados (elaborado pela autora)..... | 70 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| CAPÍTULO 1 – MÍDIA, DISCURSO E GÊNERO | 12 |
| 1.1 Mídia e Discurso | 12 |
| 1.2 Gêneros do discurso..... | 16 |
| 1.2.1 Editorial | 20 |
| CAPÍTULO 2 - LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL E AVALIATIVIDADE | 25 |
| 2.1 O lugar do Sistema de Avaliatividade na LSF..... | 25 |
| 2.1.1 Hierarquia na linguagem | 27 |
| 2.1.2 Estratificação da linguagem e semântica do discurso | 33 |
| 2.1.3 Metafunção interpessoal | 35 |
| 2.2 O Sistema de Avaliatividade e seus subsistemas | 41 |
| 2.2.1 Atitude | 42 |
| 2.2.1.1 Julgamento..... | 49 |
| CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA | 60 |
| 3.1 Universo de análise..... | 60 |
| 3.2 Seleção do <i>corpus</i> | 62 |
| 3.3 Procedimentos de análise dos dados | 64 |
| CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO | 66 |
| 4.1 Configuração Contextual..... | 66 |
| 4.2 Sistematização dos resultados | 69 |
| 4.2.1 Julgamento: avaliações positivas e negativas | 72 |
| 4.2.1.1 Julgamento de Estima Social | 74 |
| 4.2.1.2 Julgamento de Sanção Social | 81 |
| 4.2.2 Julgamento quanto ao modo de ativação: avaliações explícitas e implícitas. | 86 |
| 4.2.2.1 Julgamento de Estima Social | 87 |
| 4.2.2.2 Julgamento de Sanção Social | 92 |
| 4.3 Valor das avaliações e posição de leitura | 96 |
| 4.4 Dilma Rousseff e o julgamento do Estadão: uma análise semântico - interpretativa..... | 98 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 102 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 108 |
| APÊNDICES | 114 |
| ANEXOS | 131 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho de dissertação de mestrado está vinculado à Linha de Pesquisa “Linguagem no Contexto Social”, bem como ao grupo de pesquisa “Linguagem como Prática Social” (no CNPq), do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Essa linha de pesquisa tem desenvolvido estudos voltados para a linguagem em uso nos mais diversos contextos, caracterizados por práticas sociais e culturais distintas. Este estudo está também vinculado aos projetos Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (CABRAL, 2010) e Avaliatividade e Discurso (CABRAL, 2009), desenvolvidos sob a coordenação da orientadora desta pesquisa, Profa. Dr. Sara Regina Scotta Cabral.

O Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, com registro no GAP nº 026308, reúne pesquisadores cujo objetivo é o desenvolvimento de estudos que analisem e descrevam a Língua Portuguesa em contextos variados. O projeto Avaliatividade e Discurso, com registro no GAP nº 025376, busca investigar os sistemas de Avaliatividade em textos jornalísticos, com especial atenção aos gêneros opinativos.

Este trabalho apresenta essa vinculação, pois almejamos investigar ocorrências de uma categoria avaliativa em textos jornalísticos, de caráter opinativo, que são produzidos no contexto midiático. Fairclough (1995, p.2) afirma que a mídia tem “o poder para influenciar conhecimentos, crenças, valores, relações sociais e identidades sociais¹”. Compreendemos, então, que o papel da mídia não se restringe a apenas comunicar algo. Há em jogo questões ideológicas, tendo em vista que determinado acontecimento é veiculado da maneira como a mídia deseja, com o intuito de persuadir o seu público.

É importante destacar que diversos pesquisadores têm se preocupado com o uso da linguagem em diferentes contextos. A fim de exemplo, citamos trabalhos desenvolvidos com base na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de Halliday e Hasan (1989), Halliday (1994), Halliday e Matthiessen (2004), entre outros: Vian Jr. (2002) dedicou-se ao contexto educacional, Bortoluzzi (2008) preocupou-se com o contexto jurídico, e Cabral (2007) contemplou o contexto midiático. Assim, o estudo do contexto social é muito importante na medida em que, conforme Halliday (1989),

¹ The power to influence knowledge, beliefs, values, social relations, social identities.

o texto é constituído de significado, pois consiste em uma unidade semântica que é sempre influenciada por seu contexto. De acordo com o autor, “os contextos precedem os textos”² (HALLIDAY, 1989, p.5). Nos estudos da linguagem, ao desenvolvermos análises cujo objeto é o texto, faz-se necessário investigar como ocorre essa influência e/ou em que aspectos os textos variam de acordo com o contexto em que são utilizados.

Tendo em vista que nos preocupamos com o modo como a avaliação é expressa linguisticamente em textos de caráter opinativo do contexto midiático, destacamos que a avaliação é entendida aqui como a capacidade de o falante/escritor exprimir a sua opinião acerca de um fato, de uma pessoa ou de um objeto. Para Hunston e Thompson (2003), estudar a avaliação é investigar o ponto de vista do falante/escritor, e a expressão da opinião é uma importante característica da linguagem.

A partir disso, adotamos, como embasamento teórico deste trabalho, o Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), abordagem que constrói uma taxonomia que busca dar conta dos valores individuais e coletivos compartilhados em um determinado grupo social. Segundo Martin e White (2005, p. 1), essa abordagem está preocupada com o fato de “como escritores/falantes aprovam e desaprovam, entusiasmam-se ou abominam, aplaudem ou criticam, e como eles induzem seus leitores/ouvintes a fazerem igualmente”³. Além disso, Martin e White (2005) explicam que a Avaliatividade dedica-se ao estudo de textos elaborados por comunidades que socializam sentimentos e valores e ao estudo de recursos linguísticos para compartilhar emoções, gostos e avaliações normativas. Essa abordagem se assenta na LSF.

A LSF identifica três metafunções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual. A Avaliatividade é realizada pela metafunção interpessoal, que se encarrega das relações entre os participantes do evento comunicativo. A Avaliatividade está preocupada com as relações interpessoais. Assim, o foco dessa abordagem é a avaliação.

Com base nisso, o tema deste estudo é o emprego dos recursos linguísticos em editoriais no que diz respeito à expressão de julgamentos em relação ao

² [...] contexts precede texts.

³ [...] como writers/speakers approve and disapprove, enthuse and abhor, applaud and criticise, and with how they position their readers/listeners to do likewise.

desempenho da Presidente da República, Dilma Rousseff. A partir desse tema, nossa pergunta de pesquisa é a seguinte: como os recursos linguísticos são empregados em editoriais a fim de manifestar julgamentos sobre o desempenho da Presidente Dilma Rousseff?

O objetivo geral deste estudo é analisar como os recursos linguísticos são empregados em editoriais, no que se refere à expressão de julgamento em relação ao desempenho da Presidente Dilma Rousseff. O *corpus* de análise é constituído de treze editoriais publicados no portal de notícias de um renomado jornal brasileiro, O Estado de S. Paulo, entre os meses de abril e julho de 2012. A partir desse objetivo geral, originaram-se outros quatro objetivos específicos, a saber:

- 1) Descrever o contexto de situação que perpassa os editoriais que compõem o *corpus*;
- 2) Verificar, no *corpus* de análise, os itens léxico-gramaticais e semântico-discursivos que realizam a categoria semântica de julgamento, do Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005);
- 3) Identificar quais categorias de julgamento são mais frequentes no *corpus*, considerando aquelas utilizadas para avaliar o desempenho da Presidente Dilma Rousseff;
- 4) Constatar como as ocorrências dessas categorias de julgamento contribuem para avaliar o desempenho da Presidente.

Escolhemos, para análise, o editorial, pois é um gênero que prioriza a avaliação e que expressa a opinião de um órgão da imprensa, neste caso, do jornal O Estado de S. Paulo. Entendemos que analisar o gênero editorial pode ser pertinente, já que podemos evidenciar como o editorialista emprega a linguagem de modo a reunir leitores para que acreditem nas ideias defendidas por ele e por sua instituição e, com isso, esses leitores passem a adotar tais posições para si, refletindo-as em suas ações na sociedade. Além disso, estudos acerca do gênero editorial, segundo Rebelo (1999, p. 2), podem “trazer para a sala de aula uma discussão mais crítica sobre os discursos veiculados pela mídia, servindo de ponto de referência para a produção e leitura mais eficientes de textos pelos alunos”.

A escolha por investigar manifestações de julgamento sobre o comportamento da Presidente Dilma Rousseff justifica-se por ser ela a primeira mulher Presidente do Brasil e por ter representatividade no país e no exterior, sendo, inclusive, eleita, em

2013, a segunda mulher mais poderosa do mundo⁴. Acreditamos que, em função das mudanças sociais, as mulheres, cada vez mais, têm se inserido no mercado de trabalho e têm ocupado cargos públicos. Nossa posição coincide com a de Barbara e Gomes (2010, p. 68), quando afirmam que “mulheres em cargos públicos constantemente tornam-se alvo de postura e comentários que não são feitos aos homens que ocupam os mesmos cargos”. Somado a isso, está o fato de esses editoriais, que versam sobre o desempenho de Dilma Rousseff, terem sido publicados em um veículo pertencente a um tradicional jornal brasileiro, O Estado de S. Paulo, que tem, segundo Mundim (2013), uma posição ideológica antipetista; isto é, contrária ao partido político da Presidente da República (o Partido dos Trabalhadores, PT).

O trabalho está estruturado em Introdução, quatro capítulos centrais e Considerações Finais. O Capítulo 1 – Mídia, Discurso e Gênero - apresenta reflexões acerca da mídia, enfatizando a mídia jornalística. Além disso, nesse capítulo, é explorada a concepção de gênero discursivo que adotamos, focalizando nos gêneros jornalísticos, com ênfase no editorial. O Capítulo 2 - Linguística Sistêmico-Funcional e Avaliatividade - situa o Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005) dentro da Linguística Sistêmico-Funcional (HASAN, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), descrevendo essas abordagens e detalhando o subsistema atitude e suas categorias semânticas, com ênfase no julgamento.

O Capítulo 3 – Metodologia - apresenta os métodos e as etapas que adotamos para a realização deste estudo. Nesse capítulo, descrevemos nosso universo de análise, as características do nosso *corpus* e os procedimentos que utilizamos em nossa pesquisa.

Já o Capítulo 4 – Resultados – expõe a Configuração Contextual (HASAN, 1989) dos textos analisados, a sistematização dos resultados (onde detalhamos os resultados obtidos em cada categoria de julgamento), e a análise semântico-interpretativa (RODRIGUES, 2013), elaborada a partir da interpretação dos dados que obtivemos.

⁴ De acordo com o *ranking* anual da revista *Forbes*, divulgado em 22/05/13. Disponível em: <<http://www.forbes.com/power-women/>>

Por fim, nas Considerações Finais, expomos as conclusões a que chegamos com este estudo.

CAPÍTULO 1 – MÍDIA, DISCURSO E GÊNERO

Neste capítulo, apresentamos algumas reflexões sobre a mídia e seu discurso, incluindo os gêneros jornalísticos e nos detendo no gênero editorial. O capítulo está dividido em duas seções: 1.1 Mídia e discurso e 1.2 Gêneros do discurso, que engloba a seção 1.2.1 Editorial.

1.1 Mídia e Discurso

Para vivermos em sociedade, nós, seres humanos, necessitamos produzir e trocar informações e significados simbólicos o tempo todo. Essa socialização se faz necessária desde as épocas mais longínquas, por meio de gestos e de outras manifestações primitivas da linguagem, até os dias de hoje, com o advento e os avanços da tecnologia. Com isso, desde os períodos mais remotos da humanidade, “a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social” (THOMPSON, 1998, p. 19).

Os modos de comunicação e interação passaram por grandes mudanças, devido ao desenvolvimento das organizações da mídia. Com o aparecimento de instituições com vistas à comunicação (a partir da segunda metade do século XV – último período da Idade Média e início da era moderna), as quais visavam a inovações técnicas, os significados simbólicos passaram a ser tratados como mercadorias, sendo “produzidas e reproduzidas em escala sempre em expansão” (THOMPSON, 1998, p. 19). A respeito da mercantilização de informações pela mídia, Fairclough (1995, p. 42) assim se posiciona:

Textos e programas da mídia são originados dessa perspectiva simbólica, de mercadorias culturais, produzidas no que é efetivamente uma indústria cultural, que circulam por lucro dentro de um mercado, e elas são muito abertas aos efeitos de pressões comerciais ⁵.

⁵ Media texts and programmes are from this perspective symbolic, cultural commodities, produced in what is effectively a culture industry, which circulate for profit within a market, and they are very much open to the effects of commercial pressures.

A mídia alterou, no mundo moderno, o processo de produção, troca e armazenamento desses significados simbólicos, cujo acesso se tornou mais fácil a todos os sujeitos, situados em lugares e tempos distintos. Podemos afirmar, então, que o surgimento da mídia deu origem a mudanças econômicas, políticas e simbólicas que determinaram a nossa condição atual.

Hoje, entendemos que a mídia engloba os mais diversos meios envolvidos pelo universo da comunicação (televisão, rádio, computador, jornal, revista, etc.). É digital e impressa e tem como principais propósitos o armazenamento, a transmissão e a disseminação de informações, caracterizando-se por uma forte orientação política e econômica, já que é dominada por instituições que têm poder sobre ela. A mídia corresponde ao “universo da comunicação, indicando a pluralidade de meios aí presentes” (PERNISA JR., 2002).

Fairclough (1995, p. 37) explica que a comunicação em massa tem propriedades temporais e espaciais que ambientam um evento comunicativo e que, dessa forma, a “mídia de massa pode, na verdade, ser vista como uma cadeia de eventos comunicativos”⁶, de modo que une os eventos do domínio público com os do domínio privado de consumo e recepção da mídia. As formas de comunicação em massa envolvem uma grande diversidade de práticas sociais das esferas da política, da educação e da lei (Ibidem, p. 41). De acordo com Cabral (2007, p. 20), a mídia “envolve tanto produtores quanto consumidores que ou se engajam ou se desengajam com os significados mediados, ao mesmo tempo em que desenvolvem a experiência social”. Por ela, transitam e são reproduzidos valores, crenças, ideologias e conhecimentos da sociedade.

O termo mídia tem sua origem no latim (*media*) e significa, na língua portuguesa, *meios*. Segundo Silverstone (2002), a mídia consiste em um processo de mediação. Essa mediação, no entanto, não está limitada apenas a mediar o contato entre leitores/espectadores e textos midiáticos. É fundamental compreender que a mídia abrange seus produtores, bem como consumidores, e que a mediação “implica o movimento de significado de um texto para o outro, de um discurso para o outro, de um evento para o outro [...] a constante transformação de significados, em

⁶ [...] the mass media can actually be seen as a *chain* of communicative events.

grande e pequena escala, importante e desimportante” (Ibid., 2002, p.33), considerando que os textos da mídia e os que versam sobre ela circulam nas diversas formas (escrita, oral e audiovisual) e nós contribuímos para a sua produção. A mediação, por conseguinte, está justamente na capacidade de circulação de significado que a mídia possui.

Para Thompson (1998, p. 19), a mídia é substancialmente cultural, tendo em vista que está “preocupada tanto com o caráter significativo das formas simbólicas, quanto com a sua contextualização social”. Com isso, o autor pretende esclarecer que os materiais produzidos, armazenados e colocados em circulação pelos meios de comunicação fazem sentido, ou melhor, apropriando-se dos termos do autor, são “significativos” aos sujeitos que os produzem e aos que os recebem. Além disso, a comunicação da mídia é estabelecida em contextos sociais organizados de diferentes modos, “produzindo impacto na comunicação que ocorre” (Ibid., 1998, p. 19).

Segundo Fairclough (1995), o que a mídia transfere está sempre “sob controle profissional e institucional, e, em geral, são aqueles que já têm outras formas de poder econômico, político e cultural que têm o melhor acesso aos meios de comunicação⁷” (p. 40). O discurso da mídia constitui-se, portanto, de relações de poder.

Nesse sentido, entendemos que a mídia compreende um lugar de lutas, cujo discurso reproduz as ideologias dominantes, de modo que atua como formadora e propagadora de opiniões. A vida das pessoas é cada vez mais regulada, moldada, pela mídia. Muitas vezes, o indivíduo opta por aquilo que é divulgado pelos meios de comunicação como um modelo para a construção da sua própria identidade.

Silverstone (2002) argumenta que a mídia desperta confiança, segurança, nos seus leitores/espectadores. Segundo o autor, ela consiste em “sistemas abstratos em que confiamos, que reforçam nossa prontidão a confiar em outros sistemas abstratos e fornecem uma estrutura para confiarmos uns nos outros” (p.223). Para ele, confiamos na mídia porque “temos confiança de que ela está sempre aí, e entramos em pânico quando ela falha” (Ibid., p. 221). A mídia tem papel importante, pois é através dela que somos informados acerca dos acontecimentos no mundo, conforme articula o autor:

⁷ [...] under professional and institutional control, and in general it is those who already have others forms of economics, political or cultural power that have the best access to the media [...]

Contamos com ela para informação sobre o mundo ao qual não teríamos acesso sem ela, e somos reconfortados pelas familiaridades reiterativas de noticiários e novelas: personagens que conhecemos, locutores cujas vozes reconhecemos, estruturas de programação que entendemos, podemos prever e essencialmente tratamos como corriqueiras. [...] A mídia está sempre conosco. Como primeiro plano e também como pano de fundo. Noticiários de ponta a ponta, mesmo no mundo fragmentário do cabo e do satélite, podem ser vistos como uma tentativa de preservar esse papel: televisão eterna, jamais fora do alcance, sempre aí (SILVERSTONE, 2002, p. 221 - 222).

Fairclough (1995) se dedica a estudar a questão de como a mídia de massa afeta e como é afetada pelas relações de poder em um sistema social. Para o autor, representações, identidades e relações são muito importantes quando se investiga essa questão considerando que “o trabalho ideológico da linguagem da mídia inclui formas particulares de representação do mundo [...], construções particulares de identidades sociais [...] e construções particulares de relações sociais⁸” (p. 12). As representações em textos midiáticos podem funcionar de maneira ideológica, considerando a colaboração na reprodução de relações sociais de dominação e exploração.

Para Fairclough (1995), a linguagem da mídia é influenciada por duas tensões existentes. Uma delas é a tensão entre informação e entretenimento, a outra é a tensão entre público e privado. Essas tensões são decorrentes de a mídia ser cada vez mais um espaço para realização do *marketing*, ou seja, por ser cada vez mais “marquetizada” e, além disso, de os assuntos públicos serem cada vez mais conversacionalizados. A marquetização afeta, além da mídia, outros domínios da vida social, como educação, saúde, arte, entre outros. A conversacionalização consiste em uma maneira de usar a linguagem com o objetivo de se “aproximar” do povo, procurando naturalizar as relações entre o locutor e seus interlocutores. Esse processo está diretamente relacionado “à tentativa de desfazer a assimetria que existe entre sociedade civil e as instituições políticas, com base em uma distribuição desigual de recursos e papéis” (CABRAL, 2007, p. 21).

Em relação ao discurso da mídia, Fairclough (1995) afirma haver três efeitos provocados por ele: sistema de conhecimento e crença (representações), identidades sociais e relações entre os participantes. O autor associa esses efeitos a

⁸ [...] the ideological work of media language includes particular ways of representing the world [...], particular constructions of social identities [...], and particular constructions of social relations [...].

duas metafunções da linguagem da gramática sistêmico-funcional da seguinte maneira: o sistema de conhecimento e crença relaciona-se com a metafunção ideacional e as identidades sociais e relações entre os participantes com a metafunção interpessoal. Fairclough defende a importância de se estudar a linguagem da mídia como discurso, pois é empregada em situações reais de uso.

Neste estudo, interessamo-nos especialmente pela mídia jornalística. Entendemos o jornalismo como uma atividade profissional que se dispõe a averiguar, buscar e compilar informações, de modo a noticiá-las ao público através dos meios de comunicação de massa. Essa atividade é desenvolvida por meio de suportes impressos e digitais. Para Rossi (1998),

o jornalismo, independente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa (p. 7).

O jornalismo tem a função de mediação entre as esferas pública e privada e, por isso, “deve atender a questões de responsabilidade social, de prestação de serviço e de ética na sua prática diária” (CABRAL, 2007, p. 25). Com base nisso, na próxima seção, versaremos sobre os gêneros da esfera jornalística, enfatizando o editorial. Antes disso, explicaremos a concepção de gênero do discurso que orienta este estudo.

1.2 Gêneros do discurso

Adotamos, nesta pesquisa, a concepção de gênero como ação social, que provém dos estudos sobre gêneros da Nova Retórica, teoria de origem norte-americana que tem Carolyn Miller como um de seus maiores nomes. De acordo com Hyon (1996, p. 296), os estudiosos dessa tradição “têm focado mais nos contextos situacionais em que os gêneros ocorrem do que em suas formas e têm dado ênfase

especial ao propósito social, ou *ações*, que esses gêneros executam dentro dessas situações⁹. Ou seja, a abordagem norte-americana analisa os gêneros considerando, principalmente, a sua finalidade, a função que desempenham socialmente, as ações que realizam na situação imediata em que são empregados. O foco dessa tradição é, portanto, nos aspectos funcionais e contextuais dos gêneros, que são classificados com base na prática retórica.

Miller (1984) investiga o gênero e sua relação com uma situação recorrente, concebendo-o como uma ação retórica tipificada, que, ao mesmo tempo em que possui características padronizadas, apresenta variações que são específicas da situação imediata em que está funcionando. A autora entende que não é possível calcular o número de gêneros que existem, pois “o número de gêneros atuais em qualquer sociedade é indeterminado e depende da complexidade e diversidade da sociedade¹⁰” (p. 163). Com base nisso, apresenta as cinco características particulares dessa compreensão de gênero:

1. Gênero refere-se a uma categoria convencional de discurso baseado em uma tipificação de larga escala da ação retórica; como ação, adquire significado da situação e do contexto social em que essa situação surgiu.
2. Como ação significativa, o gênero é interpretável por meio de regras, regras de gênero ocorrem em um nível relativamente alto de uma hierarquia de regras para interação simbólica.
3. Gênero é distinto da forma: forma é o termo geral mais usado em todos os níveis da hierarquia. Gênero é a forma em um nível particular, isto é, uma fusão de formas de nível inferior e substância característica.
4. Gênero serve como substância de formas em níveis mais elevados; como padrões recorrentes de uso da língua, gêneros ajudam a constituir a substância da nossa vida cultural.
5. Um gênero é um meio retórico para mediar intenções particulares e exigência social; motivado por conectar o privado com o público, o singular com o recorrente¹¹ (MILLER, 1984, p. 163).

⁹ [...] have focused more on the situational contexts in which occur than on their forms and have placed special emphases on the social purposes, or *actions*, that these genres fulfill within these situations [...]

¹⁰ [...] the number of genres current in any society is indeterminate and depends upon the complexity and diversity of the society.

¹¹ 1. Genre refers to a conventional category of discourse based in large-scale typification of rhetorical action; as action, it acquires meaning from situation and from the social context in which that situation arose. 2. As meaningful action, genre is interpretable by means of rules; genre rules occur at a relatively high level on a hierarchy of rules for symbolic interaction. 3. Genre is distinct from form: form is the more general term used at all levels of the hierarchy. Genre is a form at one particular level that is a fusion of lower-level forms and characteristic substance. 4. Genre serves as the substance of forms at higher levels; as recurrent patterns of language use, genres help constitute the substance of our cultural life. 5. A genre is a rhetorical means for mediating private intentions and social exigence; it motivates by connecting the private with the public, the singular with the recurrent.

Para Bakhtin (2003, p. 262), os gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados”. O autor explica que todo e qualquer enunciado é um gênero, ou seja, está inscrito nele, de modo que os gêneros emergem da interação social. Bakhtin considera os gêneros muito heterogêneos e dados ao falante, e não criados por ele. Além disso, explica que os gêneros se constituem historicamente, a partir das situações de interação social, nas diferentes instâncias da comunicação discursiva, e essas situações são relativamente estáveis.

Conforme Bazerman (2006), quando textos são produzidos, fatos sociais são, igualmente, produzidos. O autor entende que os gêneros se organizam em sistemas de atividades humanas, dentro dos quais conjuntos de gêneros específicos de determinada esfera circulam. De acordo com ele, “ao criar formas tipificadas ou gêneros, também somos levados a tipificar as situações nas quais nos encontramos” (BAZERMAN, 2006, p. 29). Segundo o autor, a definição de gênero apenas em termos formais é bastante limitadora e desconsidera o papel das pessoas no uso e na produção de sentido.

Bazerman (2006) explica que devemos compreender os gêneros como “fenômenos de reconhecimento psicossocial que são parte de processos de atividades socialmente organizadas” (p.31); são aquilo que seus usuários reconhecem como usados por eles e pelos outros, são fatos sociais relativos aos tipos de atos de fala que os indivíduos realizam e como esses atos de fala são realizados por eles. O autor afirma que os gêneros surgem “nos processos sociais em que pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos” (BAZERMAN, 2006, p. 31). Os gêneros integram a maneira como as pessoas desenvolvem as atividades sociais.

Entendemos que os gêneros têm a capacidade de transformar o grupo social em que estão inseridos e que muitos são os que circulam na esfera jornalística, inclusive o editorial, gênero que constitui o *corpus* de nossa pesquisa. Fowler (1991) compreende que existem gêneros distintos nos jornais, tais como editoriais, revisões, reportagens da área financeira, entre muitos outros. Segundo o autor, os gêneros apresentam estratégias textuais que conduzem os leitores a aguardar dele uma determinada experiência discursiva.

Melo (1994) explica que os gêneros do jornal possuem estilo próprio, caracterizado pelo modo como os jornalistas fazem uso da língua, como se

expressam, o que é bastante peculiar. A isso se soma o objetivo desses profissionais, que consiste em fazer da leitura do seu texto algo atraente e motivador ao leitor. Para o autor, há duas vertentes que classificam os gêneros: a reprodução do real (que corresponde à informação) e a leitura do real (que se refere à opinião). Com base nisso, Melo (1994) divide os gêneros do jornal em gêneros de jornalismo informativo e os de jornalismo opinativo. Os informativos compreendem a nota, a notícia, a reportagem, a entrevista, o serviço e a enquete (estes dois últimos foram acrescentados em MELO, 2006). Os gêneros de caráter opinativo, por sua vez, abrangem o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta.

Chaparro (1998) expõe que, ao classificar os gêneros do jornal, pensar no paradigma opinião/informação é um equívoco. O autor explica que “o jornalismo não se divide, mas constrói-se com informações e opiniões” (p. 100). Além disso, Chaparro (1998, p. 101) afirma:

Não há como ajustar as formas discursivas do jornalismo ao critério que divide os textos em *informativos* e *opinativos* – até por serem coisas de esferas diferentes: na teoria dos gêneros, a divisão dos textos em classes e tipos (artigo, notícia, reportagem, entrevista, crônica...) resulta da diversidade nas estruturas externas, identificando formas; já as propriedades informativas e opinativas das mensagens são como que substâncias na natureza do jornalismo, no sentido em que se constituem suportes que permanecem na totalidade da acção jornalística, quer se relate ou se comente a actualidade.

Com isso, torna-se evidente a divergência entre as posições de Melo (1994) e Chaparro (1998) no que diz respeito à categorização dos gêneros do jornal em informativos e opinativos. Partimos do pressuposto de que todo uso da linguagem, de certa forma, é avaliativo; no entanto, acreditamos que há gêneros cujo teor avaliativo é bastante acentuado (como o editorial, por exemplo). Com base nesse ponto de vista, entendemos que a classificação proposta por Melo (1994) é mais adequada aos propósitos de nosso trabalho.

Bonini (2003) também se dedicou a estudar os gêneros da esfera jornalística, investigando quais são os gêneros do jornal, como se constituem e como funcionam nesse veículo. Nesse estudo, o autor obtém um inventário inicial dos gêneros do ambiente do jornal. Dessa forma, classifica, inicialmente, os gêneros em dois grandes grupos: os que estão na atividade jornalística e os que estão no jornal. Os

gêneros do jornal são divididos em centrais e periféricos. Os gêneros centrais são categorizados como presos ou livres e, por fim, os gêneros livres classificam-se em autônomos ou conjugados.

Para o autor, os gêneros de atividade jornalística são aqueles que estão no âmbito de produção do jornal (a reunião de pauta, a pauta, a coletiva: entrevista). Os gêneros no jornal são os que aparecem nesse veículo propriamente dito. Os gêneros centrais presos são aqueles que estruturam o jornal, como a carta do leitor, o editorial, a chamada, o índice, entre outros. Os gêneros centrais livres são os que colocam o jornal em funcionamento e podem ser autônomos (constroem unidades textuais autônomas ou prevaletentes em blocos de textos, como o artigo, a notícia, a reportagem, a charge, entre outros) e conjugados (que consistem em anexos, apêndices de outros gêneros; é o caso, por exemplo, do mapa, da cronologia, da ficha técnica, da caricatura, entre outros). Por fim, os gêneros periféricos são aqueles que se relacionam com fins comunicacionais e sociais, como o anúncio, a propaganda, o aviso, a receita, o horóscopo, entre outros. A seguir, apresentamos algumas colocações acerca do gênero editorial.

1.2.1 Editorial

Dentre os gêneros da esfera jornalística, está o editorial. De acordo com Melo (1994), o editorial, caracteristicamente político-social, consiste no “gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (p. 95). Rebelo (1999) afirma que “esse gênero tem por função apresentar a posição de cada jornal sobre assuntos que estão em voga no noticiário do momento” (p. 1 - 2). Para Rystrom (1993, p. 3), “um papel do editorial é reforçar e ajudar a esclarecer as opiniões que já estão mantidas. Outra função é chamar a atenção da comunidade para os problemas, projetos e situações e pressionar para

ação comunitária”¹². Fowler (1991, p. 209) garante que é característico do editorial “sugerir uma ‘voz’ distinta para o jornal”¹³.

Segundo Souza (2006), o editorial é “um gênero específico usado pelos jornais e revistas para persuadir seus leitores a verem os fatos do modo como a instituição jornalística considera adequado” (p. 64), organizando sua estrutura argumentativa com vistas a essa intenção. Já que o jornalismo tem como principal característica a informação, a autora afirma que “um editorial opina, julga, mas, por sua vez, também informa e relata” (Ibid., p. 61).

O editorial é um gênero de responsabilidade da instituição que o publica. Santana (2007) explica que “o editorial exige um espírito de responsabilidade por parte dos que se envolvem na sua produção e edição, porque expõe a imagem do jornal como um todo” (p. 78). Fowler afirma que o gênero tem a “preocupação de ressaltar o caráter julgamental do discurso”¹⁴ (1991, p. 221). Para o autor, os editoriais “ilustram um discurso de poder institucional no sentido que ele emana, e por sua vez, ajudam a construir a autoridade afirmada do jornal”¹⁵ (FOWLER, 1991, p. 221).

Melo (1994) distingue o editorial de pequenas e médias empresas daquele publicado em grandes empresas. Segundo o autor, o editorial só manifesta a opinião do dono ou emissora de radiodifusão em casos de médias organizações ou pequenas empresas, onde o proprietário concentra em suas mãos o controle financeiro da empresa. No entanto, em sociedades capitalistas, “o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais mas o consenso de opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização” (MELO, 1994, p. 96). Nas grandes empresas, há, além dos acionistas majoritários, os financiadores, os quais compram seu espaço e têm influência e poder ideológico no veículo de comunicação. Além dessas instâncias, Melo (1994) salienta que existem os “braços do aparelho burocrático do Estado que exerce

¹² One role of the editorial is to reinforce and help clarify opinions that are already held. Another role is to call the attention of the community to problems, projects and situations and to press for community action.

¹³ [...] to suggest a distinctive ‘voice’ for the newspaper [...]

¹⁴ [...] concern to highlight the judgemental character of discourse [...]

¹⁵ [...] illustrate a discourse of institutional Power in the sense that is emanates from, and in turn helps construct, the newspaper’s claimed authority.

grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro” (p. 96).

Por conta disso, Melo (1994) classifica o editorial como um espaço de contradições, na medida em que seu discurso associa diferentes posições políticas. Para o autor, a vocação do editorial “é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana” (p. 96). Nas sociedades que têm opinião pública independente, autônoma, o editorial é orientado à coletividade, à opinião pública. A esse respeito, o autor afirma que, no Brasil, “os editoriais difundidos pelas empresas jornalísticas, embora se dirijam formalmente à ‘opinião pública’, na verdade, encerram uma relação de diálogo com o Estado” (Ibid., p. 97). Com base nisso, Melo (1994) manifesta-se acerca da produção do editorial, afirmando que

cada editorial, numa empresa jornalística, passa por um sofisticado processo de depuração dos fatos, de conferência dos dados, de checagem das fontes. A decisão é tomada pela diretoria, funcionando o editorialista, que se imagina alguém integrado na linha da instituição, como intérprete dos pontos de vista que se convencionam devam ser divulgados. Além disso, o contacto com personalidades externas à organização significa a sintonização com as forças de que depende o jornal para funcionar ou cujos interesses dependem na sua política editorial (p. 99).

Nesse sentido, o exposto por Melo (2004), quando afirma que os editoriais são um espaço de contradições e “encerram uma relação de diálogo com o Estado” (Ibid. p.97), parece não estar em consonância com as características do *corpus* que compõe este estudo. Entendemos que os textos aqui analisados, além de apresentarem posições bem definidas, servem de instrumento de combate contra atos da representante do Estado brasileiro. Se há contradição, essa se realiza quando o editorial se opõe aos atos da Presidente do país; se há diálogo, este não é pacífico; ao contrário, é combativo.

Entendemos que cabe ao editorial manifestar a opinião de um determinado veículo da imprensa a respeito de um assunto em repercussão no momento, buscando “cooptar leitores para que criem naquelas posições adotadas” (REBELO, 1999, p.2). O editorial é escrito por um editorialista, que elabora o texto de acordo com as concepções que o jornal defende, sem assiná-lo, já que está manifestando a opinião do veículo e não a sua. Ou seja, o texto não manifesta uma opinião

individual, mas sim a opinião defendida pelo veículo em que é publicado. O editorial versa, geralmente, sobre assuntos que estão em repercussão no momento, na sociedade, ou, ainda, temas que são de interesse do veículo na época da publicação. A respeito disso, Souza (2006, p. 63) declara que é uma característica do editorial “a vinculação aos acontecimentos sócio-históricos do momento, aqueles que estão na ordem do dia, ou seja, em evidência naquele momento histórico, em uma dada comunidade, seja municipal, regional ou nacional”. A autora cita também algumas áreas de interesse do editorial, a saber: “novos acontecimentos das áreas política, econômica, científica, cotidiana, entre outras, nos editoriais dos jornais e das revistas de informação; e saúde, amor, profissões, moda, entre outras, nos editoriais das revistas femininas” (SOUZA, 2006, p. 63).

O editorial é caracterizado por uma linguagem opinativa, forte, veemente, é escrito na terceira pessoa do singular e tem localização determinada no jornal ou revista. Nos jornais, frequentemente, é situado na seção *Opinião*. De acordo com Fowler (1991, p. 208), as seções que expõem o ponto de vista do jornal “têm uma importante função simbólica [...], implicitamente apoiando a alegação de que outras seções, ao contrário, são ‘fato’ ou ‘relato’ puros”¹⁶. Para o autor, elementos como a tipografia e o *layout* colocam o simbolismo textual em primeiro plano, e o editorial “costuma ser impresso na mesma posição e na mesma página todos os dias, muitas vezes ao lado de cartas de leitores, que também são categorizados como (mera) opinião¹⁷” (FOWLER, 1991, p. 208).

Melo (1994, p. 100), reportando-se a Fraser Bond (1962), destaca que o editorial estrutura-se em um “ensaio curto, embebido do senso de oportunidade”. O autor aproxima o editorial ao ensaio e explica que são diferentes pelo fato de aquele ser mais breve e ter natureza mais contemporânea que este. Fowler (1991, p. 208 - 209) explica que “o que distingue os editoriais dos jornais não é que eles oferecem valores e crenças, mas que eles empregam estratégias textuais que colocam em primeiro plano o ato discursivo de oferecer valores e crenças”¹⁸.

Melo (1994, p. 100) cita quatro peculiaridades do editorial, antes mencionadas por Beltrão (1980), a saber: impessoalidade, topicalidade, condensalidade e

¹⁶ [...] have an important symbolic function, [...] implicitly supporting the claim that other sections, by contrast are pure ‘fact’ or ‘report’.

¹⁷ [...] usually being printed in the same position on the same page every day, often adjacent to readers’ letters, which are also categorized as (mere) opinion.

¹⁸ What is distinctive about newspaper editorials is not that they offer values and beliefs, but that they employ textual strategies which foreground the speech act of offering values and beliefs.

plasticidade. A impessoalidade é verificada já que o editorial não é assinado; a topicalidade está no fato de o editorial versar sobre um tema bem delimitado; a condensalidade, por sua vez, reside na capacidade de abordar poucas ideias, enfatizando as afirmações mais que as demonstrações, e a plasticidade está na flexibilidade, na maleabilidade do editorial.

O fato de apresentar um discurso persuasivo deve-se ao objetivo principal do editorial, que é motivar reflexão, com o intuito de convencer seus leitores a aderirem à sua opinião e, conseqüentemente, a agirem conforme a instituição jornalística julga correto. Ou seja, “ao editorial compete fazer com que o leitor medite sobre os fatos e não só se inteire das notícias” (SOUZA, 2006, p.63). Rebelo (1999, p.69) entende que “como os editoriais procuram ditar normas e procedimentos, visando influir na manutenção ou na alteração de comportamentos, os textos dos editoriais podem ser caracterizados como exemplares do discurso exortativo”. O leitor sempre aguarda que a instituição se manifeste, através do editorial, acerca de um fato em voga no momento. Apesar de seu estilo argumentativo, o editorial também pode apresentar o conteúdo do jornal ou revista ao qual está vinculado.

Rebelo (1999) explica que é comum os editoriais apresentarem elementos que conferem coesão e coerência ao texto, contribuindo consideravelmente para a progressão textual e para que seja mantida a unidade do texto. Conforme a autora, embora os gêneros da mídia sofram alterações ao longo do tempo, o editorial tem esta peculiaridade: “é um gênero que tem a função de apresentar à sociedade o que a instituição pensa e deseja que o seu leitor acredite” (p. 126). Entendemos, com base nisso, que o editorial, por ser um gênero rico em termos de linguagem avaliativa, pode nos fornecer dados muito significativos para os estudos em Avaliatividade.

No capítulo subsequente, apresentamos algumas considerações acerca da Linguística Sistêmico-Funcional, bem como do Sistema de Avaliatividade, enfatizando suas categorias e o lugar que ocupa na teoria hallidayana.

CAPÍTULO 2 - LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL E AVALIATIVIDADE

Neste capítulo, apresentamos reflexões acerca da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; HASAN, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) e do Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), abordagens que embasam teoricamente este estudo. O capítulo está dividido em duas seções, que, por sua vez, subdividem-se em subseções. A seção 2.1 O lugar do Sistema de Avaliatividade na LSF engloba três subseções: 2.1.1 Hierarquia na linguagem, 2.1.2 Estratificação da linguagem e semântica do discurso e 2.1.3 Metafunção interpessoal. A seção 2.2 O Sistema de Avaliatividade e seus subsistemas compreende a subseção 2.2.1 Atitude, que abrange a subseção 2.2.1.1 Julgamento.

2.1 O lugar do Sistema de Avaliatividade na LSF

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de HALLIDAY e HASAN (1989), HALLIDAY (1994) e HALLIDAY e MATTHIESSEN (2004), consiste em uma abordagem que adota uma perspectiva sociossemiótica para a linguagem, sendo esta configurada como um sistema constituído de estratos (grafo-fonologia, léxico-gramática e semântica do discurso) que são permeados pelo contexto. A noção de contexto é fundamental na abordagem sistêmico-funcional, a qual considera que os “textos variam de acordo com a natureza dos contextos em que são usados”¹⁹ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 27), sendo o texto entendido como a linguagem em funcionamento (HALLIDAY, 1989, p. 10). Em LSF, são reconhecidos dois tipos de contextos: o de cultura e o de situação.

De acordo com Halliday (1989, p.6), o contexto de cultura diz respeito a “toda a história cultural por trás dos participantes e por trás dos tipos de práticas em que alguém se envolve, determinando sua importância para a cultura, seja prática ou

¹⁹ [...] texts vary according to the nature of the contexts they are used in.

ritual”²⁰. Segundo o autor, o contexto de situação, por sua vez, consiste no ambiente do texto, isto é, trata-se do âmbito imediato em que um texto está funcionando. O contexto de situação é constituído de três variáveis: campo (o que está acontecendo), relações (quem são os participantes envolvidos) e modo (como a linguagem está funcionando). Halliday (1989, p.12) explica essas variáveis contextuais.

1. O CAMPO DO DISCURSO refere-se a o que está acontecendo, à natureza da ação social que está ocorrendo [...] 2. AS RELAÇÕES DO DISCURSO referem-se a quem está participando, à natureza dos participantes, seus estatutos e papéis [...] 3. O MODO DO DISCURSO refere-se a que participante da linguagem está agindo, o que é que os participantes esperam que a linguagem faça por eles naquela situação: a organização simbólica do texto, o status que tem, e sua função no contexto, incluindo o canal [...] e também o modo retórico, o que e como está sendo alcançado pelo texto em termos de categorias como persuasão, exposição, didática.²¹

Hasan (1989, p.55) explica que essas noções “referem-se a certos aspectos de nossas situações sociais que sempre agem sobre a língua como ela está sendo usada”²². Para a autora, “texto e contexto estão tão intimamente relacionados que nenhum dos conceitos pode ser enunciado sem o outro”²³ (Ibid., p. 52). De acordo com Hasan (1989), cada uma das variáveis contextuais pode representar algum valor específico, de modo que o “campo pode ter o valor de ‘elogiar’ ou ‘censurar’; relações podem permitir uma escolha entre ‘de pai para filho’ ou ‘empregador para

²⁰ [...] whole cultural history behind the participants, and behind the kind of practices that they were engaging in, determining their significance for the culture, whether practical or ritual.

²¹ 1. THE FIELD OF DISCOURSE refers to what is happening, to the nature of the social action that is taking place: what is it that the participants are engaged in, in which the language figures as some essential component? 2. THE TENOR OF DISCOURSE refers to who is taking part, to the nature of the participants, their statuses and roles: what kinds of role relationship obtain among the participants, including permanent and temporary relationships of one kind or another, both the types of speech role that they are taking on in the dialogue and the whole cluster of socially significant relationships in which they are involved? 3. THE MODE OF DISCOURSE refers to what part the language is playing, what it is that the participants are expecting the language to do for them in that situation: the symbolic organization of the text, the status that it has, and its function in the context, including the channel (is it spoken or written or some combination of the two?) and also the rhetorical mode, what is being achieved by the text in terms of such categories as persuasive, expository, didactic, and the like.

²² [...] refer to certain aspects of our social situations that always act upon the language as it is being used.

²³ [...] text and context are so intimately related that neither concept can be enunciated without the other.

empregado', enquanto o modo pode ser 'falado' ou 'escrito'"²⁴ (HASAN, 1989, p. 55). Com base nisso, a autora estabelece o que denomina Configuração Contextual (CC).

Conforme Hasan (1989), a CC tem papel central na unidade estrutural de um texto, já que consiste em "um relato dos atributos significativos"²⁵ (p. 56) de uma atividade social expressa verbalmente em um texto. A configuração contextual é, então, "um específico conjunto de valores que realizam campo, relações e modo"²⁶ (Ibid., p. 55) e sua investigação é muito importante em análises de textos que são realizadas pelo viés sistêmico-funcional, já que as variáveis têm a capacidade de adiantar informações contextuais relacionadas ao texto em análise. A seguir, apresentamos algumas definições sobre a linguagem e sua hierarquia.

2.1.1 Hierarquia na linguagem

A linguagem é um sistema a partir do qual seus usuários constroem e compartilham significados experienciais através de textos. Com base nisso, a LSF identifica três hierarquias que organizam a linguagem: realização, instanciação e individuação (MARTIN, 2009).

O sistema linguístico é organizado por estratos, *rankings* e metafunções em uma hierarquia de abstração denominada realização, que consiste na possibilidade de se manifestar na linguagem. Para Halliday e Matthiessen (2004), a realização é a relação entre os estratos que compõem o sistema da linguagem, ou seja, é "o processo de vinculação de um nível de organização com o outro"²⁷ (p.26). Essa hierarquia está sistematizada na Figura 1.

²⁴ [...] field may have the value 'praising' or 'blaming'; tenor may allow a choice between 'parent-to-child' or 'employer-to-employee' while mode might be 'speech' or 'writing'.

²⁵ [...] an account of the significant attributes

²⁶ [...] a specific set of values that realises field, tenor, and mode.

²⁷ [...] the process of linking one level of organization with another [...]

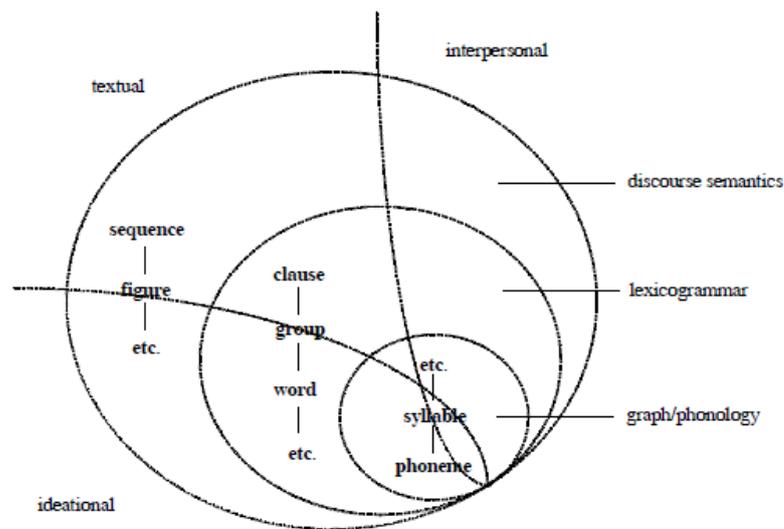


Figura 1 - Realização (estrato, *ranking* e metafunção).

Fonte: MARTIN (2009, p. 556)

Conforme a figura ilustra, o sistema constitui-se de três metafunções da linguagem (ideacional, interpessoal e textual) e de três estratos (semântica do discurso, léxico-gramática e grafo-fonologia). Esses estratos possuem *rankings*: sequência e figura são *rankings* da semântica do discurso; oração, grupo e palavras são *rankings* que constituem a léxico-gramática; sílaba e fonema são *rankings* da grafo-fonologia. Na realização, são relacionados entre si todos os estratos que compõem o sistema da linguagem, “de modo que cada estrato re-codifica o estrato anterior em um nível de maior abstração” (SOUZA, 2011, p. 75).

Segundo Martin (2009, p. 556), a LSF acrescenta um estrato adicional ao sistema para indicar o contexto social constituído de campo, relações e modo (registro) e um outro estrato recontextualizado como gênero. Dessa forma, em uma hierarquia de realização desse tipo, os estratos são relacionados por metarredundância (um se realiza pelo outro), como padrões de padrões. A realização de uma hierarquia de abstração inicia na grafologia e fonologia e chega ao gênero, conforme ilustrado na Figura 2.

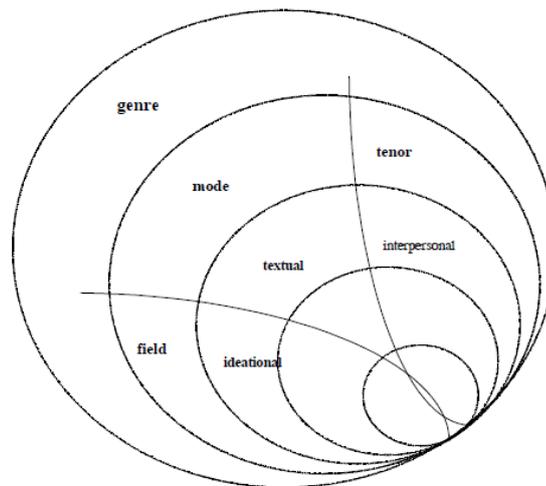


Figura 2 - Realização (linguagem, registro e gênero).
 Fonte: MARTIN (2009, p. 557).

Já a instanciação é, de acordo com Martin (2009, p. 557), a “hierarquia orientada para o uso da linguagem”. Halliday e Matthiessen (2004, p.26) afirmam que “o sistema da linguagem é ‘instanciado’ em forma de texto”. Vian Jr. e Lima-Lopes (2005) apresentam a seguinte descrição do processo instanciação: “a língua traduz elementos do contexto social e é por este retraduzida” (2005, p. 30). Souza (2011, p. 75) explica que a instanciação “relaciona o sistema da língua enquanto potencial global de significados à leitura de uma dada instância (texto) na qual o significado é de fato construído”.

A escala de instanciação apresenta, de um lado, sistemas linguísticos e culturais, generalizando padrões de termos longos, e, de outro, textos em situações particulares, especificando instâncias de uso da linguagem (MARTIN, 2009, p.557). Entre isso, localiza-se a noção de registro/tipo de texto para a linguagem e instituição/tipo de situação para o contexto, conforme ilustrado no Quadro 1.

| ESTRATIFICAÇÃO | INSTANCIAMENTO | | |
|------------------|--------------------|----------------------|--------------------------|
| | Sistema | Sub-sistema | |
| | | Tipo de instanciação | Instância |
| Contexto | Cultura | Instituição | Situações |
| Semântica | Sistema semântico | Registro | [texto como] significado |
| Léxico-gramática | Sistema gramatical | Registro | [texto como] palavras |

Quadro 1 - Matriz de estratificação/instanciação de Halliday.
 Fonte: MARTIN, 2009 (Adaptado por RODRIGUES, 2013, p. 71).

Para Martin (2009, p. 557), as contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional ao eixo vertical, que é o da realização, na coluna do sistema de instanciação, ultrapassam as contribuições ao eixo horizontal, que é o do subsistema/coluna do tipo de instância. Martin adiciona a essa hierarquia o gênero/registro e o tipo de texto como graus de generalidade e a leitura como uma subpotencialização do texto, a fim de que os usuários da linguagem compreendam o significado em formas socialmente subjetivas, como sistematizado na Figura 3.

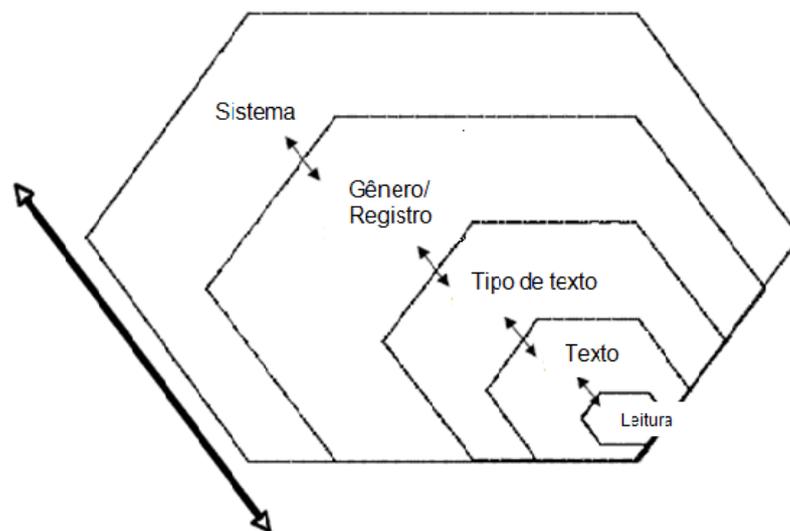


Figura 3 - Instanciação como uma hierarquia de generalização.
 Fonte: MARTIN, 2009 (Adaptado por RODRIGUES, 2013, p. 72).

Enquanto a realização é uma hierarquia de abstração, a instanciação é uma hierarquia de generalização. Por conta disso, o gênero ocupa o topo da hierarquia da realização e, na hierarquia de instanciação, ocupa um lugar abaixo, tendo em vista que “cada gênero constitui um subpotencial do potencial de significado do sistema como um todo”²⁸ (MARTIN, 2009, p. 558), considerando que gênero e registro estão no mesmo nível de generalidade. É fundamental destacar que todos os estratos da hierarquia de realização instanciam. Assim, cada um dos estratos pode se realizar indo do sistema ao texto e vice-versa.

A terceira hierarquia, que é complementar à realização e à instanciação, é a individuação, a qual tem foco nos usuários da linguagem, ou seja, diz respeito às características que cada indivíduo manifesta ao usar a linguagem; é por ela que se compreende a identidade do usuário. Neste estudo, nossa investigação recai sobre essa hierarquia, já que buscamos aqui analisar como os recursos linguísticos são empregados em editoriais do jornal O Estado de S. Paulo, no que se refere à expressão de julgamento em relação ao desempenho da Presidente Dilma Rousseff. Neste caso, em nossas análises, pretendemos identificar como o Estadão (representado pelo seu editorialista) instancia o seu texto, isto é, como é construída a identidade, a ideologia do jornal a partir da linguagem.

Os estudiosos da LSF têm considerado duas conceituações distintas da individuação. Uma delas parte do trabalho de Hasan (2005, 2009) sobre variação semântica. Segundo essa perspectiva, a individuação é uma hierarquia de alocação, através da qual recursos semióticos são distintamente distribuídos entre os usuários da linguagem – “em termos de quais opções estão disponíveis e daquelas disponíveis, quais são provavelmente tomadas em contextos específicos de instanciação”²⁹ (MARTIN, 2009, p. 563).

Por outro lado, o autor apresenta a metáfora do reservatório e repertório (BERNSTEIN, 2000) a fim de explicar o potencial semiótico dos usuários associado a suas comunidades. A ideia de Martin (2009, p. 563) coincide com a de Bernstein (2000) quando este afirma que emprega “*repertório* para se referir ao conjunto de estratégias e seu potencial analógico possuído por um indivíduo e o termo *reservatório* para se referir ao total de conjuntos e o potencial da comunidade como

²⁸ [...] each genre constitutes a subpotential of the meaning potential of the system as a whole.

²⁹ [...] in terms of which options are available and of those available, which are likely to be taken up in specific contexts of instantiation.

um todo”³⁰. Ou seja, os repertórios dos usuários de uma determinada comunidade têm algo em comum, mas apresentam diferenças entre si, que são particulares de cada membro; essas diferenças ocorrem devido aos contextos e às atividades desempenhadas pelos membros variarem de um para o outro.

A individuação trata-se de uma hierarquia que “relaciona o sistema da língua enquanto reservatório cultural de significados ao repertório individual do usuário enquanto membro da cultura” (SOUZA, 2011, p. 75). Além disso, é orientada pelo usuário e está preocupada com: (a) como os recursos semióticos estão distribuídos entre os usuários (alocação) e (b) como esses recursos são utilizados para comunicar, conforme esquematizado na Figura 4.

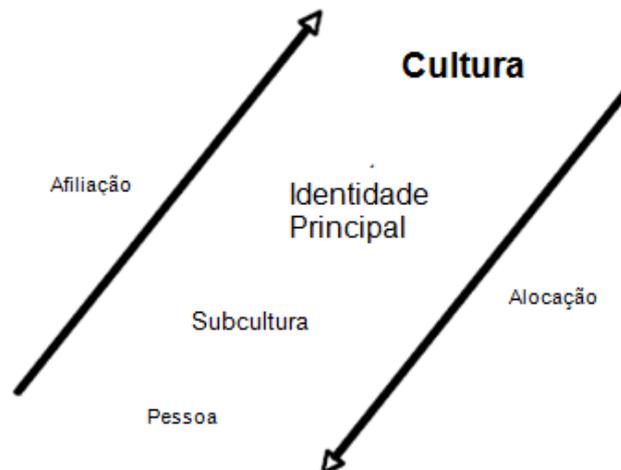


Figura 4 - Individuação como uma hierarquia de afiliação e alocação.
Fonte: MARTIN, 2009 (Adaptado por RODRIGUES, 2013, p. 74).

Além disso, Martin (2009, p. 564) compartilha a opinião de Bernstein (2000), quando este defende que “as diferentes orientações para o significado envolvido por uma perspectiva de individuação na variação semântica têm repercussões para a instanciação, desde que condicionem regras de reconhecimento e realização”³¹. As regras de reconhecimento permitem a identificação e especificação ou similaridade

³⁰ [...] repertoire to refer to the set of strategies and their analogic potential possessed by any one individual and the term reservoir to refer to the total of sets and its potential of the community as a whole.

³¹ The different orientations to meaning implicated by an individuation perspective on semantic variation have repercussions for instantiation, since they condition both recognition and realization rules.

de contextos por parte dos falantes, orientando-os a como agirem diante do que os espera ou do que é legítimo naquele contexto. Já as regras de realização permitem que textos e práticas culturalmente específicos sejam produzidos pelos falantes.

Por fim, é fundamental ressaltar que, assim como a instanciação, no que tange à realização, todos os estratos individualizam. Considerando, portanto, essas três hierarquias, reiteramos o que afirmou Martin (2009, p. 565): “nós sempre individualizamos, assim como nós instanciamos, assim como nós re/implantamos os recursos de realização de nossa cultura”³².

Na seção seguinte, apresentamos algumas considerações acerca da linguagem, sua constituição em estratos e o lugar que o Sistema de Avaliatividade nela ocupa, tendo por base os conceitos da LSF.

2.1.2 Estratificação da linguagem e semântica do discurso

A linguagem é um recurso que utilizamos para a construção e troca de significados; através dela representamos o mundo e organizamos a mensagem. Fazemos uso da linguagem “para construir o sentido da nossa experiência e para realizar nossas interações com outras pessoas”³³ (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004, p. 24). Os autores defendem que se trata de “um sistema semiótico complexo, tendo vários níveis ou estratos”³⁴. Conforme já mencionamos, esses estratos são fonologia/grafologia, léxico-gramática e semântica do discurso; todos são envolvidos pelo contexto e são organizados hierarquicamente de acordo com o grau de abstração que apresentam.

A linguagem escrita é constituída pela grafologia, enquanto a falada, pela fonologia. A léxico-gramática, que é o nível da oração, é constituída dos padrões grafo-fonológicos. Nela, o significado é transformado em fraseados. A semântica do discurso é o terceiro nível e se interessa pelos significados além da oração (texto), conforme Martin e White (2005, p.9). Na oração, as relações interpessoais e

³² [...] we always already individuate as we instantiate as we re/deploy the realisation resources of our culture [...]

³³ [...] to make sense of our experience, and to carry out our interactions with other people.

³⁴ [...] a complex semiotic system, having various levels, or **strata**.

experienciais são transformadas em significado. A respeito da semântica do discurso, os autores assim se posicionam:

Este nível está preocupado com os vários aspectos da organização do discurso, incluindo a questão de como as pessoas, lugares e coisas são apresentadas no texto e permanecem uma vez lá (identificação); como os eventos e estados de negociação são relacionados um com o outro em termos de tempo, causa, contraste e similaridade (conjunção); como os participantes são relacionados como parte do todo e subclasse da classe (ideação); como os turnos são organizados em trocas de bens, serviços e informações (negociação); a como a avaliação é estabelecida, amplificada, objetivada e obtida (avaliação)³⁵ (MARTIN; WHITE, 2005, p.9).

O Sistema de Avaliatividade está situado na interface dos estratos léxico-gramática e semântica do discurso. Quando avaliamos algo, seja o comportamento de um indivíduo, um evento ou um objeto, fazemos isso a partir de sistemas semânticos, produzidos no nível da léxico-gramática.

No nível da semântica do discurso, a Avaliatividade correlaciona os significados interpessoais com os sistemas de negociação e envolvimento e está articulada à variável de registro Relações. A Figura 5 apresenta as Relações, considerando esses sistemas semânticos interpessoais.

³⁵[...] it is concerned with meaning beyond the clause (with texts in other words). This level is concerned with various aspects of discourse organisation, including the question of how people, places and things are introduced in text and kept track of once there (identification); how events and states of affairs are linked to one another in terms of time, cause, contrast and similarity (conjunction); how participants are related as part to whole and sub-class to class (ideation); how turns are organised into exchanges of goods, services and information (negotiation); and how evaluation is established, amplified, targeted and sourced (appraisal).

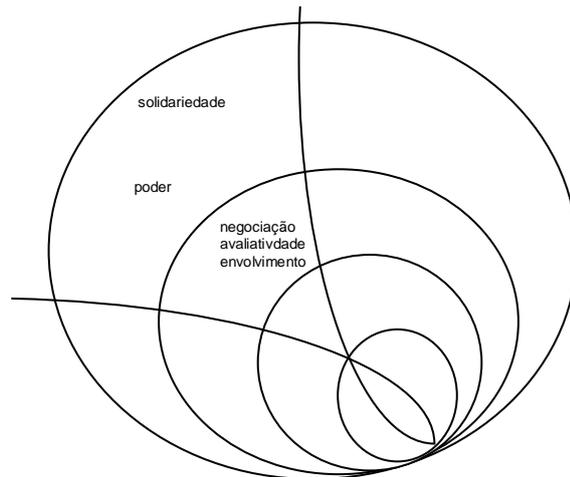


Figura 5 - Sistemas semânticos interpessoais e variável Relação.

Fonte: Adaptado de MARTIN; WHITE, 2005, p.34.

A negociação tem foco nos aspectos interativos do discurso, funções de fala e estrutura de troca, por isso é complementar à Avaliatividade. O envolvimento, por sua vez, tem foco nos recursos não graduáveis, por negociar relações, principalmente a solidariedade. Nas Relações, a solidariedade e o poder devem ser levados em conta em relação aos outros três sistemas (negociação, avaliatividade e envolvimento). Pelo fato de os grupos sociais terem *status*, as implicações de afiliação por relações de poder não podem ser desconsideradas.

O Sistema de Avaliatividade realiza-se na metafunção interpessoal da linguagem, que será explicada na seção subsequente.

2.1.3 Metafunção interpessoal

De acordo com a abordagem sistêmico-funcional, a linguagem exerce três metafunções, que se manifestam simultaneamente na estrutura da oração. São elas: ideacional (compreensão do meio - oração como representação), interpessoal (relação entre os sujeitos - oração como troca) e textual (organização da mensagem - oração como mensagem). Essas metafunções são materializadas, respectivamente, pelas variáveis do contexto de situação campo, relações e modo. O foco deste estudo é a metafunção interpessoal, pois ela expressa as relações e as

intenções dos falantes no ato interativo, e é nela que o Sistema de Avaliatividade é realizado.

A metafunção interpessoal da linguagem preocupa-se com a maneira como a oração está estruturada de modo que produza significados entre duas ou mais pessoas. Essa metafunção considera a oração um evento comunicativo em que estão envolvidos um escritor/falante e sua audiência. A respeito disso, Halliday e Matthiessen (2004, p. 106) explicam que “no ato de fala, o falante adota para ele mesmo um papel discursivo particular, e, ao fazê-lo, atribui ao ouvinte um papel complementar que ele deseja adotar no turno dele”³⁶. Ou seja, é estabelecida uma relação entre os participantes da interação, que passam a ocupar uma posição no processo interativo, adotando uma função de fala e exercendo um papel complementar ao do seu interlocutor.

Com base nisso, os autores distinguem dois papéis de fala: *dar* e *solicitar*. A partir desses papéis, os interactantes também escolhem a natureza do produto a ser trocado na interação: informações (através de declarações ou perguntas) ou bens e serviços (através de ofertas e comandos), conforme ilustra o Quadro 2:

| Papéis de troca | Produtos trocados | |
|-----------------|---------------------|-----------------|
| | (a) bens e serviços | (b) informações |
| (i) dar | Oferta | Declaração |
| (ii) solicitar | Comando | Pergunta |

Quadro 2 - Dar e solicitar bens e serviços ou informação.

Fonte: Adaptado de HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 107.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 107), “dar significa ‘convidar a receber’, e solicitar significa ‘convidar a dar’”³⁷. Através de um ato de fala, o falante dá ou solicita algo ao seu ouvinte. O ato de fala é a interação e consiste em “uma troca, na qual dar implica receber, e solicitar implica dar em resposta” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 107). Quando há troca de bens e serviços, é solicitado um

³⁶ In the act of speaking, the speaker adopts for himself a particular speech role, and in so doing assigns to the listener a complementary role which he wishes him to adopt in his turn.

³⁷ [...] giving means ‘inviting to receive’, and demanding means ‘inviting to give’.

objeto ou uma ação, e a língua é um meio que auxilia o processo, cujo produto é não verbal; nesse caso, a função semântica da oração é a proposta. Quando há troca de informações, porém, a linguagem é a finalidade do processo cujo produto é necessariamente verbal; a função semântica da oração, em uma troca de informação, é a proposição. Essas variáveis dão origem às quatro funções de fala: oferta, comando, declaração e pergunta.

Existem, pois, respostas desejadas a essas funções de fala: aceitar uma oferta, realizar um comando, reconhecer uma declaração e responder a uma pergunta. No ato interativo, quando assumimos uma posição, simultaneamente, atribuímos outra ao nosso interlocutor; ou seja, “cada vez que iniciamos uma interação verbal, colocamos o outro em uma situação de ter que responder à mesma” ³⁸ (EGGINS, 2002, p. 233). Essas respostas classificam-se em movimentos de apoio ou de confronto, conforme sistematizado no Quadro 3.

| Iniciação | Resposta | |
|---|-------------------------------------|--|
| | Esperada (apoio) | Arbitrária (confronto) |
| Oferta <i>Devo dar-lhe este bule?</i> | Aceitação <i>Sim, por favor.</i> | rejeição <i>Não, obrigada.</i> |
| Comando <i>Dê-me aquele bule!</i> | Empreendimento <i>Aqui está.</i> | recusa <i>Eu não.</i> |
| Declaração <i>Ele está dando a ela o bule de chá</i> | reconhecimento <i>É ele?</i> | contradição <i>Não, ele não está.</i> |
| Pergunta <i>O que ele está dando a ela?</i> | Resposta <i>Um bule de chá</i> | desconsideração <i>Eu não sei</i> |

Quadro 3 - Funções de fala e respostas.

Fonte: Adaptado de HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 108.

³⁸ [...] cada vez que iniciamos una interacción verbal, colocamos al otro en la situación de tener que responder a la misma [...]

Para a realização desses significados na interação, há estruturas gramaticais específicas, realizadas, na metafunção interpessoal, pelo sistema de MODO. É fundamental identificar as relações entre as opções semânticas das funções de fala e a estrutura gramatical. Quando queremos manifestar alguma coisa, fazemos isso através de uma oração declarativa; quando queremos solicitar algo, empregamos o imperativo; quando queremos oferecer alguma coisa a alguém, podemos fazê-lo através de uma forma interrogativa modulada; por fim, quando precisamos perguntar algo, utilizamos uma oração interrogativa.

Segundo Eggins (2002, p. 236), “existe também uma correlação entre a estrutura variável de um movimento de iniciação e a estrutura de outro que é de resposta”³⁹; muitas vezes, os movimentos de iniciação são longos e os de resposta são curtos, pois, conforme a autora, frequentemente “incorporam algum tipo de ausência ou elipse ou se trata do que denominamos orações menores”⁴⁰. O Quadro 4 sistematiza o modo e as funções de fala na oração.

| | Bens e serviços | Informações |
|------------------|--|---|
| Dar | Oferta (vários) | Declaração “declarativo” <i>O espião irá entrar.</i> |
| Solicitar | Comando “imperativo” <i>Entre!</i> | Pergunta “interrogativo” “Qu-” - <i>Quem estará entrando?</i> “Sim/Não” - <i>O espião entrará?</i> |
| | Proposta | Proposição |

Quadro 4 - Escolhas de funções de fala e realizações de MODO.

Fonte: Adaptado de MARTIN; MATTTHIESSEN; PAINTER, 2010, p. 57.

³⁹ Existe también una correlación entre la estructura variable de un movimiento de iniciación y la estructura de otro que es de respuesta.

⁴⁰ [...] incorporan algún tipo de ausencia de **elipsis**, o se trata de lo que denominamos **cláusulas menores** [...]

Na metafunção interpessoal, são importantes os sistemas de polaridade e modalidade. A polaridade consiste na oposição entre positivo e negativo na oração, que pode constituir sentenças afirmativas (formas não marcadas) e negativas (formas marcadas, pois necessitam de um elemento adicional, como o “não”). Conforme Halliday e Matthiessen (2004, p. 143), “o que carrega a característica de polaridade, positiva ou negativa, é o componente funcional discursivo da proposição ou proposta”⁴¹. Em língua portuguesa, a polaridade é manifestada em orações interrogativas, principalmente naquelas que exigem respostas do tipo Sim/Não. Entretanto, a fala humana pode também não ter, necessariamente, polaridade negativa ou positiva, mas situar-se em um grau interposto entre elas; nesse caso, trata-se da modalidade.

A modalidade, por sua vez, exprime o julgamento do falante em relação àquilo que está sendo dito e se localiza entre os polos positivo e negativo da polaridade. Refere-se aos “graus intermediários, vários tipos de indeterminação que caem no meio, como ‘às vezes’ ou ‘talvez’”⁴² (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 146 - 147). Há distinções em termos de modalidade nas proposições e propostas.

Nas proposições, os polos positivos e negativos têm significado afirmativo e negativo. Nesses casos, ocorre o que é denominado pelos autores de modalização, que consiste em graus de probabilidade (possibilidade, probabilidade e certeza) e graus de usualidade (às vezes, usualmente e sempre). Os graus de probabilidade equivalem a “talvez sim, talvez não, com diferentes graus de probabilidade anexados”⁴³ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 147) e a ou sim ou não.

Na proposta, os polos positivos e negativos têm significado prescrito ou proscrito, ocorrendo o que é denominado de modulação. Os dois graus intermediários dependem da função de fala: quando temos um comando, os pontos intermediários representam graus de obrigação: ‘necessário/ aceitável/ permitido’; quando temos uma oferta, eles representam graus de inclinação: ‘determinado/ desejoso/ inclinado’. As propostas são positivas ou negativas e, quando são trocados bens e serviços, o falante oferece algo ao ouvinte, solicita que o ouvinte faça algo ou

⁴¹ What carries the polarity feature, positive or negative, is the speech functional component of the proposition or proposal [...]

⁴² [...] intermediate degrees, various kinds of indeterminacy that fall in between, such as ‘sometimes’ or ‘maybe’.

⁴³ [...] maybe yes, maybe no, with different degrees of likelihood attached.

sugere que ambos façam algo. Nesses casos, dificilmente o sujeito estará em terceira pessoa. A Figura 6 ilustra os sistemas de polaridade e modalidade.

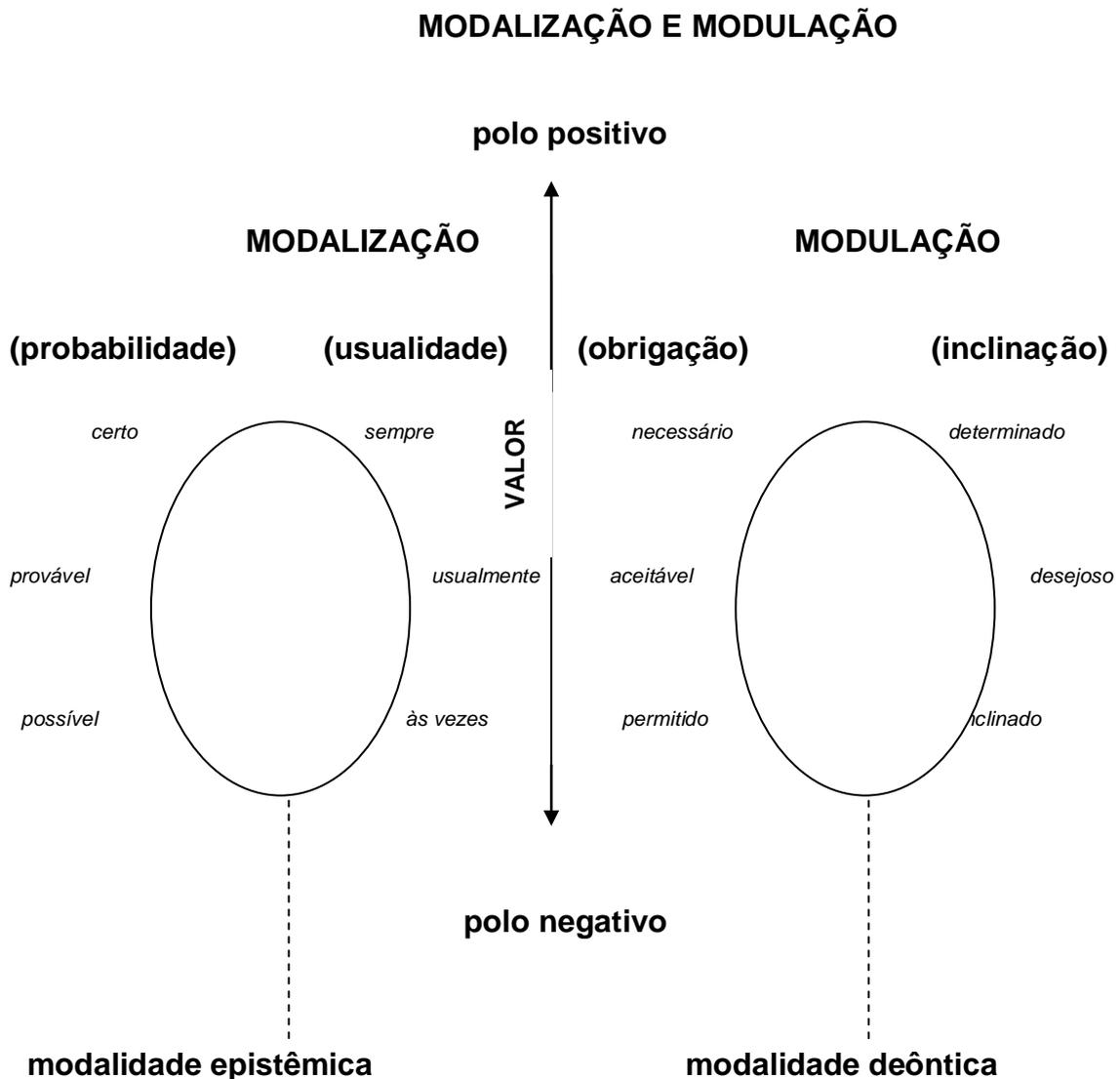


Figura 6 - Modalidade e polaridade.
Fonte: Adaptado de HALLIDAY, 1994.

Dessa forma, quando há uma proposição (troca de informação), há modalização, que também é denominada “modalidade epistêmica” e que se dá em termos de graus de probabilidade e usualidade. Esses graus são expressos, léxico-gramaticalmente, por verbos modais, adjuntos modais, expressões como “é provável”, “é possível”, “é certo” e grupos adverbiais. Quando há uma proposta (troca de bens e serviços), há modulação, que também é denominada “modalidade

deôntica” e que ocorre em graus de obrigação e inclinação. Verbos modalizadores, adjuntos modais e expressões como “é necessário”, “é preciso” e “está determinado a” expressam esses graus.

2.2 O Sistema de Avaliatividade e seus subsistemas

O Sistema de Avaliatividade, abordagem que foi concebida a partir da Linguística Sistêmico-Funcional, assenta-se em um conjunto de significados interpessoais que foram categorizados por Martin e seus colaboradores, mas consolidados, especialmente, em Martin e White (2005). A Teoria da Valoração, como inicialmente foi conhecida, busca sistematizar os valores individuais e/ou coletivos atribuídos a pessoas e seus comportamentos, a objetos e a eventos, a partir das escolhas que o sistema linguístico nos disponibiliza. A Avaliatividade é constituída de três subsistemas: o engajamento, a gradação e a atitude.

O engajamento é o responsável por expressar se o autor (falante/escritor) está se alinhando ou se distanciando dos posicionamentos de outras vozes presentes no texto (oral ou escrito), partindo da noção de que os enunciados verbais são dialógicos e de que o engajamento provém de uma perspectiva dialógica. Esse subsistema está relacionado “às origens de nossas atitudes, onde estão centradas, o que estamos avaliando, bem como com a articulação das vozes para expressão de opiniões no discurso” (VIAN JR., 2010, p. 33).

Já a gradação “está preocupada com a escala ascendente e a escala descendente⁴⁴” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 135) de intensidade das avaliações, em termos de força e foco. Ou seja, diz respeito ao modo como se quantificam ou se reduzem as avaliações (significados experienciais) manifestadas nos outros subsistemas (atitude e engajamento).

Como o ponto central deste estudo é o julgamento, categoria semântica da atitude, detalhamos apenas esse subsistema. Na seção 2.2.1, discorreremos sobre a atitude e suas categorias semânticas, apresentando seus conceitos, características e exemplos.

⁴⁴ [...]concerned with up-scaling and down-scaling.

2.2.1 Atitude

De acordo com Martin e White (2005, p. 35), a atitude é um subsistema do Sistema de Avaliatividade, que se preocupa com “nossos sentimentos, incluindo reações emocionais, julgamentos de comportamentos e avaliações das coisas”⁴⁵. Dessa forma, consiste no subsistema que manifesta linguisticamente avaliações positivas e negativas em relação a pessoas e seus comportamentos, objetos e eventos, considerando três regiões semânticas: emoção, ética e estética, sendo a emoção “o coração dessas regiões”⁴⁶ (MARTIN; WHITE, 2005, p.42).

Esses três significados atitudinais abrangem, respectivamente, três campos semânticos: afeto, apreciação e julgamento. A esse respeito, Vian Jr. (2009, p. 111) afirma que “ao externalizarmos verbalmente nossas atitudes, optamos por graduá-las e o fazemos em relação ao nosso envolvimento com nossos interlocutores e também em relação ao que está sob avaliação”.

O Afeto exprime, linguisticamente, emoções, ou seja, sentimentos positivos e negativos. De acordo com Almeida (2010, p. 101), “as características do afeto indicam que as pessoas possuem bons (afeto positivo) e maus sentimentos (afeto negativo)”. Trata-se da expressão dos sentimentos dos falantes/escritores em relação aos demais indivíduos, aos objetos e aos eventos, explícita ou implicitamente, através do discurso: “nós estamos felizes ou tristes, confiantes ou ansiosos, interessados ou cansados?” (ALMEIDA, 2010, p. 101).

Com base nos termos empregados por Halliday (1994), as manifestações de afeto podem acarretar mudanças em estruturas gramaticais, modificando processos, participantes e circunstâncias, conforme podemos observar no Quadro 5.

⁴⁵ [...] our feelings, including emotional reactions, judgements of behaviour and evaluation of things.

⁴⁶ [...]the heart of these regions [...]

| Afeto como 'qualidade' | | |
|--------------------------------|---|---------------|
| - descrição de participantes | um triste capitão | Epíteto |
| - atribuição a participantes | o capitão era triste | Atributo |
| - formação de processos | o capitão saiu tristemente | Circunstância |
| Afeto como 'processo' | | |
| - mental afetivo | sua partida o | Processo |
| - comportamental afetivo | perturbou o capitão chorou | Processo |
| Afeto como 'comentário' | | |
| - desiderativo | infelizmente , ele tinha ido | Adjunto Modal |

Quadro 5 - O afeto e as estruturas gramaticais.
 Fonte: Adaptado de MARTIN; WHITE, 2005, p. 46.

Para que sejam identificadas as manifestações de afeto, devem ser considerados seis fatores, a saber: (i) os sentimentos são popularmente construídos pela cultura como positivos ou negativos?; (ii) os sentimentos são realizados como resultados de uma emoção, envolvendo algum tipo de manifestação paralinguística e extralinguística incorporada, ou mais internamente experienciada, como um tipo de estado emotivo ou processo mental em andamento?; (iii) os sentimentos resultam de alguma reação externa, sendo realizados por uma atitude em que se questiona “por que está se sentindo assim?” ou, de maneira direta, como uma reação a um fenômeno emocional; (iv) os sentimentos são graduáveis e essa gradação é lexicalizada, em intensidades baixa, média e alta?; (v) os sentimentos envolvem intenções mais do que reações, a respeito de estímulos que são irreais mais do que reais?; (vi) a variável final na tipologia de grupos de afeto – as emoções são reunidas em três conjuntos maiores: in/felicidade, in/segurança e in/satisfação?.

A in/felicidade compreende as emoções ligadas ao coração, tais como felicidade, tristeza, raiva e amor. Essa variável “envolve as formas de sentimento felicidade ou tristeza e a possibilidade de direcionar esses sentimentos a um

Fenômeno por gostar ou não gostar dele”⁴⁷ (MARTIN; WHITE, 2005, p. 49), conforme ocorre nos exemplos 1 e 2, retirados do *corpus* de análise deste trabalho.

| | | |
|---------------------------|---|-------------------|
| 1 | [Dilma] externou a sua alegria de estar acompanhada pelos que a antecederam “nestes 28 benditos anos de regime democrático”. | E#6 ⁴⁸ |
| Afeto – Felicidade | | |

| | | |
|-----------------------------|---|------|
| 2 | A verdade é um direito das novas gerações e daqueles, citou a presidente com a voz embargada, “que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo [...]”. | E# 6 |
| Afeto – Infelicidade | | |

No exemplo 1, a avaliação de afeto (felicidade) é evidenciada, léxico-gramaticalmente, pelo nome “alegria”, que expressa o estado de espírito da Presidente Dilma Rousseff na ocasião. No exemplo 2, a avaliação de afeto (infelicidade) é realizada, léxico-gramaticalmente, pelo processo mental emotivo “sofrendo”, que revela a dor emocional sentida por aqueles que perderam seus entes queridos.

A in/segurança diz respeito às emoções que têm relação com o bem-estar ecossocial, tais como confiança, ansiedade, medo. Segundo Martin e White (2005, p. 49), essa variável “cobre os nossos sentimentos de paz e de ansiedade em relação aos nossos arredores, incluindo, claro, as pessoas compartilharem eles conosco”⁴⁹. Os exemplos 3 e 4 ilustram essas considerações.

⁴⁷ [...]involves the moods of feeling happy or sad, and the possibility of directing these feelings at a Trigger by liking or disliking it [...]

⁴⁸ Os textos do *corpus* estão identificados pela letra “E” seguida de sustenido (#) e do número do editorial (estabelecido de acordo com a data de publicação), conforme explicamos no Capítulo 3 – Metodologia.

⁴⁹ [...]covers our feelings of peace and anxiety in relation to our environs, including of course the people sharing them with us.

| | | |
|--------------------------|---|------|
| 3 | Mas pode-se fazer com segurança pelo menos uma previsão: novos pacotes produzirão efeitos muito limitados [...]. | E#13 |
| Afeto – Segurança | | |

| | | |
|----------------------------|---|------|
| 4 | Dilma Rousseff demonstrou, mais uma vez, que vê a situação do País de modo diverso da maioria dos brasileiros, cada vez mais atormentados pelos efeitos da crise mundial sobre suas vidas. | E#12 |
| Afeto – Insegurança | | |

No exemplo 3, a avaliação de afeto (segurança) é evidenciada, léxico-gramaticalmente, pela circunstância de modo “com segurança”, que, claramente, expressa a confiança, a certeza, a estabilidade com que se pode fazer tal previsão. Já no exemplo 4, a avaliação de afeto (insegurança) é manifestada pelo Atributo “atormentados”. O emprego desse atributo revela aflição, medo por parte dos brasileiros, o que, conseqüentemente, revela que se sentem inseguros.

A in/satisfação envolve emoções ligadas à busca de objetivos, tais como curiosidade, tédio e desprazer. Essa variável compreende “nossos sentimentos de realização e frustração em relação às atividades em que estamos envolvidos, incluindo nossos papéis como participantes e espectadores⁵⁰” (MARTIN; WHITE, p. 50), conforme evidenciado nos exemplos 5 e 6.

| | | |
|---------------------------|---|-----|
| 5 | Dilma não os elogiou indevidamente ao afirmar que formam um grupo plural de mulheres e homens capazes [...]. | E#6 |
| Afeto – Satisfação | | |

⁵⁰ [...]our feelings of achievement and frustration in relation to the activities in which we are engaged, including our roles as both participants and spectators.

| | | |
|-----------------------------|--|-----|
| 6 | Para não desagradar inteiramente aos ambientalistas, o governo [...]. | E#7 |
| Afeto – Insatisfação | | |

No exemplo 5, a avaliação de afeto (satisfação) é expressa, léxico-gramaticalmente, pelo processo verbal de carga semântica positiva “elogiou”. O emprego desse processo revela contentamento, satisfação, por parte daquele que elogia, no caso a Presidente Dilma Rousseff. Já no exemplo 6, há uma avaliação totalmente contrária. A ocorrência de afeto (insatisfação) é manifestada, léxico-gramaticalmente, pelo processo mental “desagradar”, o qual indica que os ambientalistas se aborreceram; isto é, não se sentiram satisfeitos com atitudes do governo.

Outra categoria semântica do subsistema atitude é a apreciação. De acordo com Martin e White (2005, p. 56), essa categoria constrói “avaliações de ‘coisas’ especialmente as coisas que fazemos e as performances que realizamos, mas também inclui fenômenos naturais”⁵¹. Isto é, através da apreciação são elaboradas avaliações positivas e negativas de objetos, coisas e fenômenos, sejam eles produtos de trabalhos realizados pelo homem, sejam fenômenos naturais e estados de coisas. Além disso, são manifestadas, por meio da apreciação, avaliações em relação às pessoas.

De acordo com Almeida (2010, p. 109), “na apreciação, os sentimentos avaliativos são relacionados à forma, à aparência, à composição, ao impacto e ao valor dos objetos naturais ou abstratos (processos) e performances”. Há três tipos de apreciação: reação, composição e valor.

A reação se refere a como reagimos às coisas, o que provocam em nós (elas nos agradam? chamam nossa atenção?). Existem, pois, dois tipos de reação: reação-impacto e reação-qualidade. A reação-impacto expressa o impacto que os

⁵¹ [...] construing our evaluations of ‘things’, especially things we make and performances we give, but also including natural phenomena [...]

objetos causam em nós; para verificá-la, perguntamos: isso me cativou?. A reação-qualidade, por sua vez, expressa a qualidade dos objetos; para identificá-la, perguntamos: eu gostei disso?. Os exemplos 7 e 8 apresentam ocorrências de reação dos tipos impacto e qualidade, respectivamente.

| | | |
|--|---|-----|
| 7 | Por isso, é o momento adequado para o governo utilizar seu "arsenal de providências" e acelerar os investimentos públicos. | E#9 |
| Apreciação reação do tipo impacto | | |

| | | |
|--|--|-----|
| 8 | É uma campanha politicamente interessante , embora [...]. | E#2 |
| Apreciação reação do tipo qualidade | | |

No exemplo 7, a apreciação reação do tipo impacto é realizada, léxico-gramaticalmente, pelo Atributo “adequado”, que está sendo empregado para avaliar a nominalização “momento”. Neste caso, o Estadão afirma ser momento oportuno para que o governo agir em prol do aceleração dos investimentos públicos. Já no exemplo 8, a apreciação reação do tipo qualidade é evidenciada pelo Atributo “interessante”. Esse atributo expressa a ideia de que o jornal avalia a campanha como importante, significativa.

A composição diz respeito ao que percebemos em relação à proporcionalidade (equilíbrio) e aos detalhes de um texto/processo, atentando para sua organização, forma, elaboração, entre outros. Há dois tipos de composição: equilíbrio e complexidade. Como a denominação sugere, o equilíbrio expressa a proporcionalidade das coisas; para identificá-lo, perguntamos: isso é bem elaborado?. Da mesma forma, a complexidade indica o grau de constituição dos objetos e, para verificá-la, perguntamos: foi difícil de entender isso?. Os exemplos 9 e 10 são ocorrências de apreciação composição do tipo equilíbrio e do tipo complexidade, respectivamente.

| | | |
|---|--|------|
| 9 | Demonstra visão curta quem insiste em calcular a sobrevalorização do real sem levar em conta as deficiências estruturais do País e as mais importantes vantagens competitivas de outras economias (boa formação escolar, infraestrutura mais completa e melhor, mais inovação, tributação mais racional e assim por diante). | E#13 |
| Apreciação composição do tipo equilíbrio | | |

| | | |
|---|---|-----|
| 10 | A informação teria sido mais clara e mais realista com uma tradução literal da palavra "modest". | E#1 |
| Apreciação composição do tipo complexidade | | |

No exemplo 9, a apreciação composição de equilíbrio é realizada, léxico-gramaticalmente, pelos Atributos “boa”, “mais completa”, “mais racional” acompanhando, respectivamente “formação escolar”, “infraestrutura” e “tributação”. Além disso, há a circunstância “mais”, que acompanha “inovação” e os Atributos “completa e melhor” e “racional”. Essas avaliações fazem referência às vantagens competitivas de outros países em relação ao Brasil, as quais precisam ser revistas aqui. Já no exemplo 10, a apreciação composição de complexidade é expressa pelo excerto “teria sido mais clara”, que, evidentemente, revela que a avaliação de que a informação não foi compreensível o suficiente.

O valor diz respeito à avaliação pessoal de cada um acerca da significação social do texto/processo e o valor que conferimos às coisas. Para sua identificação, perguntamos: isso valeu a pena?. O valor se dá em termos de relevância (O objeto levanta questões importantes? Vale a pena?) e de originalidade (Traz novas contribuições?), conforme os exemplos 11 e 12.

| | | |
|--|--|-----|
| 11 | O tema é importante , mas a conversa parece ter ficado nas generalidades. | E#1 |
| Apreciação valor do tipo relevância | | |

| | | |
|---|--|-----|
| 12 | [...] a presidente Dilma Rousseff conseguiu, ao mesmo tempo, desagradar a ruralistas e ambientalistas, perder a oportunidade de criar um novo quadro institucional [...]. | E#7 |
| Apreciação valor do tipo originalidade | | |

No exemplo 11, a apreciação de valor do tipo relevância é manifestada, léxico-gramaticalmente, pelo Atributo “importante”, que expressa a avaliação de que o tema da conversa é pertinente, segundo o ponto de vista do Estadão. Já no exemplo 12, a apreciação de valor do tipo originalidade é evidenciada, léxico-gramaticalmente, pelo Atributo “novo”, que caracteriza “quadro institucional”. Entendemos, com isso, que está presente a seguinte avaliação do jornal: por ser um quadro institucional novo, possivelmente traria novas contribuições.

Até o momento, nesta seção, apresentamos algumas colocações sobre duas categorias semânticas da atitude: o afeto e a apreciação. Na próxima seção, detalharemos a categoria atitudinal que é objeto de estudo nesta pesquisa: o julgamento.

2.2.1.1 Julgamento

Outra categoria semântica do subsistema atitude é o julgamento, que expressa, através do discurso, avaliações em relação a como as pessoas se comportam, analisando em que medida esses indivíduos se aproximam das expectativas e exigências estabelecidas socialmente, tendo em vista a cultura e a

situação ideológica da sociedade em que vivem. Segundo White (2004, p.187), através dos significados do julgamento, “construímos nossas posições em relação ao comportamento humano – aprovação/condenação do comportamento humano através de referências à aceitabilidade e às normas sociais”. Em conformidade, Martin e White (2005), ao conceituar a categoria de julgamento, asseguram que “trata das atitudes em relação ao comportamento, que admiramos ou criticamos, elogiamos ou condenamos”⁵² (p.42). É importante ressaltar que o julgamento não se confunde com a apreciação, na medida em que esta atribui valor estético aos indivíduos, que passam a ser apreciados e não julgados, enquanto aquele avalia o comportamento das pessoas.

Ikeda (2010, p.173) ressalta que é fundamental destacar que “o julgamento, como um sistema de posicionamento atitudinal, é, por definição, formatado pela situação cultural e ideológica em que opera”. Dessa forma, um evento pode ser julgado de diferentes formas, variando conforme a posição ideológica do indivíduo que o avalia. Léxico-gramaticalmente, essa categoria pode se manifestar por itens lexicais, por orações ou por complexos oracionais, desde que apresentem avaliações ao comportamento humano. As manifestações de julgamento são categorizadas em estima social e sanção social, conforme os exemplos 13 e 14.

| | | |
|------------------------------------|--|-----|
| 13 | Discurso contra banqueiro é sempre um sucesso de público - e muitas vezes de crítica - e a presidente Dilma Rousseff tem-se dedicado com notável empenho a essa tarefa. | E#2 |
| Julgamento de estima social | | |

| | | |
|----|---|-----|
| 14 | [Dilma Rousseff] Continua, portanto, agindo como se a nomeação de ministros não fosse um ato de responsabilidade exclusiva da Presidência, mas uma faculdade partilhada com os componentes da base | E#3 |
|----|---|-----|

⁵² [...]deals with attitudes towards behaviour, which we admire or criticise, praise or condemn.

| | | |
|------------------------------------|--------------------|--|
| | governista. | |
| Julgamento de sanção social | | |

No exemplo 13, a avaliação de julgamento de estima social é evidenciada, léxico-gramaticalmente, pelo processo material “tem-se dedicado” seguido da circunstância “com notável empenho”, os quais, juntos, expressam a tenacidade que, na opinião do jornal, a Presidente Dilma Rousseff demonstra. Já no exemplo 14, a avaliação de julgamento de sanção social é manifestada por uma oração comparativa (iniciada por “como”) seguida de uma negação (“não fosse”). Além disso, a contraexpectativa (sinalizada por “mas”) é empregada para reforçar a avaliação negativa do Estadão em relação à atitude da Presidente Dilma no processo de nomeação dos ministros.

Os julgamentos de estima social são relativos às avaliações que podem elevar ou rebaixar uma pessoa na sua comunidade, não envolvendo, no entanto, questões morais e legais. Trata-se do compartilhamento de valores dentro de uma sociedade. Para White (2004), “valores negativos em termos de estima social são vistos como disfuncionais ou inapropriados, ou algo que deve ser desencorajado, mas não são avaliados como pecados ou crimes” (p.187). Os julgamentos de estima social estão relacionados à capacidade (o indivíduo é capaz, é competente?), à normalidade (o comportamento do indivíduo é normal, é usual?) e à tenacidade (o indivíduo é persistente, é tenaz?). Os fragmentos 15, 16 e 17 exemplificam as categorias de julgamento de estima social.

| | | |
|---|--|------------|
| 15 | Para promover a titular da Casa Civil que escolhera para lhe suceder, o presidente Lula fabricou o pretensioso PAC, cujas pífias realizações atestam a cada dia a continuada incompetência gerencial dos dois governos. | E#8 |
| Julgamento de estima social do tipo capacidade | | |

| | | |
|--|---|-----|
| 16 | Além do mais, o barateamento do crédito terá alcance restrito, se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) continuar empenhado em financiar prioritariamente grandes empresas - incluída a Petrobrás -, normalmente comprometidas com grandes investimentos e com acesso fácil às fontes internacionais de recursos. | E#2 |
| Julgamento de estima social do tipo normalidade | | |

| | | |
|---|---|------|
| 17 | Em mais um esforço para desencalhar a economia nacional, a presidente Dilma Rousseff convocou os governadores e ofereceu-lhes financiamento e facilidades fiscais para investir. | E#11 |
| Julgamento de estima social do tipo tenacidade | | |

No exemplo 15, a avaliação de julgamento do tipo capacidade é manifestada, léxico-gramaticalmente, pela nominalização “incompetência”. O emprego desse nome expressa a incapacidade com que, na opinião do Estadão, os dois governos (do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidente Dilma Rousseff) tomaram/tomam providências. No exemplo 16, o julgamento de normalidade é evidenciado pela circunstância “normalmente”, a qual indica que é algo normal, habitual as grandes empresas estarem comprometidas com investimentos de grande porte e terem acesso facilitado às fontes internacionais de recursos. Já no exemplo 17, o julgamento de tenacidade é manifestado, léxico-gramaticalmente, pela sentença “em mais um esforço para desencalhar”, que revela o quão determinada, no ponto de vista do jornal, a Presidente se mostra ao agir em relação aos problemas de crescimento da economia nacional.

Por outro lado, os julgamentos de sanção social envolvem questões morais e legais, tendo em vista regras ou regulamentos estabelecidos pela Igreja ou pelo Estado. Ao infringir alguma dessas regras, o comportamento do indivíduo será julgado como pecado ou crime; “romper uma sanção social significa correr o risco de receber punições legais ou religiosas” (WHITE, 2004, p.187). Os julgamentos de

sanção social estão ligados à propriedade (o indivíduo é ético?) e à veracidade (o indivíduo é sincero?). Os exemplos 18 e 19 ilustram essas categorias de julgamento.

| | | |
|--|--|------|
| 18 | A presidente insiste numa política perigosa, muito boa para os empresários amigos da corte, mas muito ruim para o País. | E#10 |
| Julgamento de sanção social do tipo propriedade | | |

| | | |
|---|---|-----|
| 19 | Para cumprir sua promessa de campanha, a presidente deveria ter [...]. | E#5 |
| Julgamento de sanção social do tipo veracidade | | |

No exemplo 18, há uma avaliação de julgamento do tipo propriedade. Essa avaliação é expressa, léxico-gramaticalmente, pela sentença “perigosa, muito boa para os empresários amigos da corte, mas muito ruim para o País”, que qualifica a política adotada pela Presidente Dilma Rousseff. Segundo a posição do Estadão, a Presidente Dilma supostamente privilegiaria os grandes empresários, denominados “amigos da corte”, em detrimento do Brasil, o que não seria considerado ético, correto. Já no exemplo 19, há uma avaliação de julgamento do tipo veracidade, que é evidenciada, léxico-gramaticalmente, pela oração “Para cumprir sua promessa de campanha”. Segundo o jornal, a Presidente Dilma Rousseff não cumpriu sua promessa, o que significa que faltou com a verdade. Isso, portanto, evidencia um julgamento de veracidade.

Dessa forma, os julgamentos de sanção social compreendem elogio e condenação, enquanto que os de estima social implicam admiração e crítica. Aqueles tendem a ser regulados pela cultura escrita, por meio de decretos, normas e regulamentos, enquanto estes, pela cultura oral, através de fofocas, boatos e diferentes tipos de histórias. O tipo de julgamento dependerá da posição ocupada por aquele que avalia, o qual decidirá se vai julgar positiva ou negativamente o comportamento dos indivíduos. O Quadro 6 apresenta exemplos típicos das categorias de julgamento.

| CATEGORIZAÇÃO DO JULGAMENTO | | |
|--|--|--|
| Estima social | Positivo (admirar) | Negativo (criticar) |
| Normalidade (o comportamento é usual?) | sortudo, afortunado ...; normal, natural ...; estável, previsível ...; moderno, célebre ... | sem sorte, miserável ...; estranho, peculiar ...; temperamental, imprevisível ...; antiquado, obscuro ... |
| Capacidade (o indivíduo é capaz?) | poderoso, vigoroso ...; são, saudável ...; maduro, experiente ...; espirituoso, cômico ...; esperto, talentoso ...; equilibrado, sensato ...; especialista, sagaz ...; educado, culto ...; competente, realizado ...; bem-sucedido, produtivo... | fraco, frágil ...; enfermo, doente ...; imaturo, inexperiente ...; tedioso, sério ...; lento, grosso ...; desequilibrado, insensato ...; amador, tolo ...; mal-educado, ignorante ...; incompetente, irrealizado ...; malsucedido, improdutivo... |
| Tenacidade (o indivíduo é persistente?) | corajoso, bravo...; cauteloso, paciente...; cuidadoso, metuculoso...; incansável, perseverante...; confiável...; fiel, leal...; flexível, adaptável... | tímido, covarde...; precipitado, impaciente...; rápido, despreocupado...; cansável, desatento...; duvidoso...; infiel, desleal...; teimoso, obstinado... |
| Sanção Social | Positivo (elogiar) | Negativo (condenar) |
| Veracidade (o indivíduo é sincero?) | verdadeiro, honesto...; franco, direto...; discreto, tático...; | enganador, desonesto...; manipulador, enganoso...; embotado, fofoqueiro ... |
| Propriedade (o indivíduo é ético?) | moral, ético...; cumpridor da lei, justo...; sensível, afetuoso...; modesto, humilde...; polido, reverente...; altruísta, generoso... | imoral, mau...; corrupto, injusto...; insensível, cruel...; esnobe, arrogante...; rude, grosseiro...; egoísta, ganancioso... |

Quadro 6 - Categorização do julgamento.

Fonte: Adaptado de MARTIN; WHITE, 2005, p.53.

No Sistema de Avaliatividade, os tipos de julgamento têm relação com o sistema de modalidade, desenvolvido por Halliday (1994), sendo que cada um dos tipos de julgamento é uma lexicalização de uma das categorias da modalidade. Dessa forma, a normalidade está para a usualidade, a capacidade está para a habilidade, a tenacidade está para a inclinação, a veracidade está para a probabilidade, a propriedade está para a obrigação. Em estudos anteriores sobre a categoria de julgamento, Iedema e White (1994) propuseram que os termos para os tipos maiores de julgamento eram mais próximos às oposições modais, conforme esquematizado na Figura 7.



Figura 7 - Julgamento e modalidade.

Fonte: Adaptado de MARTIN; WHITE, 2005, p. 54, com base em IEDEMA; WHITE, 1994.

Assim sendo, destino estaria para normalidade, resolução para tenacidade, verdade para veracidade e ética para propriedade. Como explica White (2004, p. 189), os estudos hallidayanos sobre modo, modalidade e metáfora interpessoal proporcionaram uma ligação entre a gramática interpessoal e a Avaliatividade.

No modelo de Halliday, os valores modais podem ser realizados de forma congruente (não-metáforica) através de auxiliares modais (*pode, deve, poderia, etc*) e adjuntos modais (*talvez, possivelmente, certamente*), e metaforicamente através de formulações mais lexicais como “É possível que...”, “É necessário que...”, “Eu acho que...”, etc. É possível construir uma série de realizações para os valores modais ‘epistêmicos’ de probabilidade, usualidade e capacidade começando de forma congruente (através de formulações ‘gramaticais’), passando por formulações metafóricas (mais lexicalizadas), até chegar a um léxico de natureza claramente valorativa.

Dessa forma, a modalização de probabilidade relaciona-se ao julgamento lexicalizado de veracidade; a modalidade de usualidade relaciona-se ao julgamento de normalidade; modalidade de habilidade relaciona-se ao julgamento de capacidade; modalidade de inclinação está relacionada ao julgamento de tenacidade e, da mesma forma, a obrigação está relacionada aos julgamentos de propriedade.

É importante destacar, por fim, que há uma inter-relação entre os modos atitudinais, já que o afeto influencia diretamente nas avaliações de julgamento e apreciação. Segundo White (2004, p. 182-183), essas três categorias semânticas estão “fundamentalmente interligadas na medida em que todas têm a ver com a expressão de ‘sentimentos’”. A função do afeto, considerando as formas institucionalizadas de sentimentos, é sistematizada a seguir, na Figura 8.

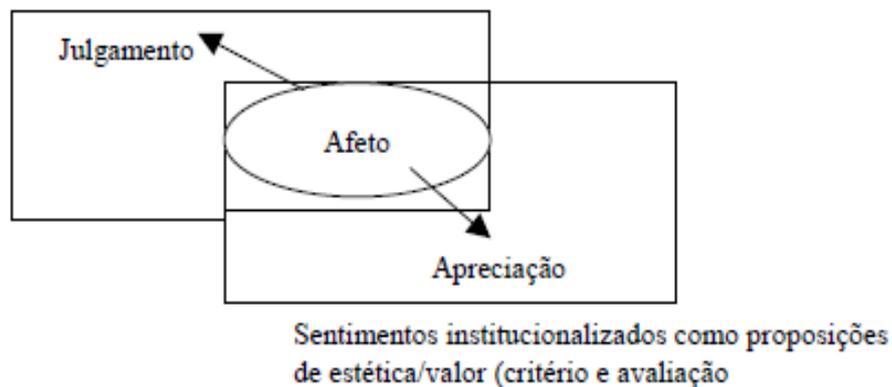


Figura 8 - Julgamento e apreciação como afeto institucionalizado.
Fonte: VIAN JR., 2009, p. 112.

Portanto, levando em conta as três categorias semânticas do subsistema de atitude (julgamento, afeto e apreciação), a diferença entre elas está no modo como se fundamentam os sentimentos. De acordo com Martin e White (2005, p.45), o julgamento e a apreciação são vistos como “sentimentos institucionalizados”⁵³. Nas avaliações de julgamento, a reconstrução dos sentimentos ocorre na forma de propostas referentes à forma correta, adequada de comportamento (eticamente). Nas avaliações de apreciação, a reconstrução dos sentimentos ocorre na forma de proposições em relação ao valor das coisas (esteticamente). Já no afeto, a ação da emoção é manifestada diretamente e a categoria é conhecida também como “o

⁵³[...] institutionalised feelings [...]

coração dos sentimentos *institucionalizados*⁵⁴ (MARTIN; WHITE, 2005, p. 45), por ser o ponto central das atitudes que exprimimos.

É importante ressaltar, ainda, que as avaliações nem sempre são manifestadas de modo explícito. Martin e White (2005) destacam que elas podem ser atribuídas diretamente (avaliações inscritas, que são explícitas) ou indiretamente (avaliações invocadas, que são implícitas). Tendo por base Martin e White (2005), Almeida (2010), Carvalho (2010) e Ikeda (2010), avaliações atitudinais explícitas são aquelas que são expressas pelo léxico atitudinal, constituído por processos com significados atitudinais, Atributos (Epítetos em grupos nominais e qualidades nominalizadas em grupos nominais), circunstâncias, grupos nominais com participantes conscientes (como no exemplo 20) e metáforas gramaticais. Ocorrências manifestadas por categorias diferentes das mencionadas são classificadas como implícitas.

| | | |
|--|--|-----|
| 20 | No caso dos bancos nacionais, a capacidade de ação do governo é certamente maior [...]. | E#2 |
| Julgamento de Estima Social do Tipo Capacidade Explícito | | |

Em 20, o Atributo “maior” indica explicitamente a seguinte avaliação: que as ações do governo federal frente a questões que envolvam os bancos nacionais são significativas e que sua capacidade de ação é superior, se comparada às suas atitudes em outras esferas. Nesse exemplo, a avaliação está inscrita no enunciado através de um item léxico-gramatical atitudinal e revela uma ocorrência de julgamento de estima social do tipo capacidade.

As avaliações implícitas (ou invocadas) não se manifestam através do léxico diretamente atitudinal. A prosódia avaliativa (ou seja, o contexto avaliativo do texto) sinaliza que há avaliação, embora implicitamente. Conforme Martin e White (2005), há duas categorias de avaliações invocadas: as provocadas e as evocadas.

⁵⁴ [...]the heart of institutionalised feelings [...]

As avaliações provocadas acontecem em enunciados que, apesar de não apresentarem léxico atitudinal, sinalizam que há atribuição valorativa para determinadas representações. São comuns, neste caso, o emprego de metáfora lexical, metonímia, personificação, intensificação ou contraexpectativa.

| | | |
|--|--|-----|
| 21 | [...] o governo sempre dava um jeito de empurrar a decisão para um dia indeterminado. | E#4 |
| Julgamento de estima social do tipo capacidade provocado | | |

No exemplo 21, temos uma avaliação atitudinal provocada, pois é manifestada pela metáfora “empurrar a decisão para um dia indeterminado”. O emprego dessa linguagem figurada expressa a avaliação de que o governo não toma decisões com pontualidade; conseqüentemente, não age com eficiência, o que caracteriza um julgamento de estima social do tipo capacidade.

As avaliações evocadas ocorrem quando não há, no enunciado, léxico atitudinal ou *tokens* de atitude. Neste caso, a avaliação é ativada pelo contexto e fica na dependência de o leitor percebê-la. São características de avaliações evocadas a ironia, o ato de fala indireto, a nominalização de uma atividade e os *tokens* factuais (seleção de significados ideacionais) (MARTIN; WHITE, 2005; IKEDA, 2010).

| | | |
|--|--|-----|
| 22 | Embora tivesse demonstrado, no início da semana, grande preocupação com a situação [...] na terça-feira a presidente Dilma Rousseff parecia ter descoberto um novo quadro econômico. | E#2 |
| Julgamento de estima social do tipo capacidade evocado | | |

O exemplo 22 apresenta uma avaliação evocada, que é manifestada pelo tom irônico do editorialista ao criticar a diferença de comportamento da Presidente em

relação ao quadro econômico do país. Isto é, apesar de sua preocupação com a situação na terça-feira, no final da semana a Presidente já parecia ter descoberto um “novo quadro econômico”, cujos problemas iniciais estavam solucionados.

A presença das avaliações invocadas gera, conforme Martin e White (2005), três posições de leitura: tática, de resistência e complacente. Os autores explicam que a leitura tática é tipicamente parcial e interessada e tem por objetivo organizar um texto para propósitos sociais que não são aqueles que ele naturaliza. Já a leitura de resistência é contrária à co-seleção de sentidos em um texto, enquanto a leitura complacente intensifica esses sentidos.

Neste estudo, levamos em conta, em nossas análises, apenas as denominações “explícita” e “implícita” ao nos referirmos ao modo de ativação da avaliação nas passagens que manifestam a categoria aqui investigada, o julgamento. No próximo capítulo, apresentamos a metodologia adotada para a realização da análise que propomos neste estudo.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos a metodologia que adotamos nesta pesquisa. O capítulo detalha o percurso pelo qual nosso trabalho passou, descrevendo as etapas deste estudo, e está dividido em três seções, a saber: 3.1. Universo de análise, 3.2. Seleção do *corpus* e 3.3. Procedimentos de análise dos dados.

3.1 Universo de análise

A temática do nosso estudo está em conformidade com o que se propõem os projetos aos quais está vinculado: Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (CABRAL, 2010) e Avaliatividade e Discurso (CABRAL, 2009), ambos coordenados pela orientadora desta pesquisa, Profa. Dr. Sara Regina Scotta Cabral.

O Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (GAP 026308) é constituído de pesquisadores com um objetivo comum: realizar estudos que analisem e descrevam a Língua Portuguesa em contextos distintos. É o caso deste trabalho, que se preocupa com o contexto midiático jornalístico. O projeto Avaliatividade e Discurso (GAP 025376) tem por objetivo principal analisar os sistemas de Avaliatividade que se realizam em textos jornalísticos, principalmente em gêneros argumentativos como o artigo de opinião, a carta do leitor e o editorial. Esse projeto é vinculado à linha de pesquisa “Linguagem no contexto social”, bem como ao grupo de pesquisa “Linguagem como Prática Social” no CNPq.

Este trabalho analisa editoriais retirados de um renomado jornal brasileiro, O Estado de S. Paulo (mais conhecido como Estadão). De acordo com seu Histórico (<http://www.estadao.com.br/historico/>), o jornal, pertencente ao Grupo Estado, é o mais antigo dos que ainda estão em circulação na cidade de São Paulo. Sua primeira edição foi disponibilizada em 1875, ainda sob o nome de A Província de S. Paulo, e, a partir de janeiro de 1890, passou a operar com a denominação atual. Em março de 2000, foi lançado o seu portal de notícias, o Estadão.com.br, onde passaram a ser disponibilizadas informações em tempo real.

Nossa escolha recaiu sobre o Estadão, porque é um dos jornais mais antigos do Brasil, o que confere a ele grande credibilidade entre a sua audiência. Fiorin (2004, p. 25 - 26) traça o perfil do leitor (ao qual ele se refere como enunciatário) desse jornal:

O enunciatário do Estadão é um homem que pertence às elites do país, que conhece bem os fatos da política e da economia, para quem, portanto, não é preciso explicar, a todo momento, os antecedentes das notícias, o papel exercido por determinadas personalidades citadas nos textos e o significado das siglas de órgãos governamentais. É um consumidor da cultura erudita e das manifestações consideradas mais sofisticadas da cultura popular. Esse homem tem posições políticas bem definidas, é conservador em matéria de economia e política.

De acordo com Fiorin (2004), o leitor do Estadão é um homem cheio de certezas, o que favorece a manifestação de posições bem marcadas, de modo a enfatizar “menos a relatividade e a pluralidade de opiniões”. Para esse leitor, a leitura é a melhor forma para se adquirir informações. Com base nisso, podemos afirmar que O Estado de S. Paulo é um periódico de público selecionado, de elite, bastante tradicional e conservador. Além disso, segundo o autor, o jornal privilegia as seguintes temáticas: política nacional, economia e política internacional, tendo por domínio narrativo o público.

Um fator decisivo para termos optado por esse jornal é o fato de serem frequentes, em suas edições, publicações que se posicionam em relação ao governo Dilma Rousseff. Inclusive, de acordo com Mundim (2013), o Estadão tem uma posição política contrária ao partido da Presidente. Soma-se a isso o fato de o jornal apresentar seu conteúdo digitalmente, através de seu portal de notícias, o que nos auxiliou muito na coleta do *corpus*.

Dessa forma, a partir do contexto jornalístico e do jornal O Estado de S. Paulo como veículo de informação e formador de opinião, concentramo-nos em analisar o editorial, um dos gêneros que pertencem à esfera jornalística. Com base nisso, ao selecionar o *corpus*, atentamos para os seguintes critérios:

- a) os textos deveriam ser publicados em Língua Portuguesa, já que o projeto Avaliatividade e Discurso (CABRAL, 2009) analisa textos escritos nessa língua;

- b) o conteúdo deveria ser disponibilizado *online*, evitando, assim, que os textos necessitassem ser digitalizados antes da análise;
- c) os editoriais seriam publicados entre os meses de abril e julho de 2012, período em que iniciamos esta pesquisa;
- d) os editoriais deveriam apresentar avaliações ao desempenho de Dilma Rousseff frente ao governo federal.

Após a delimitação do universo de análise, passamos, a seguir, à seleção do *corpus*.

3.2 Seleção do *corpus*

Considerando os gêneros opinativos da esfera jornalística, conforme já mencionamos, adotamos, para análise, o editorial. Os textos foram escritos em Língua Portuguesa e disponibilizados no portal de notícias do jornal O Estado de S. Paulo. Os editoriais versam sobre questões políticas e econômicas da atualidade brasileira, com ênfase na atuação do governo federal, já que o Estadão tem como audiência um público conservador, tradicional, atento a assuntos que envolvam a política e a economia do país (FIORIN, 2004).

A leitura dos editoriais do Estadão explicita uma característica do jornal: a oposição clara ao governo federal. Corroboram essa ideia o fato de esse veículo ter como colunistas personalidades de posição político-partidária abertamente oposta ao governo federal, como é o caso do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, periodicamente, escreve sua coluna para o jornal. Os textos que compõem o *corpus* de análise desse estudo são, dessa forma, definidos como editoriais, pois apresentam, em seu conteúdo, a opinião do jornal que os veicula em relação a assuntos das esferas política e econômica do nosso país.

Com o propósito de delimitarmos o nosso *corpus*, reunimos um conjunto de 13 editoriais que enfatizam a atuação da Presidente Dilma Rousseff frente ao governo federal. Os textos foram publicados e coletados entre os meses de abril e julho de 2012, quando demos início à pesquisa. Os editoriais foram disponibilizados, em sua totalidade, na seção *Opinião*, no portal de notícias do jornal O Estado de S. Paulo, através do endereço eletrônico: <http://www.estadao.com.br/opiniao/>. Essa

seção reúne colunas, artigos de opinião e editoriais. No período de coleta, visitamos o site diariamente e selecionamos diversos editoriais que mencionavam, em seu conteúdo, passagens que faziam referência ao desempenho da Presidente; no entanto, optamos por aqueles cujo tema era Dilma Rousseff e seu governo.

No quadro 7, localizado a seguir, apresentamos os editoriais que compõem o *corpus* desta pesquisa. A fim de identificá-los e para referi-los ao longo deste estudo, atribuímos um código aos textos. Esse código inicia pela letra “E” (representativa de “editorial”) e é seguido do símbolo sustentado (#), que, por sua vez, é seguido do número do editorial. Numeramos os editoriais em ordem crescente (de 1 a 13), tendo como critério a data de publicação de cada um, conforme pode ser observado.

| Código | Referência do texto | |
|--------|--------------------------------|--------------------|
| | Título | Data de publicação |
| E#1 | Diplomacia da cachaça | 11/04/12 |
| E#2 | As Malvinas de Dilma | 02/05/13 |
| E#3 | Ministro sem agenda | 03/05/12 |
| E#4 | A poupança e as metas de Dilma | 05/05/12 |
| E#5 | Falta uma Fifa para as creches | 15/05/12 |
| E#6 | Uma fala exemplar | 18/05/12 |
| E#7 | Os vetos e a MP da presidente | 30/05/12 |
| E#8 | Não foi por falta de aviso | 06/06/12 |
| E#9 | Discurso não resolve crises | 07/06/12 |
| E#10 | Mais confusões de Dilma | 14/06/12 |
| E#11 | A crise que Dilma não vê | 17/06/12 |
| E#12 | CNI corrige as distorções | 15/07/12 |
| E#13 | A bronca errada de Dilma | 31/07/12 |

Quadro 7 - Corpus de análise (elaborado pela autora)

O *corpus* é constituído de 8.480 palavras e 2.319 *tokens* (palavras distintas). Os editoriais têm entre 605 e 682 palavras, distribuídas entre seis e dez parágrafos.

Na próxima seção, abordamos os procedimentos que adotamos para analisar o *corpus*.

3.3 Procedimentos de análise dos dados

A fim de cumprirmos com os objetivos a que nos propomos neste estudo, adotamos procedimentos de caráter quantitativo e qualitativo para a nossa análise. O caráter quantitativo deste trabalho reside na necessidade de fazer a identificação e a contabilização das ocorrências da categoria semântica de julgamento. O caráter qualitativo, por sua vez, está na importância de realizar a interpretação e a categorização das manifestações de julgamento que forem verificadas. Para isso, tomamos por base o referencial teórico acerca do Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), discutido no Capítulo 2 deste estudo.

A princípio, o estudo apresenta a Configuração Contextual (HASAN, 1989), que está localizada no início do Capítulo 4 - Resultados. Na análise da CC, procuramos verificar o contexto de situação que caracteriza os editoriais analisados. Para tanto, tivemos por base as variáveis contextuais de *campo*, *relações* e *modo*.

Em seguida, o estudo envolve duas análises: a textual e a semântico-interpretativa (RODRIGUES, 2013). Inicialmente, realizamos a análise textual, que foi feita manualmente e com o auxílio da ferramenta computacional *WordSmith Tools 6.0* (SCOTT, 2012). Essa ferramenta nos auxiliou a localizar algumas palavras (aquelas que faziam referência à Presidente Dilma Rousseff, como “ela”, “sua”, “dela”, “autoridade”, “chefe”, “governo”⁵⁵, “presidente” e “Dilma”) e a investigar o seu cotexto. A análise textual compreendeu, em um primeiro momento, um mapeamento a partir da leitura individual dos treze editoriais pela pesquisadora e, a seguir, estes nove procedimentos analíticos:

- 1) Localização dos itens léxico-gramaticais que faziam referência à Presidente Dilma Rousseff;

⁵⁵ “Governo”: metonímia de “Dilma Rousseff”.

- 2) elaboração, com o auxílio do recurso *Concordance*, de listagens das ocorrências dos itens léxico-gramaticais localizados, acompanhados do seu contexto;
- 3) pesquisa manual das elipses do item Dilma Rousseff;
- 4) identificação das manifestações de julgamento que cada texto apresentava;
- 5) categorização, em termos léxico-gramaticais, das manifestações de julgamento (que pode ocorrer na forma de itens lexicais, orações, complexos oracionais e metáforas gramaticais), considerando-se o contexto e o contexto dos editoriais;
- 6) categorização das ocorrências de julgamento em termos de sanção social ou estima social;
- 7) categorização das ocorrências de julgamento de sanção social em propriedade ou veracidade e quanto ao modo de ativação das avaliações;
- 8) categorização das ocorrências de julgamento de estima social em normalidade, tenacidade ou capacidade e quanto ao modo de ativação das avaliações;
- 9) elaboração de um quadro que sistematize a quantificação dos resultados até então constatados. Com isso, conseguimos quantificar a categoria e a subcategoria de julgamento mais frequentes no *corpus*.

A ferramenta computacional *WordSmith Tools 6.0* (SCOTT, 2012) foi ainda utilizada para quantificar precisamente o número de *tokens* e de palavras que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Logo em seguida, cumpridos os nove procedimentos descritos, partimos para a análise semântico-interpretativa, que nos conduziu aos resultados finais deste estudo. Nessa etapa, interpretamos os resultados obtidos na etapa anterior, procurando elucidar como estratégias avaliativas são empregadas, no *corpus* analisado, para julgar o desempenho da Presidente Dilma Rousseff. De acordo com os dados obtidos, segundo as manifestações de julgamento constatadas, pudemos verificar como, na opinião do jornal, a Presidente é avaliada no desempenho de sua função.

No capítulo seguinte, apresentamos os resultados de nossa análise.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresentamos e discutimos os resultados a que chegamos com a análise que propusemos no Capítulo 3 - Metodologia - deste estudo. Este capítulo, referente aos Resultados e Discussão, está dividido em quatro seções. Inicialmente, na seção 4.1 Configuração Contextual, realizamos a análise contextual do *corpus*, com base nas variáveis do contexto de situação: campo, relações e modo. Em seguida, na seção 4.2 - Sistematização dos Resultados, apresentamos um quadro que compila, em termos quantitativos, todas as ocorrências de julgamento que verificamos no *corpus* analisado. Esse quadro é resultado do mapeamento que fizemos das ocorrências dessa categoria nos editoriais.

A seção 4.2 compreende outras duas seções, a saber: 4.2.1 Julgamento: avaliações positivas e negativas, onde examinamos as ocorrências de julgamentos de estima e de sanção social quanto ao valor; e 4.2.2 Julgamento quanto ao modo de ativação: avaliações explícitas e implícitas. Na seção 4.3 Valor das avaliações e posição de leitura, expomos os resultados finais e fazemos algumas considerações acerca da posição de leitura do leitor do Estadão. Por fim, apresentamos, na seção 4.4, uma análise semântico-interpretativa dos resultados obtidos.

4.1 Configuração Contextual

Com base na perspectiva sistêmico-funcional, que considera que todo texto é influenciado pelo contexto em que se insere, julgamos ser imprescindível desenvolver a análise contextual dos editoriais que compõem o *corpus* deste estudo. Dessa forma, a análise da Configuração Contextual (HASAN, 1989), dar-se-á em termos das três variáveis do contexto de situação: campo, relações e modo. As variáveis nos adiantam características importantes acerca dos textos em análise.

A respeito da variável *campo*, os editoriais versam sobre questões políticas e econômicas do país, com ênfase na atuação da Presidente Dilma Rousseff no que se refere a esses assuntos. Os textos apresentam avaliações acerca dos seguintes temas:

- as reuniões da Presidente com autoridades de outros países com os quais o Brasil tem importantes negócios;
- os discursos que Dilma Rousseff profere com foco em políticas econômicas de governo e na situação da economia do Brasil;
- as ações da Presidente diante da situação econômica do país, especialmente no que diz respeito à crise mundial;
- os critérios adotados pela Presidente para escolher os ministros que compõem o seu governo;
- o desempenho do governo frente às obras para a Copa do Mundo de 2014, que será realizada no Brasil, e aos programas e projetos de governo;
- a alocução de Dilma Rousseff ao dar posse aos membros da Comissão da Verdade, em 16 de maio de 2012, no Palácio do Planalto; e
- os vetos da Presidente ao Código Florestal aprovado pelo Congresso e as regras por ela propostas através de Medida Provisória.

No que concerne à variável *relações*, interação, nos textos, o editorialista e os leitores do jornal. No entanto, o editorialista, que é o profissional responsável por escrever os editoriais, expressa em seus textos a opinião do Estadão e não a sua. Com isso, podemos afirmar que o editorialista é um representante do jornal, sendo O Estado de S. Paulo o participante maior envolvido na interação, já que os editoriais versam sobre temas de seu interesse e manifestam a sua opinião, conforme sua ideologia.

De acordo com informações apresentadas em seu Histórico (<http://www.estadao.com.br/historico/>), o Estadão é o mais antigo dos jornais da capital paulista que ainda estão em circulação. O periódico foi fundado por um grupo de dezesseis pessoas, reunidas por Manoel Ferras de Campos Salles e Américo Brasiliense e começou a circular no dia 04 de janeiro de 1875. O Estadão foi denominado, naquele momento, como A Província de São Paulo. Passou a ter a atual denominação a partir de janeiro de 1890 e é considerado a “célula-máter” do Grupo Estado, que também possui outras empresas e produtos. No ano 2000, passou a funcionar o portal de notícias Estadao.com.br, de onde coletamos o *corpus* deste estudo.

Ainda segundo informações do Histórico do jornal O Estado de S. Paulo, em janeiro do ano de 2003, o portal ultrapassou a marca de um milhão de visitantes por mês, o que o fez liderar os veículos de jornalismo com maior número de consultas em tempo real no Brasil. De acordo com o documento, pesquisas de mercado avaliam o Estadão como o jornal que possui mais credibilidade dentre as empresas jornalísticas brasileiras. Além disso, possui um teor político muito forte e um completo noticiário sobre o tema.

De acordo com informações apresentadas no próprio portal de notícias do Estadão, a linha editorial do jornal é norteada pelos seguintes princípios: liberdade, democracia e livre-iniciativa. Até maio de 2013, a seção *Opinião* era coordenada pelo diretor de opinião do jornal, Ruy Mesquita. Ele coordenava os editoriais desde 1996 e se reunia diariamente com os editorialistas a fim de definirem as *Notas e Informações*, seção que abriga os editoriais. O diretor morreu em 21 de maio de 2013.

Quanto ao leitor do Estadão, o outro participante envolvido na interação, Fiorin (2004) o caracteriza como um homem elitizado, apreciador da cultura erudita e conhecedor do que ocorre na política e na economia do país, sendo, inclusive, muito conservador nesse sentido. O leitor de O Estado de S. Paulo é bastante decidido quanto às suas posições políticas, tem opinião bem formada quanto a isso, e considera a leitura a maneira fundamental de adquirir informações. É, portanto, um homem da alta sociedade, de ideias bastante tradicionais, sendo ele um grande conhecedor de assuntos políticos e econômicos. O leitor espera que o jornal se manifeste acerca de um fato em repercussão no momento.

Entre O Estado de S. Paulo e o seu leitor, há uma relação de hierarquia (maior conhecimento do jornal/editorialista sobre os fatos abordados nos editoriais) e a distância social entre eles é máxima. Considerando os participantes dos textos, Dilma Rousseff interage com ex-Presidentes do Brasil, atuais e ex-ministros de seu governo, autoridades, empresários, auxiliares econômicos, governadores estaduais, membros da Comissão da Verdade, ruralistas, ambientalistas e ex-dirigentes de órgãos da área ambiental, com o rei da Espanha, Juan Carlos, e com o Presidente dos EUA, Barack Obama. Além disso, a Presidente interage com jornalistas em entrevista coletiva e com o público em discursos ou em pronunciamentos veiculados pela televisão.

Quanto à variável *modo*, o canal é gráfico, o meio é escrito e os textos foram disponibilizados em suporte digital, já que foram coletados do portal de notícias do jornal O Estado de S. Paulo, o Estadão.com.br. Nos editoriais, a linguagem tem papel constitutivo e teor avaliativo bastante forte. Os textos são escritos na terceira pessoa do singular, têm localização determinada no jornal, neste caso na seção Opinião, e versam sobre temas em repercussão no momento de sua publicação. Conforme Fowler (1991), não cabe aos editoriais dos jornais, simplesmente, oferecerem valores e crenças, mas sim empregarem estratégias textuais as quais priorizam o ato discursivo de oferecer valores e crenças. Nos editoriais aqui analisados, são comuns ocorrências de avaliações em relação ao desempenho da Presidente da República, Dilma Rousseff, frente ao governo federal. Ao escrever e publicar seus editoriais, o objetivo do jornal é influenciar o seu leitor a pensar e agir do modo como a instituição julga ser correto. Ou seja, o Estadão, neste caso, busca cooptar o maior número de leitores a aderirem à sua posição.

4.2 Sistematização dos resultados

Como buscamos detalhar a análise dos julgamentos que o jornal O Estado de S. Paulo apresenta, em seus editoriais, acerca do desempenho da Presidente do Brasil, elaboramos o Quadro 8, que nos mostra particularidades no que diz respeito à categoria avaliativa em foco neste estudo.

| Editorial | Estima Social | | | | | | | | | | | | Sanção Social | | | | | | | | Total | |
|-----------|---------------|------|------|------|------------|------|------|------|-------------|------|------|------|---------------|------|------|------|------------|------|------|------|-------|-----|
| | Capacidade | | | | Tenacidade | | | | Normalidade | | | | Propriedade | | | | Veracidade | | | | | |
| | + | | - | | + | | - | | + | | - | | + | | - | | + | | - | | | |
| | Exp. | Imp. | Exp. | Imp. | Exp. | Imp. | Exp. | Imp. | Exp. | Imp. | Exp. | Imp. | Exp. | Imp. | Exp. | Imp. | Exp. | Imp. | Exp. | Imp. | | |
| E#1 | 01 | | 02 | 04 | 03 | | 04 | | | | 03 | 01 | | | | 01 | | | | | | 19 |
| E#2 | 06 | | 02 | 01 | 03 | | 02 | | | | 01 | | | | 01 | | | 01 | 02 | | | 19 |
| E#3 | | 01 | | | | | 04 | 01 | | | | | | | 01 | 06 | | | | | | 13 |
| E#4 | | | | 02 | 03 | | 03 | 01 | | | | | | 01 | | 03 | | | | | | 13 |
| E#5 | | | 04 | 01 | 02 | | 01 | | | | 01 | | | | 02 | | | | | 03 | | 14 |
| E#6 | | 01 | | | 01 | 01 | | | | | | | | 03 | 02 | | | 03 | | 01 | | 12 |
| E#7 | 01 | | 01 | 02 | 02 | | | | | | | | | | | | | | | | | 06 |
| E#8 | 02 | | 02 | 01 | 02 | | | 01 | | | | 01 | | | 02 | | | | | | | 11 |
| E#9 | | 01 | 06 | 03 | | | 03 | | | | | | | | | | | | 01 | 02 | | 16 |
| E#10 | | | 07 | 03 | | | 01 | | | | 01 | | 01 | | 02 | 01 | | | | | | 16 |
| E#11 | 01 | | 05 | 01 | 01 | | 01 | | | | | | | | 01 | | | | | 01 | | 11 |
| E#12 | 01 | | 04 | 01 | | | 03 | 01 | | | 02 | | | | 02 | 01 | | | | | | 15 |
| E#13 | 01 | 01 | 05 | 01 | | | | | | | | | | | 01 | | | | | | | 09 |
| Total | 13 | 04 | 38 | 20 | 17 | 01 | 22 | 04 | | | 08 | 02 | 05 | 02 | 14 | 10 | 03 | | 03 | 08 | 08 | 174 |

Quadro 8 - Sistematização dos resultados (elaborado pela autora)

De acordo com as informações do Quadro 8, verificamos que as avaliações de julgamento apresentam-se entre 6 e 19 *tokens* nos editoriais analisados, sendo que a maioria dos textos apresentam mais de 11 avaliações desse tipo. Podemos afirmar, com base nisso, que há uma média de 13 avaliações por texto, em uma média de 652 palavras por editorial (já que o *corpus* é composto de 8480 palavras, distribuídas em 13 textos).

Constatamos também que os editoriais que mais apresentam julgamentos são o E#1, o E#2, o E#5, o E#9, o E#10 e o E#12. Esses editoriais versam, basicamente, sobre as ações da Presidente Dilma Rousseff em relação a questões econômicas do país. O E#1, por exemplo, aborda a visita da Presidente à Casa Branca, sede do governo americano, para tratar de negócios entre os dois países. Na opinião do jornal, a Presidente não agiu com eficiência nessa reunião e não conseguiu fazer bons negócios para o Brasil. O E#2 avalia o discurso que a Presidente proferiu no dia 01 de maio de 2012, para homenagear os trabalhadores pelo Dia do Trabalho. De acordo com o editorial, o foco desse discurso foram os juros cobrados pelos bancos.

Já o E#5 critica o desempenho da Presidente Dilma Rousseff e de seu governo frente às obras de creches e pré-escolas, comparando essas obras com as da Copa do Mundo de 2014. O E#9, por sua vez, avalia o discurso proferido pela Presidente na solenidade do Dia Mundial do Meio Ambiente, onde ela discursou sobre os efeitos da Crise Mundial na economia brasileira. O E#10 versa sobre o discurso da Presidente Dilma no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, no dia 12 de maio de 2014. Na ocasião, ela falou sobre problemas de crescimento do país. Por fim, o E#12 posiciona-se sobre o discurso proferido pela Presidente na cerimônia de batismo da Plataforma P-59 da Petrobrás na Bahia e da avaliação do Informe Conjuntural da Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre as ações do governo em relação à economia do país.

Observamos, portanto, que todos esses editoriais acabam, de certa forma, avaliando as ações da Presidente do Brasil (especialmente o que ela diz), em relação à economia do país. Desses textos, de acordo com o Quadro 8, os editoriais E# 9 e E#10 são os que mais abordam a capacidade negativa, cujas ocorrências predominam no *corpus*.

Em relação ao modo de ativação, os editoriais E#1, E#2, E#10 e E#12 são os que apresentam o maior número de avaliações de julgamento explícitas. Nesse

sentido, o Estadão parece não fazer questão de ocultar seu ponto de vista em relação à postura da Presidente em sua visita ao Presidente dos EUA, Barack Obama, assim como parece não desejar esconder o seu posicionamento acerca dos discursos proferidos pela Presidente Dilma Rousseff. Os editoriais 1#, E#3 e E#9 foram os que apresentaram o maior número de ocorrências de avaliações implícitas, ainda que pouco significativas, se comparadas às de avaliações explícitas.

Nas seções seguintes, detalharemos os dados mostrados no Quadro 8, apresentando os resultados em termos de valor (positivo/negativo) e de modo de ativação (explícito/implícito).

4.2.1 Julgamento: avaliações positivas e negativas

Em nossa análise, a partir da qual buscamos identificar como o desempenho da Presidente Dilma Rousseff é avaliado em editoriais do jornal O Estado de S. Paulo, verificamos 174 ocorrências de julgamentos em relação à atuação da Presidente.

Do total de ocorrências encontradas, 129 são de julgamentos de estima social e 45, de julgamentos de sanção social. Constatamos também que houve predomínio de avaliações negativas em relação ao comportamento da Presidente Dilma Rousseff. Detectamos 129 ocorrências de avaliações negativas e 45 ocorrências de avaliações positivas.

Em relação ao julgamento de estima social, verificamos 94 ocorrências de avaliações negativas e 35 ocorrências de avaliações positivas. Quanto às ocorrências de julgamento de sanção social, observamos a existência de 35 ocorrências de avaliações negativas e 10 ocorrências de avaliações positivas.

A Figura 9 permite que se tenha um primeiro olhar sobre o perfil que o Estadão traça para a Presidente do Brasil.

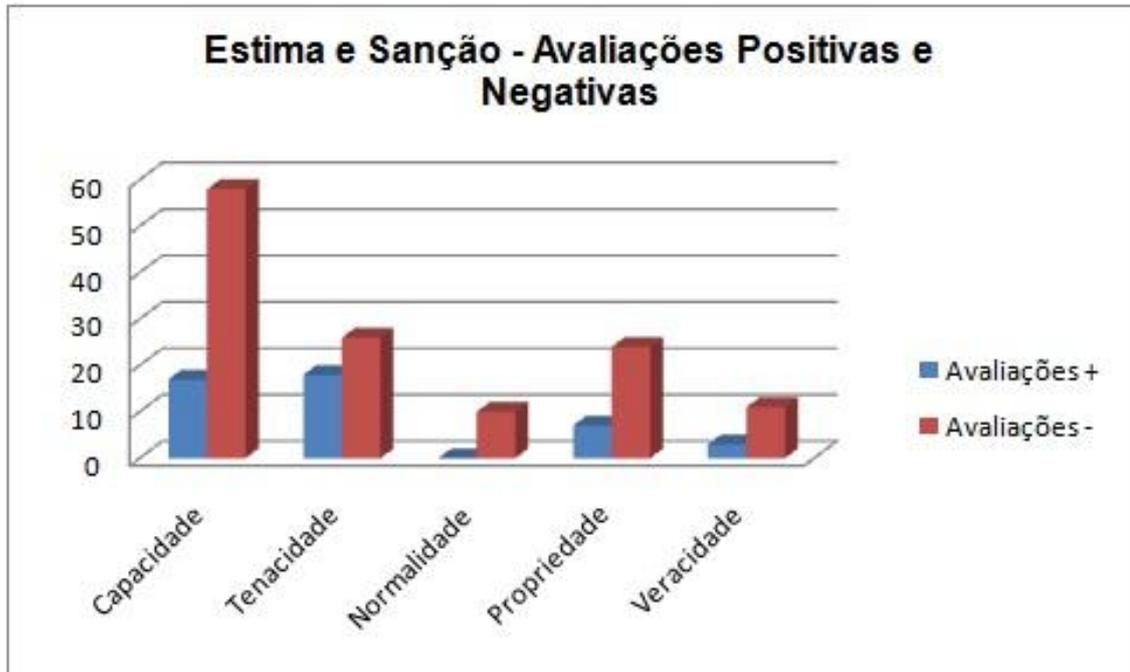


Figura 9 - Estima e Sanção – Avaliações Positivas e Negativas (elaborado pela autora)

Observamos que o jornal privilegia a estima social, enfocando a capacidade. O Estadão dá menor importância à sanção social, o que significa que valores como propriedade e veracidade são contemplados com menor incidência do que a estima social. O foco das avaliações está na capacidade negativa, o que nos permite inferir, inicialmente, que o objetivo do jornal é avaliar a Presidente Dilma Rousseff como incapaz para governar o Brasil.

A segunda categoria com maior número de ocorrências é a tenacidade, com predomínio de ocorrências negativas, as quais sugerem que o jornal entende que, embora a Presidente demonstre certa tenacidade em suas ações, não age com eficiência; isto é, a tenacidade manifestada por Dilma Rousseff não é avaliada positivamente pelo Estadão. Logo depois, a categoria com maior incidência é a propriedade, cujas avaliações são predominantemente negativas. Nesse sentido, o Estadão critica negativamente o comportamento da Presidente Dilma Rousseff, avaliando suas ações como erradas e/ou antiéticas. Dessa forma, as categorias com número de ocorrências mais significativo são a capacidade, a tenacidade e a propriedade.

Na seção subsequente, apresentamos, individualmente, os resultados referentes a cada categoria de julgamento em termos de valor das avaliações. Iniciamos pelos julgamentos de estima social e, na sequência, abordamos os julgamentos de sanção social.

4.2.1.1 Julgamento de Estima Social

Neste momento, apresentamos os resultados e as discussões acerca das ocorrências de julgamento de estima social. Inicialmente, discorremos sobre os julgamentos de capacidade; em seguida, debatemos sobre os julgamentos de tenacidade; e, por fim, discutimos sobre os julgamentos de normalidade.

Capacidade

Identificamos um total de 75 ocorrências de julgamento de estima social do tipo capacidade em relação ao desempenho da Presidente Dilma Rousseff. Essa categoria de julgamento foi a que manifestou o número mais expressivo de ocorrências no *corpus* analisado. Desse total, verificamos que 58 ocorrências expressam avaliações negativas e 17 expressam avaliações positivas. Nesse sentido, o editorialista avalia em que medida a Presidente manifesta eficiência e perspicácia frente ao governo federal.

Entendemos que, ao apresentar esse número significativo de ocorrências de avaliações negativas em termos de capacidade, o objetivo do editorialista do jornal O Estado de S. Paulo é avaliar a Presidente como alguém incompetente e, por isso, incapaz de ocupar tal posição. As ações de Dilma Rousseff são, predominantemente, avaliadas como ineficientes para solucionar os problemas (especialmente econômicos) do país, embora ela seja uma economista. O exemplo 23 apresenta uma ocorrência de julgamento de estima social do tipo capacidade negativo.

| | | |
|----|---|------|
| 23 | Como gerente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, depois, como chefe de governo, a presidente Dilma Rousseff se mostrou deficiente em todos esses quesitos. | E#10 |
|----|---|------|

O exemplo 23 mostra uma avaliação negativa em relação ao desempenho da Presidente Dilma Rousseff frente ao governo federal. Essa avaliação é expressa pelo Atributo “deficiente”. O editorialista faz referência ao período em que Dilma integrou o governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (também petista), nas funções de Ministro-Chefe da Casa Civil e responsável pelo PAC, bem como à sua posição atual, enquanto Presidente do Brasil. A avaliação do editorial sobre a atuação de Dilma Rousseff em ambas as funções é negativa: as ações da Presidente apresentam falhas e são consideradas insuficientes, o que permite que entendamos que Dilma é avaliada como incapaz. O editorialista parece querer induzir o seu leitor ao seguinte ponto de vista: se Dilma Rousseff é incapaz de gerenciar um programa de governo, menos preparada está para governar uma nação.

Verificamos ocorrências de outros Atributos utilizados para avaliar negativamente a capacidade da Presidente, tais como “limitado”, “perdido” e “baixa (capacidade de percepção do que acontece)”. Além disso, percebemos que foram empregadas outras categorias léxico-gramaticais para expressar essa avaliação negativa.

Uma dessas categorias é o processo com significado atitudinal, que pode ser identificado em passagens, tais como: “a presidente Dilma Rousseff **parece ter esquecido** esse detalhe” [E#1], “Mais uma vez a presidente Dilma Rousseff **se perdeu** num emaranhado de ideias confusas e fora de propósito” e “[Dilma Rousseff] **misturou** duas questões muito diferentes” [E#10].

Algumas circunstâncias também contribuem para expressar avaliações negativas em relação à atuação da Presidente, conforme é visto nos excertos “Mas o governo **pouco** tem feito nessas e em outras áreas [...]” [E#2] e “**apenas de**

passagem a presidente Dilma Rousseff mencionou a questão realmente séria [...]” [E#10]. Algumas nominalizações igualmente expressam avaliações negativas de capacidade nos textos analisados, conforme constatamos em: “[...] o governo federal continua gastando, embora com a **ineficiência** costumeira” [E#11], “a presidente e seus ministros econômicos parecem ter alguma **dificuldade** para estabelecer [...]” [E#13] e “**a confusão** [de Dilma] é evidente no impropriamente chamado Plano Brasil Maior” [E#13].

Orações condicionais também conferem esse tipo de avaliação à Presidente, como podemos verificar em: “**Se examinassem** o assunto com um pouco mais de atenção, a presidente e seus auxiliares talvez mudassem o discurso” [E#10] e “**Se percebesse** esses fatos, a presidente Dilma Rousseff reservaria suas broncas a seus estrategistas econômicos, antes de dirigir sua braveza ao setor empresarial” [E#13].

No que diz respeito às avaliações positivas de capacidade, as ocorrências são apresentadas em um número bem menos expressivo, se comparadas às ocorrências negativas. É importante destacar que, quando avaliada positivamente, a Presidente é vista como alguém que sabe aproveitar as oportunidades para expressar suas opiniões, que é capaz de compreender e de reconhecer questões significativas ao governo e que demonstra eficiência ao tomar certas decisões. O exemplo 24 apresenta uma ocorrência de julgamento de estima social do tipo capacidade positivo.

| | | |
|-----------|--|------------|
| 24 | Juros são importantes, mas não são tudo. A presidente sabe disso [...]. | E#2 |
|-----------|--|------------|

O exemplo 24 mostra uma ocorrência de avaliação positiva em relação à atuação da Presidente Dilma Rousseff. O processo mental “saber” é empregado com o intuito de expressar a avaliação de que Dilma é capaz de compreender assuntos relativos à economia do país, o que sugere aptidão, conhecimento por parte da Presidente. Observamos que há outros processos com significados

atitudinais os quais foram empregados para avaliar a Presidente Dilma como perspicaz e eficiente. Alguns deles são “aproveitou”, “convocou” e “cobrou”.

Encontramos também outras ocorrências de avaliações positivas de capacidade que são manifestadas por diferentes categorias lexicais. Uma dessas categorias é o Atributo, que pode ser visto em: “No caso dos bancos nacionais, a capacidade de ação do governo é certamente **maior** [...]” [E#2]. Essa avaliação é igualmente manifestada em orações com teor avaliativo positivo, como em “**Com Dilma, o percurso chegará ao seu desfecho**” [E#6]. As avaliações positivas de capacidade se dão, mormente, através do emprego de processos com significados atitudinais.

Tendo em vista a grande incidência e o predomínio de julgamentos negativos de capacidade, percebemos que o editorialista busca, através do editorial, convencer o leitor (ou se alinhar ao ponto de vista dele) de que Dilma Rousseff não é preparada para ocupar a presidência do país, pois demonstra pouca competência em suas atitudes, quando o que se espera de um Presidente da República é que exerça sua função com eficiência.

Tenacidade

Identificamos, no *corpus* analisado, a presença de 44 ocorrências de julgamento de estima social do tipo tenacidade. Nesse sentido, é avaliado pelo Estadão em que medida a Presidente Dilma Rousseff desempenha suas ações de maneira tenaz, persistente, e como o jornal avalia a tenacidade demonstrada por ela. Constatamos que o julgamento de tenacidade negativo foi manifestado 26 vezes, enquanto o julgamento de tenacidade positivo, 18 vezes.

Dessa forma, predominaram, dentre as ocorrências de julgamento de tenacidade, as que avaliam negativamente a Presidente. Essas avaliações fazem referência principalmente à pouca persistência com que Dilma Rousseff age, em certas ocasiões, e à avaliação negativa que o jornal faz em relação à persistência manifestada por Dilma em alguns momentos.

O exemplo 25 apresenta uma ocorrência de julgamento de estima social do tipo tenacidade negativo.

| | | |
|----|---|-----|
| 25 | A presidente Dilma Rousseff não manifestou, até hoje, a mínima disposição de atacar de modo mais consequente os problemas da produção. | E#4 |
|----|---|-----|

O exemplo 25 expressa a avaliação de que Dilma Rousseff não parece disposta a enfrentar com firmeza as dificuldades que o país enfrenta. Essa avaliação é evidenciada, especialmente, pelo complexo oracional “não manifestou, até hoje, a mínima disposição de atacar de modo mais consequente”. Os Adjuntos “não” e “de modo mais consequente” e o Atributo “mínima” contribuem fortemente para desencadear a avaliação. Isso sugere que a opinião do editorialista é a de que a Presidente comporta-se de maneira pouco tenaz, faltando-lhe garra para combater problemas econômicos do Brasil. Com isso, novamente vem à tona a avaliação de que a Presidente Dilma não tem competência para governar o país.

Avaliações desse tipo, que julgam a Presidente como alguém que não manifesta coragem e tenacidade, também são realizadas por outras estruturas e categorias léxico-gramaticais. Uma categoria empregada é o processo com significado atitudinal, que pode ser visto em ocorrências como “[Dilma] **respeitou** também o ritual de dar satisfação ao comando partidário” [E#3].

Constatamos também a existência de ocorrências de processo acompanhado de sua Meta e de seu Beneficiário, como em “a presidente, apesar disso, julgou adequado **prestar-lhe contas de sua escolha**” [E#3]. Orações com teor avaliativo também destacam a falta de tenacidade da Presidente em suas ações, como pode ser visto em “**falta levar a outras áreas a coragem** demonstrada na alteração da poupança” [E#4].

Além dessas ocorrências de julgamento de tenacidade negativo, observamos que várias passagens foram empregadas com o intuito de expressar a opinião de que, embora a Presidente se esforce, insista, repita, proteste e se dedique, ela não procede com eficiência. É como se Dilma Rousseff fosse avaliada como uma pessoa tenaz, mas que insiste no erro, em ações e em discursos que não produzem o efeito desejado, conforme em “O que o governo tem feito **com grande insistência** é

estimular [...]. É uma política cuja eficácia está limitada pela capacidade de endividamento das famílias e pela disposição dos bancos de emprestar.”

Com menor incidência, encontramos ocorrências de julgamento positivo de tenacidade. Essas ocorrências fazem referência à determinação demonstrada pela Presidente Dilma ao tomar decisões (como no exemplo 26) e à insistência com que defende seus interesses em determinados momentos.

| | | |
|----|---|-----|
| 26 | O governo tem-se empenhado principalmente na campanha pela redução de juros. | E#4 |
|----|---|-----|

O exemplo 25 expressa a avaliação de que a Presidente Dilma demonstra tenacidade, perseverança, esforço na campanha pela redução de juros, o que é bem avaliado pelo Estadão. Esse julgamento é revelado pela locução “tem-se empenhado”. Verificamos que esse tipo de avaliação foi manifestado, léxico-gramaticalmente, também por outros processos (seguidos ou não de circunstâncias), como “retomou”, “resistiu” e “protestando mais uma vez”, locuções verbais, como “tentando superar” e “tem-se empenhado”, e oração de cunho adverbial, como no seguinte complexo oracional: “**Em mais um esforço para desencalhar** a economia nacional, a presidente Dilma Rousseff convocou os governadores [...]” [E#11].

Em resumo, predominaram ocorrências de julgamento de estima social do tipo tenacidade negativa. Nessas ocorrências, o editorialista avalia a Presidente como alguém que, em certos momentos, comporta-se de modo pouco persistente e com pouca disposição para lutar pelos interesses do país. Além disso, ela é avaliada, em algumas ocorrências, como submissa ao seu partido político, como alguém que não se impõe diante das decisões partidárias e que acaba sendo conivente com as supostas falhas de seus companheiros de partido e de governo. Observamos, ainda, que há diversas ocorrências em que o Estadão avalia negativamente a tenacidade manifestada por Dilma Rousseff. Essas ocorrências, embora julguem a Presidente como persistente, buscam expressar a ideia de que ela não investe suas expectativas, sua persistência e sua tenacidade em ações realmente importantes para o país, como ocorre na seguinte passagem: “Ela

aproveitou a celebração para cobrar **mais uma vez** a redução do custo dos financiamentos, como se fosse essa, neste momento, a ação mais importante” [E#2]. Com isso, é ressaltada a avaliação de que as atitudes de Dilma Rousseff não produzem o efeito esperado, o que torna suas ações frente ao governo federal ineficientes.

Normalidade

Identificamos, nos editoriais analisados, 10 ocorrências de julgamento de estima social do tipo normalidade, e todas são negativas. Dentre as categorias de julgamento de estima social, esta foi a que totalizou menor incidência. A maioria das manifestações de julgamento de normalidade fazem referência a alguma atitude considerada atípica adotada pela Presidente Dilma Rousseff. Além disso, essas atitudes não são vistas como positivas pelo editorialista; ao contrário, são consideradas negativas e não usuais. O exemplo 27 apresenta uma ocorrência de julgamento de estima social do tipo normalidade negativo.

| | | |
|----|---|------|
| 27 | Ao afirmar que o Brasil vive uma realidade "nunca antes vista" - pois é composto de pessoas alegres e felizes e trilha um caminho diferente do percorrido pelos países europeus, que o levará a se "transformar em uma das maiores nações do mundo" -, a presidente Dilma Rousseff demonstrou, mais uma vez, que vê a situação do País de modo diverso da maioria dos brasileiros [...]. | E#12 |
|----|---|------|

O exemplo 27 demonstra, através da circunstância “de modo diverso”, uma avaliação em relação a uma declaração proferida pela Presidente Dilma. A declaração é entendida como não habitual, à medida que, segundo o editorialista, a Presidente manifesta-se diferentemente do modo como pensam a maior parte dos

brasileiros, o que caracteriza um julgamento de estima do tipo anormalidade. Com isso, entendemos que a Presidente é avaliada como alguém que tem um comportamento diferente do esperado, rompendo com as expectativas e com aquilo que o jornal julga ser adequado para ser dito/feito por um/uma Chefe de Estado.

Os julgamentos de normalidade são manifestados também por outras categorias léxico-gramaticais. Uma delas é o Atributo, que está presente na seguinte passagem: “mas foi um tanto **surpreendente** a escolha dos juroes como tema central de seu pronunciamento” [E#2]”. Outra categoria que contribui para esse tipo de avaliação é o processo com significado atitudinal, conforme pode ser visto em “[...] ela **evita** a expressão guerra cambial [...]” [E#1]. A nominalização também aparece, como podemos verificar em “a única **novidade**, no entanto, foi o compromisso de construção de 6 mil creches em quatro anos. Na prática, nenhum efeito sensível.” [E#5].

Embora a pouca incidência de julgamentos de estima social do tipo normalidade, verificamos que algumas atitudes da Presidente Dilma Rousseff são avaliadas como não usuais, atípicas, anormais. Relacionamos, então, o fato de essas ocorrências de julgamento de normalidade não terem sido avaliadas como positivas à postura adotada pelo Estadão, que, por ser um jornal de público conservador (FIORIN, 2004), tende a não aprovar comportamentos considerados não usuais.

4.2.1.2 Julgamento de Sanção Social

A partir de agora, apresentamos os resultados e as discussões em relação às ocorrências de julgamento de sanção social. Inicialmente, discorreremos sobre os julgamentos de propriedade e, em seguida, discutimos sobre os julgamentos de veracidade.

Propriedade

Quando se discute sobre o julgamento de sanção social do tipo propriedade, entra em questão se o indivíduo comporta-se de maneira correta, ética, séria, ou não. Nesse sentido, constatamos, nos editoriais analisados, 31 ocorrências de julgamento de propriedade em relação ao desempenho da Presidente Dilma Rousseff, de modo que 24 expressam avaliações negativas e 7, avaliações positivas.

Dentre as ocorrências de julgamento de propriedade, predominam aquelas que avaliam negativamente a Presidente. A partir dessas ocorrências, o editorialista parece julgar a Presidente Dilma Rousseff como alguém que, em várias ocasiões, age de maneira incorreta, tomando atitudes erradas e articulando-se de maneira equivocada, bem como parece avaliá-la como uma pessoa que é conivente com ações supostamente antiéticas adotadas por seu partido político e por partidos aliados. O exemplo 28 apresenta uma ocorrência de julgamento negativo de propriedade.

| | | |
|----|--|-----|
| 28 | Assim, a presidente Dilma Rousseff mantém incólume o sistema de loteamento da administração federal entre os partidos da base governista. | E#3 |
|----|--|-----|

No exemplo 28, o editorialista faz referência ao suposto sistema de loteamento político praticado pelo governo federal. Essa avaliação é evidenciada, léxico-gramaticalmente, pela oração “mantém incólume o sistema de loteamento da administração federal entre os partidos da base governista”, sobretudo pelo Atributo *incólume*. Nesse caso, de acordo com o jornal Estadão, Dilma Rousseff preserva a prática adotada no governo anterior (do também petista Luis Inácio Lula da Silva) de distribuir cargos (em ministérios, secretarias, etc.) como uma gratificação por ter recebido apoio partidário no pleito que a elegeu. Essa prática é avaliada como

negativa, por não ser esse um critério considerado ético para escolher os membros que venham a compor o governo.

As avaliações negativas de propriedade em relação ao comportamento da Presidente Dilma Rousseff foram manifestadas por diferentes estruturas e categorias léxico-gramaticais. Dentre elas, estão o Atributo e a nominalização, conforme exemplificam, respectivamente, as seguintes passagens: “a bronca **errada** de Dilma” [E#13] e “o **equivoco** da presidente é óbvio” [E#10].

Processos com significado atitudinal também foram encontrados manifestando uma avaliação negativa de propriedade, como é o caso de “[...] seu discurso **falha** em relação a um ponto [...]” [E#4]. Orações ou complexos oracionais com contraexpectativa também contribuem para esse tipo de avaliação, como acontece em “Apenas de passagem a presidente Dilma Rousseff mencionou [...]. Mas, **ao contrário de sua tese**, há algo mais, no custo do investimento brasileiro, do que a taxa de juros” [E#10]

No que diz respeito às avaliações positivas de propriedade, encontramos poucas ocorrências, conforme já mencionado. Essas passagens referem-se ao fato de Dilma Rousseff posicionar-se corretamente, de acordo com a opinião do jornal. O exemplo 29 apresenta uma ocorrência de julgamento positivo de sanção social do tipo propriedade.

| | | |
|----|---|-----|
| 29 | O governo está certo quanto à necessidade de corte dos juros, [...]. | E#4 |
|----|---|-----|

No tocante ao exemplo 29, a Presidente, enquanto a maior representante do governo, tem sua atitude de considerar o corte dos juros necessário avaliada positivamente. Essa avaliação é evidenciada pelo emprego do Atributo “certo”, que expressa essa aprovação por parte do jornal que a avalia.

Encontramos também outras ocorrências de avaliações positivas de propriedade que são manifestadas por outras categorias léxico-gramaticais. Dentre elas, estão o Atributo e o processo com significado atitudinal, conforme exemplificam, respectivamente, os excertos “o mais ela avocou a si, em um

pronunciamento **exemplar** pela dignidade, correção e limpidez” [E#6] e “a presidente **acerta** quando atribui [...]” [E#10].

Com base no exposto, constatamos que a Presidente Dilma Rousseff é avaliada, em termos de propriedade, predominantemente como alguém que age de maneira incorreta e, muitas vezes, antiética frente ao governo federal. Relacionamos, então, essa avaliação à ideologia do jornal, cujo foco parece ser desqualificar a Presidente.

Veracidade

Verificamos, no *corpus* analisado, a presença de 14 ocorrências de julgamento de sanção social do tipo veracidade. Essas ocorrências avaliam em que medida a Presidente Dilma Rousseff é verdadeira em relação àquilo que diz ou faz. Isto é, os editoriais avaliam até que ponto ela revela sinceridade em seu discurso ou em suas ações. Dessas ocorrências, 11 apresentam avaliações negativas e 3 expressam avaliações positivas.

Com base nisso, observamos que predominam ocorrências negativas de julgamento de sanção social do tipo veracidade. Percebemos, então, que o objetivo do editorialista parece ser colocar em dúvida a credibilidade de Dilma Rousseff, avaliando-a como alguém que não cumpre suas promessas. O exemplo 30, a seguir, mostra uma ocorrência desse tipo de julgamento.

| | | |
|----|---|-----|
| 30 | A presidente prometeu mais de uma vez melhorar a capacidade gerencial da administração federal. Ficou na promessa. | E#2 |
|----|---|-----|

A avaliação de julgamento de veracidade negativo é realizada, léxico-gramaticalmente, pela oração “Ficou na promessa”. Com isso, fica evidente que o editorialista está avaliando a Presidente como alguém que não cumpre compromissos que firma frente ao governo federal, já que não cumpriu com a

promessa reiterada várias vezes: melhorar a capacidade gerencial da administração federal. Em fragmentos como esse, que avaliam negativamente a Presidente em termos de veracidade, notamos que o propósito do Estadão é induzir o seu leitor a pensar que a Presidente Dilma Rousseff não se expressa com sinceridade, o que a caracteriza como enganosa, já que faz promessas à população brasileira, mas não consegue cumpri-las. A partir disso, podemos inferir a avaliação de que a Presidente é uma pessoa em quem não se pode confiar, por isso não está apta para ocupar a presidência do país.

Verificamos que esse tipo de avaliação é manifestado também por outras orações, como, por exemplo: “Mas a função principal desse tipo de retórica **não é resolver** problemas. **É transferir** culpas” [E#2] e “**Para cumprir sua promessa de campanha**, a presidente Dilma Rousseff deveria [...]” [E#5]. Da mesma forma, encontramos essas avaliações negativas de veracidade em outras categorias, como em nominalizações, conforme pode ser visto em “[...] é preciso, igualmente, melhorar muito a gestão de programas e projetos, **outra promessa de campanha**” [E#5] e “Apesar disso, a presidente se permite **bravatas**” [E#11].

Já nas ocorrências positivas de julgamento de sanção social de veracidade, que ocorrem em menor incidência, a Presidente é avaliada como alguém que, em determinados momentos, fala com transparência, com franqueza; alguém que exprime verdade naquilo que diz. O exemplo 31 apresenta uma ocorrência desse tipo de julgamento.

| | | |
|----|---|-----|
| 31 | [...] ela não se guardou de chamar as coisas pelos seus nomes - "ditadura", "tirania", "violência", "truculência ilegal do Estado" [...] | E#7 |
|----|---|-----|

O exemplo 31 mostra uma avaliação positiva em relação à Presidente Dilma, na medida em que ela é julgada como alguém que expressa verdade em seu discurso. Essa avaliação é evidenciada pelo complexo oracional “não se guardou de chamar as coisas pelos seus nomes”. Em passagens como essa, que são raras no *corpus* analisado, a Presidente é avaliada como alguém que se expressa com

sinceridade, com autenticidade, com veracidade. Outra passagem que expressa uma avaliação semelhante é “[...] **tampouco deixou de consignar** que ‘reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais’” [E#6].

Com base nisso, observamos que Dilma Rousseff é avaliada, em termos de julgamento de sanção social (veracidade), predominantemente como uma Chefe de Estado que não cumpre as promessas feitas publicamente e que, conseqüentemente, engana aqueles que creem nos compromissos por ela firmados.

Até aqui, apresentamos as avaliações em termos de quantidade e valores (se positivas ou negativas), sem a preocupação de indicarmos o modo de ativação de cada uma das ocorrências. Por modo de ativação entendemos a manifestação explícita (inscrita) ou implícita (invocada) das avaliações nos enunciados. A partir da seção 4.2.2, passamos a considerar essas estratégias, que contam com maior ou menor percepção do leitor à prosódia atitudinal dos textos.

4.2.2 Julgamento quanto ao modo de ativação: avaliações explícitas e implícitas

No que concerne ao modo de ativação das avaliações de julgamento, constatamos a predominância de manifestações explícitas, as quais totalizaram 123 ocorrências. As avaliações implícitas foram manifestadas com menor incidência, 51 vezes. Em todas as ocorrências de julgamento, seja de estima ou de sanção social, prevaleceu o julgamento explícito: nesta, manifestado em 25 ocorrências e naquela manifestado em 98 ocorrências. Quanto ao julgamento implícito, em termos de sanção social, verificamos 20 ocorrências; e, em termos de estima social, constatamos 31 ocorrências. A Figura 10 ilustra essas ocorrências.

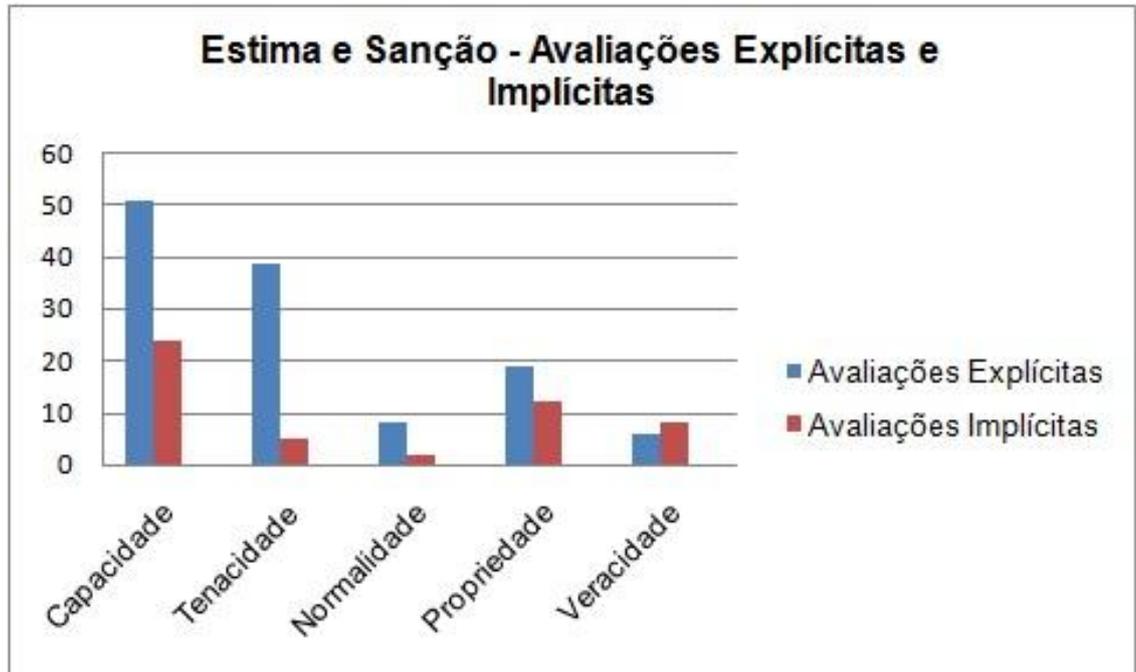


Figura 10 - Estima e Sanção – Avaliações Explícitas e Implícitas (elaborado pela autora)

Com base na Figura 10, pudemos constatar, inicialmente, que o jornal O Estado de S. Paulo opta pela explicitude de seu julgamento em relação ao desempenho da Presidente Dilma Rousseff. Capacidade e tenacidade são as categorias mais explícitas, seguidas da propriedade. Quando invoca julgamentos (implícitos), o Estadão o faz, predominantemente, em termos de capacidade, propriedade e tenacidade (nessa ordem).

Na seção seguinte, apresentamos, individualmente, os resultados referentes a cada categoria de julgamento em termos de modo de ativação das avaliações. Iniciamos pelos julgamentos de estima social e, na sequência, abordamos os julgamentos de sanção social.

4.2.2.1 Julgamento de Estima Social

Neste momento, apresentamos os resultados referentes às ocorrências de julgamento de estima social quanto ao modo de ativação, isto é, discutimos se essas

avaliações foram manifestadas explícita ou implicitamente e em que isso implica. Inicialmente, apresentamos os resultados em relação à capacidade; em seguida, à tenacidade; e, por fim, à normalidade.

Capacidade

A respeito do modo de ativação das avaliações, as ocorrências negativas de julgamento de capacidade são manifestadas 38 vezes explicitamente e 20 vezes implicitamente. Já as ocorrências positivas de julgamento de capacidade são manifestadas 13 vezes de modo explícito e 4 vezes de modo implícito. Predominam, dessa forma, aquelas que são manifestadas explicitamente, sobretudo as que estão relacionadas a avaliações negativas.

As ocorrências explícitas de julgamento de capacidade são evidenciadas léxico-gramaticalmente por diversas categorias. Dentre elas estão: processos com significados atitudinais (como “perdeu”, “parece ter esquecido” e “conseguiu”, por exemplo), Atributos (como “deficiente”, “limitada” e “perdido”), nominalizações (como “incompetência”, “confusão” e “dificuldade”) e circunstâncias (como “pouco”, “pouca” e “nas generalidades”).

Já as ocorrências implícitas são manifestadas por orações e complexos oracionais, conforme pode ser visto, respectivamente, em “[...] o governo federal continua gastando, **embora** com a **ineficiência** costumeira” [E#11] e “Em 2011, primeiro ano de governo, R\$ 891 milhões foram autorizados no orçamento e R\$ 308,3 milhões foram pagos. **Mas o ano terminou sem a conclusão de uma única obra**” [E#5]. Além disso, encontramos ocorrências de metáforas lexicais que evidenciam avaliações explícitas de capacidade, como no emprego das nominalizações “pregação” e “arenga” e na seguinte passagem: “[...] o governo sempre dava um jeito de **empurrar a decisão para um dia indeterminado**” [E#4].

Devido ao predomínio de avaliações explícitas de capacidade, entendemos que o jornal O Estado de S. Paulo tem pouco interesse em ocultar sua opinião acerca da aptidão de Dilma Rousseff para governar o Brasil. O editorialista faz questão de deixar claro o seu ponto de vista, destacando a avaliação de que a Presidente não é competente o suficiente para ocupar tal posto. A seguir, os

exemplos 32 e 33 apresentam ocorrências de julgamento de estima social do tipo capacidade quanto aos modos de ativação da avaliação: explícito e implícito, respectivamente.

| | | |
|----|--|-----|
| 32 | As incertezas do cenário internacional e os impactos da crise na economia brasileira paralisaram os investimentos privados. Por isso, é o momento adequado para o governo utilizar seu "arsenal de providências" e acelerar os investimentos públicos. Até agora, porém, o governo Dilma mostrou pouca aptidão para isso. | E#9 |
|----|--|-----|

| | | |
|----|---|------|
| 33 | Se percebesse esses fatos, a presidente Dilma Rousseff reservaria suas broncas a seus estrategistas econômicos, antes de dirigir sua braveza ao setor empresarial. | E#13 |
|----|---|------|

O exemplo 32 mostra uma ocorrência de julgamento explícito de capacidade. Essa explicitação é evidenciada, sobretudo, pelo emprego da circunstância “pouca”, que revela imediatamente ao leitor uma avaliação negativa: a de que a Presidente Dilma manifestou limitada disposição para agir em prol dos investimentos públicos; isto é, suas ações foram insuficientes, o que revela incapacidade.

Em contrapartida, o fragmento apresentado no exemplo 33 não apresenta diretamente um julgamento de estima do tipo capacidade. Isso porque a avaliação é expressa pela oração condicional “se percebesse”, sendo desencadeada, principalmente, pela conjunção “se”, o que constitui contraexpectativa. Ou seja, se a presidente não é capaz de perceber algo, então ela demonstra incapacidade em suas ações. A partir disso, podemos inferir que há, nesse excerto, um julgamento de estima social do tipo capacidade implícito. No entanto, dependerá da posição do leitor identificar ou não a avaliação.

Tenacidade

Quanto às ocorrências de julgamento de estima social de tenacidade, constatamos que o julgamento é expresso de modo explícito e implícito nos textos. Predominam, entretanto, manifestações explícitas desse tipo de avaliação, as quais totalizam 39 ocorrências: 22 negativas e 17 positivas. As implícitas, por sua vez, somam apenas 5 ocorrências, sendo 4 negativas e 1 positiva.

Dentre as categorias léxico-gramaticais que expressam avaliações explícitas de tenacidade, estão processos com significados atitudinais (como “resistiu”, “tem-se empenhado” e “insistindo”) e circunstâncias (como “mais uma vez” e “novamente”). Dentre as ocorrências de julgamentos de tenacidade implícitos, há complexos oracionais, como “Nesse sentido, **fez o que estava ao seu alcance** para caracterizá-la como um ato de Estado, não de seu governo” [E#6].

Considerando o predomínio de ocorrências de julgamento explícito de tenacidade, entendemos que, ao contrário das avaliações implícitas, quando prevalecem avaliações explícitas, como é o caso, o editorialista parece não querer ocultar o ponto de vista do Estadão. Pelo contrário, ele faz questão de deixar bem clara a opinião do jornal. A seguir, os exemplos 34 e 35 apresentam ocorrências explícitas e implícitas de julgamento de estima social do tipo tenacidade.

| | | |
|-----------|--|------------|
| 34 | A presidente resistiu à pressão de ambientalistas e alguns ex-dirigentes de órgãos da área ambiental. | E#7 |
|-----------|--|------------|

| | | |
|-----------|--|------------|
| 35 | Tenha agora a força de pôr o governo a trabalhar. | E#8 |
|-----------|--|------------|

O exemplo 34 apresenta uma ocorrência de julgamento de tenacidade explícita. Isso fica evidente pelo emprego do processo “resistir”, que expressa a avaliação de que Dilma Rousseff foi forte e persistente o suficiente para não ceder à

pressão imposta a ela. A forma verbal “resistiu” denota explicitamente essa ideia, tornando perceptível a avaliação feita pelo editorialista. Já no exemplo 35, há uma ocorrência de julgamento de tenacidade implícito, manifestada pela oração “Tenha agora força”, a qual sugere que Dilma Rousseff não está sendo suficientemente forte para colocar seu governo para trabalhar.

Normalidade

No que diz respeito ao modo de manifestação das ocorrências de julgamento de normalidade, identificamos a existência de 8 avaliações explícitas e 2 avaliações implícitas, todas negativas. As avaliações explícitas são evidenciadas, léxico-gramaticalmente, por Atributos (como “surpreendente” e “estranha”), nominalizações (como “exageros” e “novidade”), circunstância (como “de modo diverso”) e processo com significado atitudinal (como “evita”). Já as avaliações implícitas são manifestadas por orações, como a seguinte, que indica contraexpectativa: “Ela evita a expressão guerra cambial **sem deixar, no entanto**, de classificar a depreciação do euro e do dólar” [E#1].

A partir do predomínio de ocorrências de julgamento explícito, percebemos que, novamente, O Estado de S. Paulo não parece pretender ocultar a sua opinião, mas, ao contrário, procura deixá-la evidente ao seu leitor. Os exemplos 36 e 37, a seguir, ilustram ocorrências de julgamento de estima social do tipo normalidade explícita e implícita, respectivamente.

| | | |
|----|--|-----|
| 36 | Mas foi um tanto surpreendente a escolha dos juro como tema central de seu pronunciamento de segunda-feira, para comemorar o Dia do Trabalho. Ela aproveitou a celebração para cobrar mais uma vez a redução do custo dos financiamentos, como se fosse essa, neste momento, a ação mais importante para a criação de empregos e para o aumento do bem-estar dos trabalhadores. | E#2 |
|----|--|-----|

| | | |
|----|--|-----|
| 37 | A reprodução [Pela Presidente Dilma] da bem-sucedida fórmula do então presidente Lula contra a contaminação do Brasil pelo colapso do sistema financeiro dos Estados Unidos, a partir da quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, em 2008, ignorou o óbvio : a impossibilidade de promover o crescimento duradouro da economia com medidas puramente paliativas. | E#8 |
|----|--|-----|

No tocante ao exemplo 36, o emprego do Atributo “surpreendente” torna explícita a avaliação em relação ao tema escolhido por Dilma Rousseff em seu pronunciamento. De acordo com o editorialista do Estadão, a presidente causou espanto ao discursar, no Dia do Trabalho, sobre um tema que, na opinião do jornal, não era esperado: os juros. O emprego de “surpreendente” sugere que o editorialista considera inoportuno para a ocasião o assunto colocado em pauta pela Presidente Dilma, e que ele faz questão de deixar isso bem claro.

No exemplo 37, entretanto, o julgamento de normalidade não está explícito, e identificamos essa avaliação na oração mental constituída do Processo “ignorar” seguido do Fenômeno “o óbvio”. Nesse sentido, a atitude da Presidente é avaliada como incomum já que agiu de modo inesperado. De acordo com a opinião do Estadão, esperava-se que a fórmula do ex-Presidente Lula, que foi reproduzida por Dilma Rousseff, considerasse a impossibilidade de crescimento duradouro da economia com medidas puramente paliativas, o que não ocorreu.

4.2.2.2 Julgamento de Sanção Social

Nesta seção, apresentamos os resultados em relação às ocorrências de julgamento de sanção social quanto ao modo de ativação. Discorreremos, então, a respeito dessas avaliações, considerando se avaliações foram manifestadas

explícita ou implicitamente e em que isso resulta. Em um primeiro momento, apresentamos os resultados relativos à propriedade e, em seguida, à veracidade.

Propriedade

Com relação ao julgamento de sanção social do tipo propriedade, verificamos que as ocorrências são manifestadas, nos textos analisados, de modo explícito e implícito. As manifestações de julgamento de propriedade explícitas totalizam 19 ocorrências, sendo 14 negativas e 5 positivas, enquanto que as manifestações implícitas dessa categoria totalizam 12 ocorrências, sendo 10 negativas e 2 positivas.

As ocorrências explícitas são evidenciadas por diferentes estruturas e categorias. Uma delas é o Atributo (como “errada”, “certa” e “exemplar”); outra é o processo com significado atitudinal (como “acerta” e “falha”). As avaliações implícitas também são manifestadas diferentemente, em termos léxico-gramaticais, no *corpus*. Encontramos, por exemplo, a metáfora lexical, como em “Respeitou também o **ritual de dar satisfação ao comando partidário**” [E#3]. Além disso, encontramos complexos oracionais que expressam contraexpectativa, como é o caso de “A maior dificuldade que a economia brasileira enfrenta e que vem contendo seu desempenho, **no entanto**, não é a demanda em baixa, como entende o governo, que, por isso, concentra seu esforço em medidas que a estimulem.” [E#12].

Tendo em vista que se sobressaem aquelas avaliações onde o julgamento está nítido, evidente, acessível a todo leitor, entendemos que o jornal O Estado de S. Paulo não tem grande preocupação em omitir sua opinião, em termos de propriedade, acerca da atuação da Presidente Dilma Rousseff. Os exemplos 38 e 39 apresentam ocorrências de julgamento de sanção social (propriedade) explícito e implícito, respectivamente.

| | | |
|----|--|-----|
| 38 | A presidente Dilma Rousseff pode ter desagradado a uma parte do PDT, mas foi fiel ao padrão de loteamento do governo. | E#3 |
|----|--|-----|

| | | |
|----|---|-----|
| 39 | [Dilma] nunca deixou de prestar homenagem às siglas da coalizão governamental. | E#3 |
|----|---|-----|

No exemplo 38, o julgamento de propriedade é explicitamente expresso léxico-gramaticalmente pelo Atributo “fiel”, que se refere à Presidente Dilma e, segundo entende o jornal, à sua fidelidade ao sistema de loteamento adotado para preencher vagas de cargos importantes do governo federal. Com isso, está explícito o julgamento de propriedade, tendo em vista que Dilma é avaliada como alguém conivente com a ação, considerada antiética. É importante ressaltar que o Atributo é uma categoria léxico-gramatical altamente capaz de explicitar avaliações atitudinais.

Em contrapartida, no exemplo 39, há avaliação, mas não explícita. Nesse caso, temos a locução “deixou de prestar” acompanhada do seu Escopo-Processo “homenagem”, antecidos de negação (“nunca”), que, juntos, expressam a avaliação de que Dilma se mantém fiel à aliança partidária que compõe o governo federal. Faz-se referência, então, ao sistema de loteamento e aos critérios adotados para escolher os integrantes do seu governo, critérios esses avaliados no editorial como incorretos.

Veracidade

As ocorrências de julgamento de sanção social do tipo veracidade foram manifestadas, nos editoriais analisados, de modo explícito e implícito. Predominaram, diferentemente das demais categorias de julgamento, ocorrências implícitas, as quais totalizaram 8 manifestações, todas negativas. Já o julgamento

explícito de veracidade manifestou-se em apenas 6 ocorrências, sendo 3 positivas e 3 negativas.

As avaliações implícitas foram manifestadas por nominalização (como “uma promessa de campanha”), oração de teor adverbial (como “**Para cumprir sua promessa de campanha**, a presidente Dilma Rousseff [...]” – E#5), complexo oracional (como em “**Utilizam-se promessas para enfrentar problemas**” - E#9), entre outros. Já as avaliações explícitas foram evidenciadas por diversas categorias, como, por exemplo: Atributo (como “claro”), circunstância (“cada vez mais distante da realidade”) e processo com significado atitudinal acompanhado de negação (como “não se guardou”).

Constatamos que o objetivo do jornal, em termos de veracidade, é ocultar as avaliações negativas acerca do desempenho da Presidente Dilma Rousseff e destacar, de modo explícito, predominantemente as avaliações positivas. Essa é a única categoria de julgamento que é manifestada, de maneira prevacente, implicitamente, o que evidencia que o jornal, a partir dos editoriais analisados, não pretende se comprometer, expondo categoricamente avaliações desse tipo. Ao contrário, ele deixa a cargo do leitor perceber ou não esse tipo de avaliação. A seguir, os exemplos 40 e 41 apresentam ocorrências de julgamentos de veracidade implícito e explícito, respectivamente.

| | | |
|----|---|------|
| 40 | [...] o agronegócio garante algum superávit no comércio exterior, enquanto o conjunto das exportações empaca e as importações ocupam fatias crescentes do mercado interno. Apesar disso, a presidente se permite bravatas . A economia brasileira está no aquecimento e no fim do ano ganhará medalha pelo Produto Interno Bruto (PIB), disse ela num encontro com atletas classificados para os Jogos Olímpicos de Londres. | E#12 |
|----|---|------|

| | | |
|-----------|---|------------|
| 41 | Mas os seus efeitos - Dilma deixou claro - não se esgotaram no êxito da transição de 1985. | E#6 |
|-----------|---|------------|

No exemplo 40, a avaliação é expressa implicitamente pela nominalização “bravatas”, que constitui, nesse contexto, uma metáfora lexical, não caracterizando uma avaliação atitudinal explícita, já que não está nominalizando uma qualidade. Nesse exemplo, a Presidente é avaliada como alguém que não admite a real situação do país, utilizando fanfarronices, ao se referir à situação econômica do Brasil. Com isso, na opinião do jornal, ela não está sendo sincera, pelo contrário, está tentando simular a verdade, idealizando uma realidade muito distante para o país.

Já no exemplo 41, há uma evidente ocorrência de julgamento de veracidade explícito, que é, léxico-gramaticalmente, manifestado pelo Atributo “claro”. Nesse caso, Dilma Rousseff é avaliada como alguém que não omitiu a informação; ao contrário, deixou clara, sem margem a ambiguidades ou a mal entendidos.

4.3 Valor das avaliações e posição de leitura

Após detalharmos os resultados constatados a partir de nossa análise em cada categoria de julgamento, considerando o valor (se positivo ou negativo) e o modo de ativação (se explícito ou implícito) das avaliações, faz-se muito importante apresentarmos a Figura 11, que sintetiza essas informações.

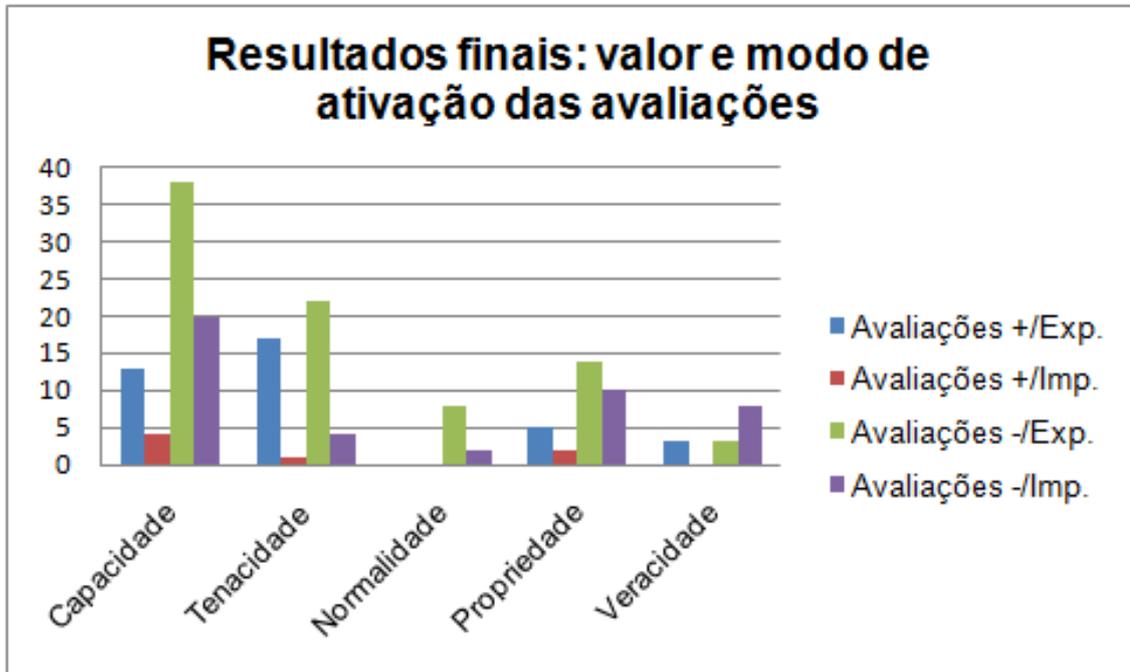


Figura 11 - Resultados finais: valor e modo de ativação das avaliações (elaborado pela autora)

A figura 11 nos mostra que, considerando todas as 174 ocorrências de julgamento, a maior incidência deu-se em termos de julgamento de capacidade negativo e explícito. Levando em conta as ocorrências negativas (tanto implícitas quanto explícitas), a capacidade é a categoria manifestada em um maior número de vezes.

Considerando as avaliações positivas, a tenacidade explícita prevaleceu em relação às demais categorias. Predominaram, no *corpus*, avaliações negativas e explícitas. A segunda maior incidência foi de julgamentos negativos e implícitos. Já a terceira avaliação mais recorrente foi a positiva e explícita. A avaliação com menor incidência no *corpus* foi a positiva e implícita, que, inclusive, não foi manifestada em todas as categorias de julgamento.

Ao discutirmos os modos de ativação das avaliações, sobretudo o modo implícito, torna-se fundamental destacarmos novamente a importância de conceitos explicados por Martin e White (2005) em relação à posição de leitura. Quando se leva em consideração as avaliações invocadas, é preciso atentar para o contexto (variáveis contextuais) e para o tipo de leitura adotado pelo leitor.

Conforme já mencionamos no Capítulo 2 deste estudo, Martin e White (2005) propõem três tipos de leitura: a tática, a de resistência e a complacente. A primeira é a tipicamente parcial e interessada, que estrutura o texto com fins distintos daqueles que ele naturaliza. A segunda é adversa à leitura naturalizada pela co-seleção de sentidos em um texto. Já a terceira é aquela que reforça, que fortalece esses sentidos.

Nesse sentido, a leitura complacente é a do leitor que assume os posicionamentos do autor do texto. Com base nisso, acreditamos que o Estadão almeja que o seu leitor realize uma leitura complacente, intensificando os sentidos presentes no texto. Isso revela um leitor “ideal”, que concorda, reforça e ainda compartilha as avaliações em relação ao desempenho da Presidente Dilma difundidas nos editoriais, que são, neste caso, predominantemente negativas e explícitas.

4.4 Dilma Rousseff e o julgamento do Estadão: uma análise semântico - interpretativa

Com base no exposto, nas evidências léxico-gramaticais mostradas e em todos os dados qualitativos e quantitativos que apresentamos, constatamos que, considerando o *corpus* analisado nesta pesquisa, o desempenho da Presidente Dilma Rousseff é avaliado, predominantemente, de maneira negativa nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. São muito comuns passagens em que as ações da Presidente são alvo de críticas.

É muito significativo o número de ocorrências de julgamentos de estima social, que predomina em relação ao número de ocorrências de julgamentos de sanção social. A partir disso, compreendemos que o jornal, ao empregar predominantemente julgamentos de estima, busca principalmente avaliar a Presidente em termos de ter (ou não) competência para administrar o Brasil, já que, dentre as categorias de estima social, prevalece vantajosamente a capacidade.

Considerando o julgamento de estima social de capacidade, sobressaem-se aquelas ocorrências que avaliam negativamente a Presidente Dilma Rousseff; ou seja, ela é avaliada, predominantemente, como incapaz de governar o país. Nesse

sentido, o jornal O Estado de S. Paulo parece querer, a todo o momento, desqualificar o discurso e as ações da Presidente, supondo que ela não tem aptidão para administrar o país, embora seja uma economista.

Em termos de tenacidade, também verificamos o predomínio de avaliações negativas. Nessas ocorrências, ora a Presidente é avaliada como alguém pouco tenaz, ora é avaliada como alguém persistente, cujas ações, entretanto, não são eficientes. Observamos que avaliações deste tipo foram manifestadas com o propósito de revelar a posição de que, mesmo que se esforce, que persista, que retome ideias e que lute por aquilo que acredita ser correto e eficaz para sanar os problemas do país, Dilma Rousseff não age com eficiência, não toma as decisões corretamente. Novamente, é destacada a suposta incompetência de Dilma Rousseff ao agir frente ao governo federal.

No que concerne à normalidade, a Presidente foi avaliada somente de maneira negativa. Suas ações são qualificadas, em sua maioria, como atípicas, e isso não é bem visto por um jornal como o Estado de S. Paulo, o qual, conforme já mencionamos, é caracteristicamente conservador, tradicional.

Em relação à sanção social, igualmente verificamos uma predominância de julgamentos negativos em relação às ações da Presidente, porém, aqui, o foco é outro: a propriedade e a veracidade. Quanto ao julgamento de propriedade, além de colocar em dúvida a ética da Presidente, ao ser supostamente conivente com ações incorretas executadas pelo seu partido e por partidos aliados, o jornal também parece qualificar Dilma Rousseff como uma pessoa que procede equivocadamente e que se expressa de maneira errada. Mais uma vez, fica evidente a intenção do Estadão: expor a opinião de que a Presidente não é apta para ocupar tal posição.

No que diz respeito ao julgamento de veracidade, o jornal O Estado de S. Paulo avalia a Presidente Dilma Rousseff, predominantemente, como alguém com pouca credibilidade, que não costuma cumprir com suas promessas. Ela é qualificada, portanto, como uma pessoa em quem não se pode confiar, embora ocupe o mais alto posto do Poder Executivo. Novamente, é destacado o seguinte ponto de vista: Dilma Rousseff não é a pessoa certa para governar o país.

Além disso, predominam ocorrências de julgamento explícito, o que mostra que o jornal tem o objetivo de deixar clara, evidente, visível a sua opinião, não fazendo muita questão de ocultá-la. Reiteramos aqui a posição de que, em textos desse tipo, a voz autoral espera que o seu leitor faça uma leitura complacente do

texto, de modo a aceitar, reforçar e propagar o ponto de vista que esse autor expõe no texto.

Relacionamos essa alta incidência de avaliações negativas à posição politico-partidária do Estadão, que é contrária ao governo federal. A respeito desse posicionamento do jornal, Mundim (2013), ao analisar o viés da cobertura dos jornais nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e de 2006, constatou que o Estadão assumia “uma explícita posição anti-Lula” (p. 23) e anti-PT, expressando “publicadamente o seu endosso aos candidatos tucanos”, os quais foram também oposição a Dilma Rousseff no pleito de 2010, quando foi eleita Presidente da República. De acordo com o autor, o Estadão tem razões de cunho ideológico para se posicionar dessa forma, pois “seus proprietários posicionam-se na centro-direita do espectro político, e Lula, mesmo com a amenização do seu discurso, na centro-esquerda ou na esquerda” (MUNDIM, 2013, p. 22).

É fundamental destacarmos que Lula é companheiro de partido da Presidente Dilma Rousseff, ambos integram o Partido dos Trabalhadores (PT). Ele é o antecessor de Dilma Rousseff na Presidência do Brasil. Ela foi ministra de seu governo e, inclusive, escolhida por ele e pelo partido como candidata a sucedê-lo na Presidência. Já os candidatos tucanos, vinculados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), vêm sendo, nas últimas eleições, os maiores adversários do PT. Aliás, segundo informações do próprio site do partido (<http://www.psdb.org.br/>), “o PSDB é o maior partido de oposição do Brasil”. É importante mencionar, inclusive, que personalidades como Fernando Henrique Cardoso (Ex-Presidente do Brasil, pelo PSDB) e José Serra (também do PSDB, ministro do governo de Fernando Henrique Cardoso e candidato à presidência em 2010, quando Dilma Rousseff foi eleita Presidente) já escreveram colunas para o jornal O Estado de S. Paulo.

Com base nisso, entendemos que o Estadão tende a se posicionar também contra as ações de Dilma Rousseff na tentativa de convencer seus leitores (ou, até mesmo, de se alinhar à posição deles) a não escolherem ela como sua candidata à presidência nas próximas eleições. É fundamental ressaltar que, além de interesses políticos, o jornal também possui interesses mercadológicos e econômicos para se posicionar a favor ou contra o governo. Isso porque “seus leitores, obviamente, apresentam valores semelhantes aos da publicação que leem” (MUNDIM, 2013, p. 22), e o jornal está sempre procurando manter esse alinhamento com o ponto de vista de seus leitores.

Relacionamos essas avaliações negativas também ao fato de o Estadão ser um jornal que conta com um público bastante conservador (FIORIN, 2004), o que nos permite concluir que o periódico (para manter o alinhamento com o leitor) também tenha essa postura, sendo contrário a grandes mudanças. Opõe-se a isso o fato de nunca antes uma mulher haver ocupado a Presidência do Brasil, Dilma Rousseff é a precursora. Ademais, compartilhamos da opinião de Barbara e Gomes (2010), quando declaram que mulheres que passam a ocupar cargos públicos acabam tornando-se mira de comentários que não seriam feitos a homens que ocupam as mesmas funções. Nesse sentido, Dilma Rousseff ocupa um cargo de enorme destaque, o mais alto da política brasileira, o que a coloca em evidência constantemente.

Por fim, é importante destacar que o editorial é a “voz” do jornal, é por meio dele que o Estadão expressa sua opinião, tecendo avaliações de acordo com aquilo que O Estado de S. Paulo julga correto. Nesse sentido, constatamos, portanto, que todas as ocorrências negativas de julgamento manifestadas nos editoriais confluem para a seguinte avaliação: a Presidente Dilma Rousseff não é preparada para governar o país.

No Capítulo seguinte, Considerações Finais, conduzimos este estudo para a sua conclusão, retomando conceitos, metodologia e resultados, bem como destacando a importância deste trabalho para a escola e sugerindo um novo estudo que pode ser realizado a partir deste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo de mestrado, nosso propósito foi identificar como a atuação da Presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff, é avaliada pelo jornal O Estado de S. Paulo, através de editoriais publicados por esse veículo da imprensa. Com base nisso, o objetivo geral que norteou este estudo foi analisar como os recursos linguísticos são empregados em editoriais, no que se refere à expressão de julgamento em relação ao desempenho da Presidente Dilma Rousseff. Os objetivos específicos propostos foram:

- 1) Descrever o contexto de situação que perpassa os editoriais que compõem o *corpus*;
- 2) Verificar, no *corpus* de análise, os itens léxico-gramaticais e semântico-discursivos que realizam a categoria semântica de julgamento, do Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005);
- 3) Identificar quais categorias de julgamento são mais frequentes no *corpus*, considerando aquelas utilizadas para avaliar o desempenho da Presidente Dilma Rousseff;
- 4) Constatar como as ocorrências dessas categorias de julgamento contribuem para avaliar o desempenho da Presidente.

No Capítulo 1 deste trabalho, traçamos uma breve discussão sobre a mídia, tendo por base autores tais como Silverstone (2002), Thompson (1998) e Fairclough (1995), para quem a mídia é capaz de influenciar conhecimentos, crenças, valores, relações e identidades sociais. Além disso, apresentamos uma rápida exposição sobre os gêneros do discurso, com ênfase na perspectiva sociorretórica de gêneros. Para tanto, consultamos estudiosos como Miller (1984), Bakhtin (2003) e Bazerman (2006). Apresentamos, ainda nesse primeiro capítulo, conceitos e características dos gêneros do jornal, destacando o editorial (gênero que constitui o *corpus* de nossa pesquisa), tendo por base alguns autores da área, tais como Fowler (1991), Melo (1994), Chaparro (1998) e Bonini (2003).

No Capítulo 2, expusemos características, conceitos e categorias pertinentes à Linguística Sistêmico-Funcional e ao Sistema de Avaliatividade, abordagens que embasaram teoricamente este estudo. Para isso, consultamos diversos autores,

como Halliday e Hasan (1989), Halliday e Matthiessen (2004), Martin e White (2005) e Vian Jr., Souza e Almeida (2010).

Partimos dos pressupostos de que a LSF é uma teoria que adota uma perspectiva sociossemiótica para a linguagem e de que a Avaliatividade é uma abordagem que desce da LSF, focalizando a sistematização de valores individuais ou coletivos em relação a pessoas e seus comportamentos, a eventos e a objetos.

A Avaliatividade é constituída de três subsistemas: a atitude, o engajamento e a gradação. O cerne deste estudo foi uma das categorias do subsistema atitude: o julgamento. Essa categoria está voltada para a avaliação das atitudes dos indivíduos, considerando a estima social (capacidade, tenacidade e normalidade) e a sanção social (propriedade e veracidade).

Buscando dar conta dos objetivos propostos, adotamos uma metodologia de caráter qualitativo e quantitativo para esta pesquisa. O *corpus* foi constituído de 13 editoriais publicados entre os meses de abril e julho de 2012 no portal de notícias do jornal O Estado de S. Paulo, o Estadão.com.br. Os textos versavam sobre a atuação da Presidente Dilma Rousseff frente ao governo federal.

A análise envolveu, inicialmente, a Configuração Contextual (HASAN, 1989), a partir da qual identificamos o contexto que permeava os textos analisados. Em seguida realizamos a análise textual, através da qual verificamos, categorizamos e contabilizamos todas as avaliações de julgamento em relação à Presidente Dilma presentes no *corpus*. Por fim, fizemos a análise semântico-interpretativa, momento em que interpretamos esses resultados.

Com a análise contextual, identificamos, em relação à variável *campo*, que basicamente os editoriais abordavam questões políticas e econômicas do Brasil, destacando as atitudes da Presidente Dilma Rousseff quanto a esses assuntos. Quanto à variável *relações*, interagiam nos textos o editorialista (isto é, o Estadão) e os leitores do jornal, de modo que a distância social entre eles era máxima. Tendo em vista os participantes dos textos, Dilma Rousseff interagiu com ex-Presidentes do Brasil, atuais e ex-ministros de seu governo, autoridades internacionais, empresários, governadores estaduais, com jornalistas e com o público em discursos ou em pronunciamentos veiculados pela televisão. A respeito da variável *modo*, o canal era gráfico, o meio era escrito e os textos foram disponibilizados em suporte

digital. A linguagem apresentava papel constitutivo e conteúdo avaliativo bastante intenso nos editoriais.

Com a análise textual, constatamos a existência de 174 ocorrências de julgamento em relação ao desempenho da Presidente do Brasil. Em termos de valor, predominaram ocorrências em que ela foi avaliada negativamente (129), como em “Mais uma vez a presidente Dilma Rousseff **se perdeu num emaranhado de ideias confusas e fora de propósito**, [...]” [E#10].

Considerando os tipos de julgamento, a maior incidência foi de estima social, que totalizou 129 ocorrências. Dentre elas, prevaleceram as ocorrências de julgamento de capacidade (75), com ênfase em avaliações negativas desse tipo (58 ocorrências), conforme o exemplo: “As ações até agora desenvolvidas pelo governo federal têm alcance **limitado**” [E#13].

Dentro das categorias da estima social, o segundo maior número de ocorrências foi de julgamento de tenacidade (44), predominando as avaliações negativas (26 ocorrências), conforme o exemplo: “[...] **o governo federal** continua gastando, **embora com a ineficiência costumeira**” [E#11]. A Normalidade foi a categoria de julgamento com menor incidência (10 ocorrências) e manifestou apenas avaliações negativas, como “O tema é importante, mas a conversa [entre a Presidente Dilma e o Presidente Obama] parece ter ficado **nas generalidades**.” [E#1].

Tendo em vista as categorias de sanção social (45), o maior número de ocorrências foi de julgamento de propriedade (31 ocorrências). Dentre essas ocorrências, predominaram as negativas (24), como no exemplo “A bronca **errada** de Dilma” [E#13]. Em relação à veracidade (14 ocorrências), igualmente prevaleceram avaliações negativas (11) sobre o desempenho da Presidente Dilma Rousseff, como no exemplo “[...] é preciso, igualmente, melhorar muito a gestão de programas e projetos, **outra promessa de campanha** [da Presidente Dilma]” [E#5].

Quanto ao modo de ativação das avaliações, a maior incidência foi de julgamento explícito (123 ocorrências), o que nos permite inferir que o jornal não faz muita questão de ocultar sua opinião em relação à atuação da Presidente em suas atribuições frente ao governo federal.

Todas essas evidências aqui apresentadas levam-nos a concluir o que revelou a nossa análise semântico-interpretativa: que o jornal O Estado de S. Paulo deseja convencer o seu leitor (ou reforçar nele a opinião) de que Dilma Rousseff não

é preparada para ocupar a Presidência do Brasil. Pudemos perceber que a Presidente foi avaliada, predominantemente, de forma negativa pelo Estadão. Observamos que a intenção do jornal parece ser reprovar as atitudes de Dilma Rousseff frente ao governo federal, avaliando-a como inapta para ocupar tal posição. Os julgamentos foram direcionados especialmente a ações da Presidente no que diz respeito a questões de cunho político e econômico, embora Dilma Rousseff seja, além de política, economista.

Um fator de extrema importância, que contribuiu para que chegássemos a essa interpretação, é que o Estadão é um jornal anti-PT (partido da Presidente Dilma) e a favor do PSDB, partido da oposição (MUNDIM, 2013). Também por isso acreditamos ser tendência que, em seu conteúdo, manifeste avaliações negativas sobre a Presidente Dilma. Soma-se a isso o fato de o Estadão ser um jornal de público conservador e bastante tradicional (FIORIN, 2004), e, em contrapartida, Dilma Rousseff ser a primeira mulher eleita Presidente do Brasil. Os textos foram escritos para esse público, constituído predominantemente por empresários, pessoas bem objetivas em suas atividades cotidianas, o que fez com que o jornal não tivesse a preocupação de ocultar seu ponto de vista, mas sim de deixá-lo claro, explícito.

O editorial foi entendido neste estudo como o gênero da esfera jornalística que expressa a opinião oficial de uma empresa acerca de fatos em maior repercussão no momento de sua publicação (MELO, 2004). Dessa forma, esse gênero ilustra o poder da instituição (Estadão), auxiliando na construção da autoridade afirmada do jornal (FOWLER, 1991). Conforme mencionamos no Capítulo 1 deste trabalho, de acordo com Melo (2004), no Brasil, os editoriais jornalísticos, apesar de serem direcionados para a “opinião pública”, estabelecem uma relação de diálogo com o Estado. Com os resultados aqui obtidos, fica evidente que os editoriais do jornal O Estado de S. Paulo não buscam uma relação de diálogo com o Estado; ao contrário, parecem procurar manter um distanciamento.

O autor refere-se, ainda, a “braços do aparelho burocrático do Estado”, que são capazes de influenciar fortemente a esfera jornalística, pois têm autoridade sobre o âmbito fiscal, financeiro e previdenciário (MELO, 2004). Nesse sentido, podemos afirmar que o “braço do Estado” não está no Estadão, já que o jornal é oposição ao governo federal.

Destacamos, também no Capítulo 1 deste estudo, que o editorial sugere uma “voz” para o jornal. Martin e White (2005) propuseram diferentes possibilidades de vozes jornalísticas manifestadas em textos dessa esfera: inicialmente, são apresentadas a voz do repórter e a voz do escritor. Nesta há julgamento autoral; naquela, não (quando há, é atribuído a terceiros).

Neste trabalho, indubitavelmente, preocupamo-nos com a voz do escritor, que, a propósito, é dividida em voz do correspondente e voz do comentarista. Na voz do correspondente, não há controle algum em relação à estima social, mas a sanção social inscrita, quando ocorre, é mínima. Já na voz do comentarista, não há reservas quanto a nenhum tipo de julgamento; a sanção e a estima são livres e ocorrem normalmente. Tendo por base essas noções, considerando os textos aqui analisados, podemos afirmar que a voz que prevalece é a do comentarista, já que verificamos significativos números de ocorrências de julgamento de sanção e de estima social, embora esta prevaleça.

É importante destacar, ainda, que o jornal está sempre procurando manter um alinhamento com a opinião do seu leitor; isto é, os posicionamentos expressos em um texto estão atrelados aos posicionamentos do seu leitor “ideal” (MARTIN; WHITE, 2005). Da mesma forma, percebemos que o Estadão deseja que o seu leitor faça uma leitura complacente de seus editoriais, reforçando, propagando e adotando em suas ações na sociedade aquilo que o jornal julga correto. Observamos, dessa forma, que, considerando o gênero aqui investigado, tudo caminha para que haja esta troca entre leitor e autor: por parte deste, o alinhamento e, por parte daquele, a leitura complacente.

Acreditamos que este estudo possa fornecer importantes contribuições para o âmbito escolar. Estudos em Avaliatividade certamente nos dão subsídios fundamentais para trabalhos com textos na escola, especialmente com os de maior teor avaliativo, como editorial, artigo de opinião, carta do leitor, entre outros. Isto é, no momento em que o professor se apropria da teoria, ele tem recursos para trabalhar com os alunos os sentidos e as avaliações que repousam nos textos. Além disso, cremos que estudos envolvendo o gênero editorial (como este), podem levar para a sala de aula debates bastante ricos em relação àquilo que é veiculado pela mídia, servindo de ponto de referência para produção e leitura mais eficientes de textos pelos estudantes (REBELO, 1999).

Apresentamos como sugestão para estudos futuros uma investigação comparativa entre dois ou mais jornais, a respeito do julgamento em relação ao desempenho de Dilma Rousseff. Dessa forma, consideramos ser possível investigar as especificidades e as conformidades existentes em editoriais de jornais distintos, no que concerne às avaliações em relação à atuação da Presidente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. S. D. P. Atitude: afeto, julgamento e apreciação. In: VIAN JR., O; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. (Orgs.). **A linguagem de avaliação em língua portuguesa: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010, p. 99 – 112.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBARA, L.; GOMES, M. C. A. A representação de Dilma Rousseff pela mídia brasileira: analisando os processos verbais. **Letras**, Santa Maria, v. 20, n. 40, p. 67–92, jan./jun. 2010.

BAZERMAN, C. **Gênero textual, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2006.

BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre, Sulina, ARI, 1980.

BERNSTEIN, B. **Pedagogy, Symbolic Control and Identity: theory, research, critique**. London: Taylor & Francis, 2000.

BOND, F. F. **Introdução ao jornalismo**. 2 ed., Rio de Janeiro, Agir, 1962.

BONINI, A. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área da comunicação no Brasil? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. 1, jul./dez. 2003, p. 205-231. Disponível em :
<<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0401/13%20art%2011%20P.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

BORTOLUZZI, V. I. **Que justiça é essa?** Aspectos teórico-metodológicos da investigação de representações discursivas da justiça em acórdãos de habeas corpus e cartas do leitor. Santa Maria: UFSM, 2008. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

CABRAL, S. R. S. **Núcleo de estudos em Língua Portuguesa (NELP)**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010. Projeto de Pesquisa (nº 026308).

_____. **Avaliatividade e discurso**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2009. Projeto de Pesquisa (nº 025376).

_____. **A mídia e o presidente:** um julgamento com base na teoria da valoração. Santa Maria: UFSM, 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

CARVALHO, G. de. A prosódia atitudinal: apreciação e julgamento em críticas de cinema. In: VIAN JR., O; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. (Orgs.). **A linguagem de avaliação em língua portuguesa:** Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010, p. 113 – 129.

CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'além mar:** percursos e gêneros do Jornalismo português e brasileiro. Santarém/PT: Jortejo, 1998.

EGGINS, S. **Introducción a la Lingüística Sistémica.** Tradução Felipe Alcántara. Logroño: Universidad de La Rioja, Servicio de Publicaciones, 2002.

FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse.** Oxford: Oxford University Press, 1995.

FIORIN, J. L. O *phatos* do enunciatário. **Alfa Revista de Linguística**, v. 48, n. 2 (2004), p. 69-78. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4297/3885>>. Acesso em 21 out. 2013.

FOWLER, R. **Language in the news:** discourse and ideology in the press. London and New York: Routledge, 1991.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to functional grammar.** 3 ed. Hodder Education, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar.** 2 ed. London: Routledge, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. Part I. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text:** aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. (1989): **Language, Context, and Text:** aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HASAN, R. Part II. In: HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HASAN, R. The ontogenesis of ideology: an interpretation of mother child talk. **Language, Society and Consciousness**. London: Equinox (The Collected Works of Ruqaiya Hasan edited by Jonathon Webster), 2005a, p. 256-274.

HASAN, R. **Semantic Variation: meaning in society and sociolinguistics**. London: Equinox (The Collected Works of Ruqaiya Hasan, edited by Jonathon Webster), 2009.

HUNSTON, S.; THOMPSON, G. **Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HYON, S. Genre in three traditions: implications for ESL. **Tesol Quarterly**, v. 30, n. 4, p. 693-722, 1996.

IKEDA, S. N. O julgamento na argumentação de um editorial. In: VIAN JR., O; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. **A linguagem de avaliação em língua portuguesa: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010, p. 167 – 188.

IEDEMA, R., S. F.; WHITE, P. R. R.. **Media Literacy (Write it Right Literacy in Industry Research Project – Stage 2)**. Sydney: Metropolitan East Disadvantaged Schools Program, 1994.

MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; PAINTER, C. **Deploying functional grammar**. Beijing: the Commercial Press, 2010.

MARTIN, J. Realisation, instantiation and individuation: some thoughts on identity in youth justice conferencing. **DELTA**, v. 25, n. spe. 2009.

_____.; WHITE, P. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York: Palgrave, 2005.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MILLER, C. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech**, v. 70: p. 151-167, 1984.

MUNDIM, P. S. Tomando partido ou competição midiática? Uma análise do viés da cobertura dos jornais nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. **5º Congresso de Compolítica**. Curitiba: 2013. Disponível em <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT08-Jornalismo-politico-PedroSantosMundim.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

PERNISA JR., C. Mídia Digital. **Lumina** - Juiz de Fora - Facom/UFJF - v. 4, n. 2, p. 175-186, jul./dez. 2001 v. 5, n. 1, jan./jun. 2002 (sem paginação).

PONTES, J. A. V. **Histórico do grupo Estado**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/>>. Acesso em 22 maio 2012.

REBELO, N. M. S. **Análise do processo persuasivo no gênero editorial**. Santa Maria: UFSM, 1999. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, 1999.

RODRIGUES, D. L. **A política sob o julgamento de Eliane Cantanhêde**: uma investigação da assinatura valorativa. Santa Maria: UFSM, 2013. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

ROSSI, C. **O que é jornalismo?** 10 ed., São Paulo: Brasiliense, 1998.

RYSTROM, K. **The why and How of the Editorial Page**. USA: Strata Publishing Company, 2 ed., 1993.

SANTANA, R. C. **Discurso e mídia**: uma convergência no campo da linguagem. Campos dos Goytacazes: UENF, 2006. (Dissertação: Mestrado em Letras). Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2007.

SCOTT, M. **Programa Word Smith Tools. Versão 6.0**. Liverpool University, 2012.

SILVERSTONE, R. **Por que estuda mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SOUZA, L. M. F. A tradução de termos de recentes desenvolvimentos da linguística sistêmico-funcional para o português brasileiro. **Tradução e Comunicação – Revista Brasileira de Tradutores**, n. 22, ano 2011, p. 73-90.

SOUZA, M. M. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial**. Recife: UFPE, 2006. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

VIAN JR., O. **O planejamento de cursos instrumentais de produção oral com base em gêneros do discurso**: mapeamento de experiências vividas e interpretações sobre um percurso. São Paulo: PUC-SP, 2002. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

VIAN JR. O; LIMA-LOPES, R. E. de. A perspectiva teleológica de Martin para a análise dos gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005, p. 29 - 45.

VIAN JR. O. O Sistema de Avaliatividade e os recursos para gradação em lingual portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. **DELTA**, v. 25:1, 2009, p. 99-129.

_____. O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação. In: VIAN JR., O; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. (Orgs.). **A linguagem de avaliação em língua portuguesa: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010, p. 19 – 29.

_____. Engajamento: monoglossia e heteroglossia. In: VIAN JR., O; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. (Orgs.). **A linguagem de avaliação em língua portuguesa**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010, p. 33 – 40.

WHITE, P. Valoração – A linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp., 2004, p. 178-205. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/295/314>. Acesso em: 25 març. 2013.

Sites consultados:

<http://www.estadao.com.br/>

<http://www.psdb.org.br/>

<http://www.forbes.com/power-women/>

APÊNDICE A - OCORRÊNCIAS DE JULGAMENTO

| JULGAMENTO DE ESTIMA SOCIAL – CAPACIDADE | | | | |
|--|-----------|---|-------|------------------|
| Nº | Editorial | Ocorrência | Valor | Modo de Ativação |
| 1 | E#1 | [...] a presidente Dilma Rousseff parece ter esquecido esse detalhe. | - | Explícito |
| 2 | E#1 | Também na parte política a viagem [da Presidente Dilma] pouco rendeu. | - | Explícito |
| 3 | E#2 | No caso dos bancos nacionais, a capacidade de ação do governo é certamente maior, embora limitada . | - | Explícito |
| 4 | E#2 | Mas o governo pouco tem feito nessas e em outras áreas muito relevantes para a competitividade da indústria e para a criação de empregos. | - | Explícito |
| 5 | E#5 | [...] o governo precisa apenas tomar as providências necessárias para a realização das obras. | - | Explícito |
| 6 | E#5 | [...] a presidente já cumpriu quase um ano e meio de mandato e esse programa, como tantos outros anunciados pela administração federal, continua emperrado . | - | Explícito |
| 7 | E#5 | [...] a presidente Dilma Rousseff deveria ter dado maior impulso ao Proinfância ou passado a limpo todo o programa para garantir uma execução mais eficaz [...]. | - | Explícito |
| 8 | E#5 | Ela está certa, mas para isso é preciso , igualmente, melhorar muito a gestão de programas e projetos, outra promessa de campanha. | - | Explícito |
| 9 | E#7 | [...] a presidente Dilma Rousseff conseguiu , ao mesmo tempo, desagradar a ruralistas e ambientalistas, perder a oportunidade de criar um novo quadro institucional que equilibre produção agrícola e preservação ambiental, alimentar a insegurança num setor essencial para a economia do País [...]. | - | Explícito |
| 10 | E#8 | O ditado "quem sabe faz, quem não sabe ensina" é cruel com os professores, mas parece aplicar-se à presidente Dilma Rousseff. | - | Explícito |
| 11 | E#8 | Para promover a titular da Casa Civil que escolhera para lhe suceder, o presidente Lula fabricou o pretensioso PAC, cujas pífias | - | Explícito |

| | | | | |
|----|------|--|---|-----------|
| | | realizações atestam a cada dia a continuada incompetência gerencial dos dois governos. | | |
| 12 | E#9 | Discurso não resolve crises | - | Explícito |
| 13 | E#9 | Quando mais se espera que [...] o governo Dilma adote um plano articulado para debelar os efeitos mais nocivos da crise mundial sobre a economia brasileira [...]. | - | Explícito |
| 14 | E#9 | É o que se espera que seja feito, mas de maneira eficiente . | - | Explícito |
| 15 | E#9 | Por isso, é o momento adequado para o governo [...] acelerar os investimentos públicos. | - | Explícito |
| 16 | E#9 | É uma política [do governo] cuja eficácia está limitada pela capacidade de endividamento das famílias e pela disposição dos bancos de emprestar. | - | Explícito |
| 17 | E#9 | As incertezas do cenário internacional e os impactos da crise na economia brasileira paralisaram os investimentos privados. Por isso, é o momento adequado para o governo utilizar seu "arsenal de providências" e acelerar os investimentos públicos. Até agora, porém, o governo Dilma mostrou pouca aptidão para isso. | - | Explícito |
| 18 | E#10 | Mais confusões de Dilma | - | Explícito |
| 19 | E#10 | Mais uma vez a presidente Dilma Rousseff se perdeu num emaranhado de ideias confusas e fora de propósito , [...]. | - | Explícito |
| 20 | E#10 | [...] [a Presidente Dilma] misturou duas questões muito diferentes – [...]. | - | Explícito |
| 21 | E#10 | É um disparate , portanto, [a Presidente Dilma] atribuir os problemas da indústria - mais precisamente, do segmento de transformação - a uma retração dos consumidores. | - | Explícito |
| 22 | E#10 | A presidente parece tê-la esquecido . | - | Explícito |
| 23 | E#10 | Apenas de passagem a presidente Dilma Rousseff mencionou a questão realmente séria [...]. | - | Explícito |
| 24 | E#10 | Como gerente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, depois, como chefe de governo, a presidente Dilma Rousseff se mostrou deficiente em todos esses quesitos. | - | Explícito |
| 25 | E#11 | A crise que Dilma não vê | - | Explícito |
| 26 | E#11 | [...] o governo federal continua gastando, embora com a ineficiência costumeira. | - | Explícito |
| 27 | E#11 | O ministro da Fazenda e a presidente da República mostram-se preocupados com o impacto da crise internacional, mas parecem | - | Explícito |

| | | | | |
|----|------|--|---|------------------|
| | | desconhecer ou menosprezar a questão mais grave [...]. | | |
| 28 | E#11 | O apoio financeiro [do governo federal] aos governos estaduais poderá ter algum efeito conjuntural . | - | Explícito |
| 29 | E#11 | O apoio financeiro [do governo federal] aos governos estaduais poderá ter algum efeito conjuntural. É preciso mais que isso para aumentar o potencial de crescimento e garantir uma expansão continuada por vários anos. | - | Explícito |
| 30 | E#12 | Na essência, porém, seu [da Presidente Dilma] pronunciamento na Bahia repete o que ela vem dizendo há tempos e que mostra sua baixa capacidade de percepção do que acontece e dos poucos e praticamente imperceptíveis efeitos das medidas que seu governo vem adotando para reativar a economia. | - | Explícito |
| 31 | E#12 | [...] poucos e praticamente imperceptíveis efeitos das medidas que seu governo [da Presidente Dilma] vem adotando para reativar a economia. | - | Explícito |
| 32 | E#12 | [...] o governo - perdido no emaranhado de ações de curto prazo [...]. | - | Explícito |
| 33 | E#12 | No entanto, quando consegue enxergar a realidade, o governo [...]. | - | Explícito |
| 34 | E#13 | Governo e indústria poderão discutir se os investimentos já realizados foram satisfatórios, mas o debate será certamente tão inconclusivo quanto inútil , porque o foco estará no ponto errado . | - | Explícito |
| 35 | E#13 | A presidente e seus ministros econômicos parecem ter alguma dificuldade para estabelecer a distinção entre ações contracíclicas e medidas de política industrial ou, mais amplamente, de política de competitividade. | - | Explícito |
| 36 | E#13 | A confusão é evidente no impropriamente chamado Plano Brasil Maior. | - | Explícito |
| 37 | E#13 | A maior parte das ações anunciadas a partir do ano passado tem alcance meramente conjuntural . São medidas de efeito muito limitado , tanto por seu alcance meramente setorial quanto por seu caráter provisório. | - | Explícito |
| 38 | E#13 | As ações até agora desenvolvidas pelo governo federal têm alcance limitado . | - | Explícito |
| 1 | E#1 | Nenhuma grande questão comercial foi examinada [pela Presidente Dilma], embora os | - | Implícito |

| | | | | |
|----|-----|---|---|-----------|
| | | Estados Unidos sejam o maior mercado consumidor do globo e tenham sido, até há poucos anos, o maior parceiro comercial do Brasil. | | |
| 2 | E#1 | Poucos assuntos à altura de um encontro do mais alto nível entraram na agenda levada a Washington pela presidente brasileira. | - | Implícito |
| 3 | E#1 | [...] a presidente Dilma Rousseff retomou a pregação ⁵⁶ contra a política dos bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa [...]. | - | Implícito |
| 4 | E#1 | A arenga [da Presidente Dilma] foi repetida na Casa Branca, diante da imprensa [...]. | - | Implícito |
| 5 | E#2 | Daí a decisão do governo de forçar o aumento da competição por meio dos bancos oficiais. Mas qual a eficácia real dessa estratégia? | - | Implícito |
| 6 | E#4 | [...] o governo sempre dava um jeito de empurrar a decisão para um dia indeterminado . | - | Implícito |
| 7 | E#4 | Nenhuma iniciativa do governo federal para mexer nos impostos e em vários outros custos especificamente brasileiros tem efeito mais que epidérmico . | - | Implícito |
| 8 | E#5 | Em 2011, primeiro ano de governo, R\$ 891 milhões foram autorizados no orçamento e R\$ 308,3 milhões foram pagos. Mas o ano terminou sem a conclusão de uma única obra . | - | Implícito |
| 9 | E#7 | a presidente conseguiu [...] reabrir o debate político de um tema que lhe tem criado dificuldades no relacionamento com sua base parlamentar . | - | Implícito |
| 10 | E#7 | Se alguma vantagem auferiu com sua decisão foi a de, com o envio da Medida Provisória 571 ao Congresso, adiar para depois da Rio + 20 [...]. | - | Implícito |
| 11 | E#8 | Tentando superar o problema que ela permitiu que se eternizasse , Dilma convocou na segunda-feira uma reunião de emergência com 9 de seus 39 ministros e outras autoridades. | - | Implícito |
| 12 | E#9 | Quando mais se espera que, não podendo mais deixar de reconhecer o tamanho dos problemas , o governo Dilma adote um plano articulado [...]. | - | Implícito |
| 13 | E#9 | [...] o que se vê é a repetição do que tem feito até agora, sem resultados concretos [...] | - | Implícito |
| 14 | E#9 | Embora tivesse demonstrado, no início da | - | Implícito |

⁵⁶ As metáforas lexicais foram consideradas avaliações implícitas devido ao sentido figurado que apresentam.

| | | | | |
|----|------|---|---|-----------|
| | | semana, grande preocupação com a situação [...] na terça-feira a presidente Dilma Rousseff parecia ter descoberto um novo quadro econômico. | | |
| 15 | E#10 | [...] o País se defronta com uma assustadora crise internacional e a chefe de governo discorre sobre os problemas do crescimento com meia dúzia de chavões de comício. | - | Implícito |
| 16 | E#10 | Detalhe inquietante: a autora dessa confusão tem um diploma de economista. | - | Implícito |
| 17 | E#10 | Se examinassem o assunto com um pouco mais de atenção , a presidente e seus auxiliares talvez mudassem o discurso. | - | Implícito |
| 18 | E#11 | Diante da crise, o governo reage como se os problemas de crescimento do Brasil fossem conjunturais. | - | Implícito |
| 19 | E#12 | [...] o governo não vê além do curto prazo. | - | Implícito |
| 20 | E#13 | Se percebesse esses fatos, a presidente Dilma Rousseff reservaria suas broncas a seus estrategistas econômicos, antes de dirigir sua braveza ao setor empresarial. | - | Implícito |
| | | | | |
| 1 | E#1 | [...] a presidente Dilma Rousseff aproveitou a ocasião para apontar aos líderes do mundo rico sua responsabilidade pela recuperação da economia global. | + | Explícito |
| 2 | E#2 | Ela aproveitou a celebração para [...]. | + | Explícito |
| 3 | E#2 | Ela aproveitou a celebração para cobrar mais uma vez a redução do custo dos financiamentos [...]. | + | Explícito |
| 4 | E#2 | Ela exortou o setor bancário, mais uma vez, a seguir o exemplo da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. | + | Explícito |
| 5 | E#2 | No caso dos bancos nacionais, a capacidade de ação do governo é certamente maior , embora limitada. | + | Explícito |
| 6 | E#2 | Todos esses pontos foram analisados tecnicamente em vários estudos. Daí a decisão do governo de forçar o aumento da competição por meio dos bancos oficiais. | + | Explícito |
| 7 | E#2 | Juros são importantes, mas não são tudo. A presidente sabe disso [...]. | + | Explícito |
| 8 | E#7 | Para atender a parte dos movimentos sociais do campo, influentes no PT, o governo restabeleceu regras variáveis, menos rígidas para propriedades menores. | + | Explícito |

| | | | | |
|----|------|--|---|-----------|
| 9 | E#8 | Dilma convocou na segunda-feira uma reunião de emergência com 9 de seus 39 ministros e outras autoridades. | + | Explícito |
| 10 | E#8 | [A Presidente Dilma] Cobrou deles "um choque de gestão" para acelerar a execução dos projetos prioritários de sua alçada. | + | Explícito |
| 11 | E#11 | [...] a presidente Dilma Rousseff convocou os governadores [...]. | + | Explícito |
| 12 | E#12 | Com certo tom de nostalgia, ela aproveitou a ocasião para homenagear seu antecessor [...]. | + | Explícito |
| 13 | E#13 | [...] a presidente Dilma Rousseff prometeu punir empresas beneficiadas com incentivos fiscais e outros favores concedidos pelo governo, se houver corte de pessoal. | + | Explícito |
| | | | | |
| 1 | E#3 | [A Presidente Dilma] Manteve o Ministério do Trabalho sob a chefia do partido, reservando-se apenas a prerrogativa de escolher um nome. | + | Implícito |
| 2 | E#6 | Com Dilma, o percurso chegará ao seu desfecho. | + | Implícito |
| 3 | E#9 | Por isso, é o momento adequado para o governo utilizar seu " arsenal de providências ". | + | Implícito |
| 4 | E#13 | [...] o governo manda um recado aos empresários: só terá direito à ajuda federal quem se comprometer a preservar empregos e, em certos casos, a cumprir um programa de investimentos. | + | Implícito |
| | | | | |

| JULGAMENTO DE ESTIMA SOCIAL – TENACIDADE | | | | |
|--|-----------|--|-------|------------------|
| Nº | Editorial | Ocorrência | Valor | Modo de Ativação |
| 1 | E#1 | A arenga [da Presidente Dilma] foi repetida na Casa Branca, diante da imprensa [...]. | - | Explícito |
| 2 | E#1 | Bateu-se, mais uma vez , na tecla da ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da pretensão brasileira a um lugar permanente. | - | Explícito |
| 3 | E#1 | A presidente Dilma Rousseff voltou a tocar num dos temas prediletos da diplomacia petista [...]. | - | Explícito |
| 4 | E#1 | [...] [a Presidente Dilma] insistindo na participação de Cuba nos eventos diplomáticos do hemisfério [...]. | - | Explícito |
| 5 | E#2 | Ela aproveitou a celebração para cobrar mais uma vez a redução do custo dos financiamentos, como se fosse essa, neste momento, a ação mais importante [...]. | - | Explícito |
| 6 | E#2 | Durante algum tempo, a presidente Dilma Rousseff concentrou os ataques num alvo externo [...]. | - | Explícito |
| 7 | E#3 | [A Presidente Dilma] Respeitou também o ritual de dar satisfação ao comando partidário. | - | Explícito |
| 8 | E#3 | [A Presidente Dilma] Respeitou esse critério nas trocas anteriores de ministros [...]. | - | Explícito |
| 9 | E#3 | [...] [a Presidente Dilma] nunca deixou de prestar homenagem às siglas da coalizão governamental. | - | Explícito |
| 10 | E#3 | [A Presidente Dilma] Continua , portanto, agindo como se a nomeação de ministros não fosse um ato de responsabilidade exclusiva da Presidência, mas uma faculdade partilhada com os componentes da base governista. | - | Explícito |
| 11 | E#4 | [...] ela voltou a indicar três grandes obstáculos ao crescimento econômico do País: o câmbio valorizado, os juros altos e os impostos. O câmbio hoje é mais favorável [...]. | - | Explícito |
| 12 | E#4 | A presidente Dilma Rousseff não manifestou, até hoje, a mínima disposição de atacar de modo mais consequente os problemas da produção. | - | Explícito |
| 13 | E#4 | Falta levar a outras áreas a coragem demonstrada na alteração da poupança. | - | Explícito |
| 14 | E#5 | Sem mudanças muito sérias na gestão de programas e projetos, a construção de creches e pré-escolas será um fracasso tão grande | - | Explícito |

| | | | | |
|----|------|---|---|------------------|
| | | quanto as obras da Copa, outro compromisso reiterado nos últimos dias. | | |
| 15 | E#9 | [...] o que se vê é a repetição do que tem feito até agora, sem resultados concretos [...]. | - | Explícito |
| 16 | E#9 | [A Presidente Dilma] Repetiu a bravata feita pelo presidente Lula em 2009, que disse que quem apostasse que a crise internacional iniciada no ano anterior quebraria o Brasil acabaria "quebrando a cara". | - | Explícito |
| 17 | E#9 | O que o governo tem feito com grande insistência é estimular o consumo, por meio da ampla oferta do crédito, a juros menores. É uma política cuja eficácia está limitada pela capacidade de endividamento das famílias e pela disposição dos bancos de emprestar. | - | Explícito |
| 18 | E#10 | [...] a presidente insiste numa política perigosa [...]. | - | Explícito |
| 19 | E#11 | [...] o governo federal continua gastando , embora com a ineficiência costumeira. | - | Explícito |
| 20 | E#12 | Na essência, porém, seu pronunciamento na Bahia repete o que ela vem dizendo há tempos e que mostra sua baixa capacidade de percepção do que acontece e dos poucos e praticamente imperceptíveis efeitos das medidas que seu governo vem adotando para reativar a economia. | - | Explícito |
| 21 | E#12 | [...] ela citou novamente a redução dos juros e apontou para a possibilidade de redução de impostos, como importantes estímulos para o consumo da população. A maior dificuldade que a economia brasileira enfrenta e que vem contendo seu desempenho, no entanto, não é a demanda em baixa, como entende o governo [...]. | - | Explícito |
| 22 | E#12 | [...] não é a demanda em baixa, como entende o governo, que, por isso, concentra seu esforço em medidas que a estimulem. | - | Explícito |
| | | | | |
| 1 | E#3 | [...] a presidente, apesar disso, julgou adequado prestar-lhe contas de sua escolha. | - | Implícito |
| 2 | E#4 | [...] uma liberdade maior para manejar a taxa básica deve dar ao governo mais força para pressionar os bancos a baixar seus juros. | - | Implícito |
| 3 | E#8 | Tenha agora a força de pôr o governo a trabalhar. | - | Implícito |
| 4 | E#12 | A crise está acentuando uma conhecida deficiência estrutural para a qual o governo - perdido no emaranhado de ações de curto prazo - não dá nenhuma atenção : a baixa | - | Implícito |

| | | | | |
|----|-----|--|---|-----------|
| | | competitividade, sobretudo do setor industrial, que abre espaços para a entrada crescente de produtos importados no País e dificulta a reação do setor produtivo. | | |
| 1 | E#1 | [...] a presidente Dilma Rousseff retomou a pregação contra a política dos bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa [...]. | + | Explícito |
| 2 | E#1 | [...] protestando mais uma vez contra a grande emissão de dinheiro, ou, em sua terminologia predileta, contra o tsunami monetário criado por essa política. | + | Explícito |
| 3 | E#1 | À sua maneira, a presidente Dilma Rousseff repete as perorações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, [...]. | + | Explícito |
| 4 | E#2 | Discurso contra banqueiro é sempre um sucesso de público - e muitas vezes de crítica - e a presidente Dilma Rousseff tem-se dedicado com notável empenho a essa tarefa. | + | Explícito |
| 5 | E#2 | Ela exortou o setor bancário, mais uma vez , a seguir o exemplo da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. | + | Explícito |
| 6 | E#2 | A presidente prometeu mais de uma vez melhorar a capacidade gerencial da administração federal. | + | Explícito |
| 7 | E#4 | Mudar as regras da caderneta de poupança, a mais antiga e mais democrática forma de aplicação financeira, foi uma rara demonstração de coragem política da presidente Dilma Rousseff. | + | Explícito |
| 8 | E#4 | O governo tem-se empenhado principalmente na campanha pela redução dos juros. | + | Explícito |
| 9 | E#4 | Falta levar a outras áreas a coragem demonstrada [pela Presidente Dilma] na alteração da poupança . | + | Explícito |
| 10 | E#5 | [...] uma promessa de campanha repetida várias vezes pela presidente Dilma Rousseff. | + | Explícito |
| 11 | E#5 | [...] e reafirmada em seu discurso do Dia das Mães. | + | Explícito |
| 12 | E#6 | Ao dar posse aos membros da Comissão da Verdade, na quarta-feira, a presidente Dilma Rousseff fez questão de dizer que eles terão toda a liberdade para trabalhar [...]. | + | Explícito |
| 13 | E#7 | A presidente resistiu à pressão de ambientalistas e alguns ex-dirigentes de órgãos da área ambiental [...]. | + | Explícito |
| 14 | E#7 | [...] o governo reiterou - tanto na entrevista coletiva de quatro ministros na sexta-feira | + | Explícito |

| | | | | |
|----|------|--|---|------------------|
| | | passada como nas justificativas dos vetos ao texto originário do Congresso - que não aceita a "anistia ampla" de desmatadores. | | |
| 15 | E#8 | Tentando superar o problema que ela permitiu que se eternizasse, Dilma convocou na segunda-feira uma reunião de emergência com 9 de seus 39 ministros e outras autoridades. | + | Explícito |
| 16 | E#8 | A presidente teve a coragem de enfrentar a barreira dos juros altos e, para isso, mexer na poupança. | + | Explícito |
| 17 | E#11 | Em mais um esforço para desencalhar a economia nacional, a presidente Dilma Rousseff convocou os governadores [...]. | + | Explícito |
| | | | | |
| 1 | E#6 | Nesse sentido, [a Presidente Dilma] fez o que estava ao seu alcance para caracterizá-la como um ato de Estado, não de seu governo. | + | Implícito |

| JULGAMENTO DE ESTIMA SOCIAL – NORMALIDADE | | | | |
|--|------------------|---|--------------|-------------------------|
| Nº | Editorial | Ocorrência | Valor | Modo de Ativação |
| 1 | E#1 | Poucos assuntos à altura de um encontro do mais alto nível entraram na agenda levada a Washington pela presidente brasileira. Um deles foi a suspensão da compra de aviões da Embraer pela Força Aérea dos Estados Unidos. Tocou-se no assunto em conversa reservada. Nenhuma referência ao tema foi feita publicamente . | - | Explícito |
| 2 | E#1 | À sua maneira, a presidente Dilma Rousseff repete as perorações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, contra o que ele chama de guerra cambial, movida pelas autoridades do mundo rico. Ela evita a expressão guerra cambial [...]. | - | Explícito |
| 3 | E#1 | O tema é importante, mas a conversa [entre a Presidente Dilma e o Presidente Obama] parece ter ficado nas generalidades . | - | Explícito |
| 4 | E#2 | Mas foi um tanto surpreendente a escolha dos juroes como tema central de seu [da Presidente Dilma] pronunciamento de segunda-feira, para comemorar o Dia do Trabalho. Ela aproveitou a celebração para cobrar mais uma vez a redução do custo dos financiamentos, como se fosse essa, neste momento, a ação mais importante [...]. | - | Explícito |
| 5 | E#5 | Para cumprir sua promessa de campanha, a presidente Dilma Rousseff deveria ter dado maior impulso ao Proinfância ou passado a limpo todo o programa para garantir uma execução mais eficaz. A única novidade , no entanto, foi o compromisso de construção de 6 mil creches em quatro anos. Na prática, nenhum efeito sensível. | - | Explícito |
| 6 | E#10 | O governo, disse a presidente, continuará a investir - uma declaração um tanto estranha , porque [...]. | - | Explícito |
| 7 | E#12 | [...] a presidente Dilma Rousseff demonstrou, mais uma vez, que vê a situação do País de modo diverso da maioria dos brasileiros [...]. | - | Explícito |
| 8 | E#12 | Dê-se um certo desconto aos exageros verbais da presidente, [...]. | - | Explícito |

| | | | | |
|---|------------|---|---|------------------|
| 1 | E#1 | Ela evita a expressão guerra cambial sem deixar, no entanto, de classificar a depreciação do euro e do dólar como uma forma de protecionismo comercial. | - | Implícito |
| 2 | E#8 | A reprodução [Pela Presidente Dilma] da bem-sucedida fórmula do então presidente Lula contra a contaminação do Brasil pelo colapso do sistema financeiro dos Estados Unidos, a partir da quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, em 2008, ignorou o óbvio: a impossibilidade de promover o crescimento duradouro da economia com medidas puramente paliativas. | - | Implícito |

| JULGAMENTO DE ESTIMA SOCIAL – PROPRIEDADE | | | | |
|---|-----------|---|-------|------------------|
| Nº | Editorial | Ocorrência | Valor | Modo de Ativação |
| 1 | E#3 | A presidente Dilma Rousseff pode ter desagradado a uma parte do PDT, mas foi fiel ao padrão de loteamento do governo. | - | Explícito |
| 2 | E#4 | [...] seu discurso [de Dilma Rousseff] falha em relação a um ponto: se o custo do crédito for reduzido mais amplamente, neste momento, a indústria brasileira ainda terá dificuldade para aumentar a produção. | - | Explícito |
| 3 | E#4 | Não basta , agora, estimular a demanda com mais crédito, porque o produtor nacional tem enorme dificuldade para competir com o estrangeiro. | - | Explícito |
| 4 | E#4 | Sem mexer mais seriamente numa porção de outros custos, o governo dificilmente mudará as condições desse jogo. | - | Explícito |
| 5 | E#5 | Mas [o governo] deve fazê-lo com rapidez , porque [...]. | - | Explícito |
| 6 | E#5 | [...] a presidente Dilma Rousseff deveria ter dado maior impulso ao Proinfância ou passado a limpo todo o programa para [...]. | - | Explícito |
| 7 | E#8 | No entanto, a sua receita [da Presidente Dilma] para a contração da economia brasileira - centrada no estímulo ao consumo - revelou-se um equívoco . | - | Explícito |
| 8 | E#8 | Incentivar o gasto das famílias mediante uma política agressiva de expansão do crédito e de retração das taxas de juros, e ainda recorrendo a incentivos fiscais para reativar as compras de carros, é um pobre substituto para o desatamento dos nós estruturais que bloqueiam o desenvolvimento do sistema produtivo, em particular da indústria, e inibem o investimento privado. | - | Explícito |
| 9 | E#10 | O equívoco da presidente é óbvio . | - | Explícito |
| 10 | E#10 | [...] a presidente insiste numa política perigosa, muito boa para os empresários amigos da corte, mas muito ruim para o País . | - | Explícito |
| 11 | E#11 | Diante da crise, o governo reage como se os problemas de crescimento do Brasil fossem conjunturais. É um equívoco . | - | Explícito |
| 12 | E#12 | Para isso, o governo deveria concentrar esforços na expansão dos investimentos em | - | Explícito |

| | | | | |
|----|------|---|---|-----------|
| | | infraestrutura - na maior parte de sua responsabilidade -, o que reduziria os custos de transporte e logística e aumentaria a eficiência do setor produtivo. | | |
| 13 | E#12 | Na parte política, administrativa e institucional, [o governo] deveria reduzir a burocracia, melhorar o sistema tributário, estimular os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e reduzir os custos trabalhistas, entre outras medidas. | - | Explícito |
| 14 | E#13 | A bronca errada de Dilma | - | Explícito |
| | | | | |
| 1 | E#1 | [...] a presidente Dilma Rousseff aproveitou a ocasião para apontar aos líderes do mundo rico sua responsabilidade pela recuperação da economia global. Todos são responsáveis, evidentemente, mas não tem sentido cobrar do presidente americano uma alteração da política monetária. | - | Implícito |
| 2 | E#2 | Ela aproveitou a celebração para cobrar mais uma vez a redução do custo dos financiamentos, como se fosse essa, neste momento, a ação mais importante para a criação de empregos e para o aumento do bem-estar dos trabalhadores. | - | Implícito |
| 3 | E#3 | [A Presidente Dilma] Respeitou também o ritual de dar satisfação ao comando partidário. | - | Implícito |
| 4 | E#3 | Assim, a presidente Dilma Rousseff mantém incólume o sistema de loteamento da administração federal entre os partidos da base governista. | - | Implícito |
| 5 | E#3 | Assim, a presidente Dilma Rousseff mantém incólume o sistema de loteamento da administração federal entre os partidos da base governista. Respeitou esse critério nas trocas anteriores de ministros, em geral motivadas por escândalos inaceitáveis [...]. | - | Implícito |
| 6 | E#3 | [...] nunca deixou de prestar homenagem às siglas da coalizão governamental. | - | Implícito |
| 7 | E#3 | Continua, portanto, agindo como se a nomeação de ministros não fosse um ato de responsabilidade exclusiva da Presidência, mas uma faculdade partilhada com os componentes da base governista. | - | Implícito |
| 8 | E#3 | Esse e outros problemas concretos comporiam uma boa agenda para um ministro, se ele tivesse sido nomeado [pela Presidente | - | Implícito |

| | | | | |
|----|------|---|---|-----------|
| | | Dilma] por seus méritos administrativos, e não por ser neto do antigo guru da presidente da República. | | |
| 9 | E#10 | Apenas de passagem a presidente Dilma Rousseff mencionou a questão realmente séria - a dos investimentos e da capacidade produtiva. Mas, ao contrário de sua tese , há algo mais, no custo do investimento brasileiro, do que a taxa de juros. | - | Implícito |
| 10 | E#12 | A maior dificuldade que a economia brasileira enfrenta e que vem contendo seu desempenho, no entanto , não é a demanda em baixa, como entende o governo , que, por isso, concentra seu esforço em medidas que a estimulem. | - | Implícito |
| | | | | |
| 1 | E#4 | O governo está certo quanto à necessidade de corte dos juros [...]. | + | Explícito |
| 2 | E#6 | Segundo a presidente Dilma Rousseff, é preciso investir em educação e saúde para "atacar a desigualdade na raiz do problema". Ela está certa [...]. | + | Explícito |
| 3 | E#6 | Dilma não os elogiou indevidamente ao afirmar que formam um grupo plural de mulheres e homens capazes de "liderar o esforço da sociedade brasileira em busca da verdade histórica, da pacificação e da conciliação nacionais". | + | Explícito |
| 4 | E#6 | O mais ela avocou a si, em um pronunciamento exemplar pela dignidade, correção e limpidez . | + | Explícito |
| 5 | E#10 | A presidente acerta quando atribui a quem tem uma melhoria de renda o desejo de comprar uma geladeira, uma televisão, um forno de micro-ondas. | + | Explícito |
| | | | | |
| 1 | E#6 | A sua própria alocução [da Presidente Dilma] foi, sim, uma interferência - na melhor acepção que se possa atribuir ao termo . | + | Implícito |
| 2 | E#6 | A fala [da Presidente Dilma] deu ao colegiado um norte moral e político [...]. | + | Implícito |

| JULGAMENTO DE ESTIMA SOCIAL – VERACIDADE | | | | |
|---|------------------|---|--------------|-------------------------|
| Nº | Editorial | Ocorrência | Valor | Modo de Ativação |
| 1 | E#2 | Mas a função principal desse tipo de retórica [adotada pela Presidente Dilma] não é resolver problemas. É transferir culpas. | - | Explícito |
| 2 | E#6 | Ao dar posse aos membros da Comissão da Verdade, na quarta-feira, a presidente Dilma Rousseff fez questão de dizer que eles terão toda a liberdade para trabalhar, "sem qualquer interferência do governo". Mas a sua própria alocução foi, sim, uma interferência. | - | Explícito |
| 3 | E#9 | [...] o que se vê é a repetição do que [a Presidente Dilma] tem feito até agora, sem resultados concretos: vender otimismo, ameaçar os pessimistas e construir um cenário cada vez mais distante da realidade . | - | Explícito |
| | | | | |
| 1 | E#2 | A presidente prometeu mais de uma vez melhorar a capacidade gerencial da administração federal. Ficou na promessa . | - | Implícito |
| 2 | E#2 | Sem isso, a retórica da presidente Dilma Rousseff não se distancia muito das perorações habituais de sua colega argentina . | - | Implícito |
| 3 | E#5 | Só falta um detalhe para os brasileiros poderem festejar a construção de 6 mil creches até o fim de 2014, uma promessa de campanha [da Presidente Dilma]. | - | Implícito |
| 4 | E#5 | Para cumprir sua promessa de campanha , a presidente Dilma Rousseff deveria [...]. | - | Implícito |
| 5 | E#5 | [...] é preciso, igualmente, melhorar muito a gestão de programas e projetos, outra promessa de campanha [da Presidente Dilma]. | - | Implícito |
| 6 | E#9 | Utilizam-se promessas para enfrentar problemas . | - | Implícito |
| 7 | E#9 | [A Presidente Dilma] Repetiu a bravata feita pelo presidente Lula em 2009, que disse que quem apostasse que a crise internacional iniciada no ano anterior quebraria o Brasil acabaria "quebrando a cara". | - | Implícito |
| 8 | E#11 | Apesar disso, a presidente se permite bravatas . | - | Implícito |
| | | | | |

| | | | | |
|---|-----|---|---|-----------|
| 1 | E#6 | [...] ela não se guardou de chamar as coisas pelos seus nomes - "ditadura", "tirania", "violência", "truculência ilegal do Estado" [...]. | + | Explícito |
| 2 | E#6 | [...] [a Presidente Dilma] tampouco deixou de consignar que "reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais". | + | Explícito |
| 3 | E#6 | Mas os seus efeitos - Dilma deixou claro - não se esgotaram no êxito da transição de 1985. | + | Explícito |

ANEXOS

E#1

Diplomacia da cachaça

O reconhecimento da cachaça como produto brasileiro e do bourbon como produto americano foi o evento mais notável da visita da presidente Dilma Rousseff à capital do país mais rico e mais poderoso do mundo. Nenhuma grande questão comercial foi examinada, embora os Estados Unidos sejam o maior mercado consumidor do globo e tenham sido, até há poucos anos, o maior parceiro comercial do Brasil.

Essa posição é hoje ocupada pela China, não só porque os brasileiros ampliaram e diversificaram suas parcerias, mas também porque o intercâmbio com o mercado americano foi deixado em plano secundário, a partir de 2003, nas preocupações da diplomacia comercial de Brasília. Poucos assuntos à altura de um encontro do mais alto nível entraram na agenda levada a Washington pela presidente brasileira. Um deles foi a suspensão da compra de aviões da Embraer pela Força Aérea dos Estados Unidos. Tocou-se no assunto em conversa reservada. Nenhuma referência ao tema foi feita publicamente.

Na entrevista coletiva depois do encontro fechado, a presidente Dilma Rousseff retomou a pregação contra a política dos bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa, protestando mais uma vez contra a grande emissão de dinheiro, ou, em sua terminologia predileta, contra o tsunami monetário criado por essa política.

À sua maneira, a presidente Dilma Rousseff repete as perorações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, contra o que ele chama de guerra cambial, movida pelas autoridades do mundo rico. Ela evita a expressão guerra cambial, sem deixar, no entanto, de classificar a depreciação do euro e do dólar como uma forma de protecionismo comercial.

A arenga foi repetida na Casa Branca, diante da imprensa, e a presidente Dilma Rousseff aproveitou a ocasião para apontar aos líderes do mundo rico sua responsabilidade pela recuperação da economia global. Todos são responsáveis, evidentemente, mas não tem sentido cobrar do presidente americano uma alteração da política monetária. As ações do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) estão fora da alçada da Casa Branca e a presidente Dilma Rousseff parece ter esquecido esse detalhe. Mas a política monetária poderia ser mais moderada, segundo seu argumento, se o Tesouro gastasse mais para estimular a economia. O presidente Obama sabe disso e o orçamento de seu governo já é muito deficitário.

Também na parte política a viagem pouco rendeu. Bateu-se, mais uma vez, na tecla da ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da pretensão brasileira a um lugar permanente. O comunicado emitido em nome dos dois presidentes foi tão chocho, quanto a esse tema, quanto havia sido no fim da visita de

Obama ao Brasil, no ano passado. O presidente americano manifestou, mais uma vez, seu "apreço" pela pretensão brasileira. Em relação à reforma do Conselho, ambos concordaram com uma ampliação "limitada", na versão em português, ou "modest", segundo o texto em inglês. A informação teria sido mais clara e mais realista com uma tradução literal da palavra "modest".

O entusiasmo do governo americano em relação a alterações no Conselho de Segurança continua mínimo e isso é especialmente compreensível quando se trata da pretensão brasileira. A presidente Dilma Rousseff voltou a tocar num dos temas prediletos da diplomacia petista, insistindo na participação de Cuba nos eventos diplomáticos do hemisfério, como a Cúpula das Américas, marcada para este fim de semana em Cartagena, na Colômbia. Pelo menos a política nuclear do Irã ficou fora da conversa, segundo a presidente. Talvez tenha faltado tempo.

Houve referências à possível participação americana em projetos brasileiros de infraestrutura e na exploração do pré-sal. O tema é importante, mas a conversa parece ter ficado nas generalidades. A visita serviu principalmente, segundo alguns analistas, para mostrar uma evolução nas relações bilaterais, agora menos tensas do que no período do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pode ser, mas essa melhora pouco valerá sem uma agenda econômica mais ambiciosa e muito mais pragmática.

E#2

As Malvinas de Dilma

Discurso contra banqueiro é sempre um sucesso de público - e muitas vezes de crítica - e a presidente Dilma Rousseff tem-se dedicado com notável empenho a essa tarefa. O que não deve surpreender ninguém: os juros cobrados no Brasil, entre os mais altos do mundo, estão muito além de qualquer padrão aceitável, exceto em momentos excepcionais, nos países civilizados. Mas foi um tanto surpreendente a escolha dos juros como tema central de seu pronunciamento de segunda-feira, para comemorar o Dia do Trabalho. Ela aproveitou a celebração para cobrar mais uma vez a redução do custo dos financiamentos, como se fosse essa, neste momento, a ação mais importante para a criação de empregos e para o aumento do bem-estar dos trabalhadores. Os bancos brasileiros, disse a presidente, são muito sólidos e isso é bom para o País, mas nada justifica a manutenção de juros tão altos. Ela exortou o setor bancário, mais uma vez, a seguir o exemplo da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Essa campanha diversifica e enriquece o discurso oficial sobre os grandes entraves ao crescimento econômico e ao desenvolvimento do Brasil. Durante algum tempo, a presidente Dilma Rousseff concentrou os ataques num alvo externo - a política dos bancos centrais do mundo rico, acusados de causar um tsunami monetário. O excesso de dinheiro emitido na Europa e nos Estados Unidos é apontado como causa da valorização do real e da perda de competitividade da indústria brasileira.

É uma campanha politicamente interessante, embora inútil do ponto de vista econômico. Nenhuma autoridade monetária do mundo rico vai mudar sua política para atender o governo brasileiro. Mas a função principal desse tipo de retórica não é resolver problemas. É transferir culpas. No caso dos bancos nacionais, a capacidade de ação do governo é certamente maior, embora limitada. Além disso, a opinião pública é sem dúvida mais sensível a esse tipo de discurso do que à peroração sobre os bancos centrais estrangeiros.

Ninguém, exceto os banqueiros e seus porta-vozes, considera como razoáveis os juros cobrados no mercado brasileiro. As justificativas apresentadas - impostos muito altos, elevada inadimplência, depósitos compulsórios muito grandes - são obviamente insuficientes. Afinal, cerca de um terço do spread, a diferença entre o custo de captação dos bancos e os juros cobrados nos empréstimos, corresponde ao lucro dos bancos. Esse lucro só é sustentável porque o grau de concorrência no setor financeiro é muito baixo e as instituições têm enorme poder na formação de seus preços.

Todos esses pontos foram analisados tecnicamente em vários estudos. Daí a decisão do governo de forçar o aumento da competição por meio dos bancos oficiais. Mas qual a eficácia real dessa estratégia? Instituições privadas cortaram os juros de algumas linhas de financiamento, mas muito mais para dar uma satisfação ao governo e à opinião pública do que para enfrentar, de fato, competidores estatais. O jogo pode não ter acabado e talvez sejam necessários novos lances das

entidades federais. Até onde poderão avançar sem comprometer a rentabilidade e sem precisar recorrer ao Tesouro?

Juros são importantes, mas não são tudo. A presidente sabe disso e mencionou a "diminuição equilibrada de impostos" e o combate à sobrevalorização cambial. Mas o governo pouco tem feito nessas e em outras áreas muito relevantes para a competitividade da indústria e para a criação de empregos. Não é preciso insistir na lentidão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nas deficiências da infraestrutura, nas distorções tributárias, na falta de uma política eficiente de tecnologia e na baixa qualidade do gasto público. A presidente prometeu mais de uma vez melhorar a capacidade gerencial da administração federal. Ficou na promessa.

As campanhas contra o tsunami monetário e os juros altos no Brasil seriam mais dignas de crédito se fossem precedidas de ações sérias para a solução de problemas da alçada direta do governo. Sem isso, a retórica da presidente Dilma Rousseff não se distancia muito das perorações habituais de sua colega argentina. Serão os bancos as Malvinas do governo brasileiro?

E#3

Ministro sem agenda

Cuidar do partido, não do Ministério, foi o primeiro objetivo anunciado pelo novo ministro do Trabalho, Brizola Neto, logo depois de confirmada sua escolha pela presidente Dilma Rousseff. "O fundamental é a unidade do partido e acabar com qualquer tipo de insatisfação", disse o pedetista que acabara de ser chamado para um posto no primeiro escalão do governo. "Não teremos grandes dificuldades para seguir o projeto de unidade do partido", assegurou. Projeto de governo, se existe algum, deve ser menos importante - tão irrelevante, de fato, quanto qualquer projeto ou plano de trabalho para o cargo.

Um dia depois, em seu primeiro discurso numa festa de Primeiro de Maio, o novo integrante da equipe federal confirmou, para quem ainda tivesse alguma dúvida, a pobreza de suas ideias e propostas para a ação ministerial. Mas seu evidente despreparo combina perfeitamente com o critério adotado para o preenchimento de vagas no primeiro nível da administração.

A presidente Dilma Rousseff pode ter desagradado a uma parte do PDT, mas foi fiel ao padrão de loteamento do governo. Manteve o Ministério do Trabalho sob a chefia do partido, reservando-se apenas a prerrogativa de escolher um nome. Respeitou também o ritual de dar satisfação ao comando partidário. Antes de tornar pública a nomeação de Brizola Neto, conversou em seu gabinete com o presidente do PDT, o ex-ministro Carlos Lupi. Defenestrado quando sua posição se tornou insustentável pelo acúmulo de denúncias, ele só deixou o governo depois de muito esperneio. Mas a presidente, apesar disso, julgou adequado prestar-lhe contas de sua escolha, como se a sua condição de líder pedetista o qualificasse para essa deferência, ou, mais que isso, para sancionar uma decisão presidencial.

Assim, a presidente Dilma Rousseff mantém incólume o sistema de loteamento da administração federal entre os partidos da base governista. Respeitou esse critério nas trocas anteriores de ministros, em geral motivadas por escândalos inaceitáveis, e nunca deixou de prestar homenagem às siglas da coalizão governamental.

Continua, portanto, agindo como se a nomeação de ministros não fosse um ato de responsabilidade exclusiva da Presidência, mas uma faculdade partilhada com os componentes da base governista. Por isso ainda tem sentido, em termos práticos, classificar este ou aquele Ministério como integrante da "cota presidencial". No Brasil, quem chefia o governo e é o responsável máximo pela gestão pública tem cota para nomeação de ministros e até de dirigentes de agências reguladoras e de estatais.

Nessas condições, a qualidade e os objetivos da administração pública se tornam irrelevantes para quem participa do banquete do poder - assuntos menores tanto para os partidos quanto para a Presidência. A presidente Dilma Rousseff pediu ao novo ministro do Trabalho uma "agenda positiva", segundo se informou logo depois de confirmada a escolha. Não houve menção ao conteúdo da agenda nem a programas e projetos. Uma agenda é positiva, na concepção corrente em Brasília,

quando favorece a imagem do governo. Se contribui ou não para a solução de grandes problemas e para o desenvolvimento é questão secundária.

O discurso do novo ministro, em São Paulo, comprova essa percepção. Foi um palavrório vazio, sem qualquer ideia mais significativa do que a promessa de abrir uma discussão sobre a semana de trabalho de 40 horas. Sobre a manutenção de direitos trabalhistas ele não foi além de generalidades, próprias de quem não tem o que dizer.

No mesmo dia, em São Bernardo do Campo, o prefeito Luiz Marinho, ex-ministro do Trabalho e ex-presidente da CUT, dedicou-se a questões concretas, recomendando ao novo ministro a retomada dos programas de qualificação e treinamento. "Temos vagas em aberto e pessoas em busca de emprego, o que sugere a falta de qualificação", disse Marinho. Questões como essa estão na pauta de empresários, sindicalistas e estudiosos do mercado de trabalho há alguns anos. Esse e outros problemas concretos comporiam uma boa agenda para um ministro, se ele tivesse sido nomeado por seus méritos administrativos, e não por ser neto do antigo guru da presidente da República.

E#4

A poupança e as metas de Dilma

Mudar as regras da caderneta de poupança, a mais antiga e mais democrática forma de aplicação financeira, foi uma rara demonstração de coragem política da presidente Dilma Rousseff. A mudança era necessária, sabia-se há muito tempo, mas o governo sempre dava um jeito de empurrar a decisão para um dia indeterminado. Com as alterações anunciadas na quinta-feira, fica aberto, finalmente, o espaço necessário para a redução da Selic, a taxa básica de juros, até níveis mais civilizados. O lance é duplamente estratégico, porque facilita a gestão da dívida pública e, ao mesmo tempo, reforça a política presidencial de redução do custo do crédito. Mas reforça, ao mesmo tempo, a imagem de um Banco Central (BC) cada vez mais submisso ao Palácio do Planalto e a um roteiro traçado na cúpula do Executivo. Nada mais razoável que a dúvida: o BC terá trocado a meta de inflação pela meta de juros? A Selic continuará caindo se as condições da inflação o permitirem, disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega. A avaliação dessas condições, tudo indica, já foi feita.

Sem entrar nessa questão, a presidente da República e o ministro da Fazenda têm bons argumentos técnicos para defender a alteração nas regras da poupança. Primeiro ponto: a Selic remunera os títulos da dívida pública. Se ficasse abaixo do rendimento da poupança, investidores deixariam os fundos, migrariam para as cadernetas e o Tesouro teria dificuldade para refinar sua dívida. Segundo ponto: uma liberdade maior para manejar a taxa básica deve dar ao governo mais força para pressionar os bancos a baixar seus juros. Esta é, pelo menos, a expectativa indicada pelas autoridades, embora não devam ter ilusões: será necessário um jogo mais duro para levar os bancos privados a baratear o crédito mais significativamente do que foi feito até agora.

Este segundo ponto é especialmente importante para a presidente Dilma Rousseff. Em discurso na posse do novo ministro do Trabalho, horas antes do anúncio da alteração das cadernetas, ela voltou a indicar três grandes obstáculos ao crescimento econômico do País: o câmbio valorizado, os juros altos e os impostos.

O câmbio é hoje mais favorável do que há alguns meses. Isso é reconhecido em Brasília, embora o ministro da Fazenda continue denunciando uma guerra cambial promovida, segundo ele, pelas autoridades do mundo rico. Medidas tomadas pelo governo, disse ele, empurraram o dólar de R\$ 1,75 para a R\$ 1,92 e - mais importante - frearam a valorização do real. Boa parte da alta do dólar foi realmente causada por fatos diferentes daqueles mencionados pelo ministro, mas o detalhe relevante, neste momento, é a melhora das condições cambiais. E quanto aos outros obstáculos?

O governo tem-se empenhado principalmente na campanha pela redução dos juros. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica foram mobilizados para cortar suas taxas e impor alguma concorrência aos bancos privados. Os banqueiros responderam com o barateamento de algumas linhas. A mudança foi principalmente cosmética, embora haja, de fato, muito espaço para redução da margem dos bancos.

O governo está certo quanto à necessidade de corte dos juros, mas seu discurso falha em relação a um ponto: se o custo do crédito for reduzido mais amplamente, neste momento, a indústria brasileira ainda terá dificuldade para aumentar a produção. Não basta, agora, estimular a demanda com mais crédito, porque o produtor nacional tem enorme dificuldade para competir com o estrangeiro. Sem mexer mais seriamente numa porção de outros custos, o governo dificilmente mudará as condições desse jogo. Investir sai muito caro para a indústria brasileira não só pelo custo do capital, mas também por causa dos impostos e isto é só uma pequena parte do problema.

Nenhuma iniciativa do governo federal para mexer nos impostos e em vários outros custos especificamente brasileiros tem efeito mais que epidérmico. A presidente Dilma Rousseff não manifestou, até hoje, a mínima disposição de atacar de modo mais consequente os problemas da produção. Falta levar a outras áreas a coragem demonstrada na alteração da poupança.

E#5

Falta uma Fifa para as creches

Só falta um detalhe para os brasileiros poderem festejar a construção de 6 mil creches até o fim de 2014, uma promessa de campanha repetida várias vezes pela presidente Dilma Rousseff e reafirmada em seu discurso do Dia das Mães. Esse detalhe é muito simples: o governo precisa apenas tomar as providências necessárias para a realização das obras. Mas deve fazê-lo com rapidez, porque a presidente já cumpriu quase um ano e meio de mandato e esse programa, como tantos outros anunciados pela administração federal, continua emperrado. Sem mudanças muito sérias na gestão de programas e projetos, a construção de creches e pré-escolas será um fracasso tão grande quanto as obras da Copa, outro compromisso reiterado nos últimos dias.

O quadro já seria bem melhor se o Proinfância, lançado em 2007, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tivesse avançado um pouco mais rapidamente. Foram aprovadas a partir daquele ano 4.035 obras para atendimento a crianças em idade pré-escolar. Em março de 2012 o Ministério da Educação anunciou já terem sido entregues 221 inteiramente concluídas. Esse número equivale a 5% das aprovadas para inclusão no programa de financiamentos. O total subiria para 258, se fossem contadas 37 unidades com obras muito próximas da conclusão, mas isso ainda representaria só 6,4% dos projetos aprovados. Em 2007, ano de lançamento do Proinfância, o presidente Lula comprometeu o Brasil com a realização da Copa do Mundo e, portanto, com grandes investimentos em estádios, aeroportos, hotéis e sistemas de mobilidade urbana. Os resultados são muito parecidos nos dois casos, mas os pronunciamentos a favor das criancinhas foram mais raros e mais suaves. Faltou um Jérôme Valcke, da Fifa, para receitar um chute no traseiro das autoridades educacionais.

Para cumprir sua promessa de campanha, a presidente Dilma Rousseff deveria ter dado maior impulso ao Proinfância ou passado a limpo todo o programa para garantir uma execução mais eficaz. A única novidade, no entanto, foi o compromisso de construção de 6 mil creches em quatro anos. Na prática, nenhum efeito sensível.

Em 2011, primeiro ano de governo, R\$ 891 milhões foram autorizados no orçamento e R\$ 308,3 milhões foram pagos. Mas o ano terminou sem a conclusão de uma única obra. Todo o valor foi empenhado, isto é, formalmente comprometido com a execução de projetos, e R\$ 582,3 milhões sobraram para 2012 como restos a pagar. Mas também o desembolso desse dinheiro, assim como o das verbas incluídas no orçamento deste ano, dependerá do ritmo das obras. Como no caso dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o cenário é de muita ineficiência, quando se trata de creches e unidades de pré-escola.

O assunto foi discutido, no começo deste ano, num encontro da Associação Contas Abertas com secretários de Educação de municípios goianos e representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Foram apontados problemas burocráticos e também problemas causados por irregularidades nas licitações e na execução das obras. É necessário melhorar todo o sistema de

administração dos recursos, desde a liberação do financiamento federal até a entrega das instalações.

Os controles são obviamente defeituosos. O Ministério da Educação levou algum tempo, em 2012, para identificar uma irregularidade na ação de uma prefeitura comprometida com a construção de duas creches. Um técnico notou a presença de um cão em todas as fotos enviadas pelo governo municipal. As fotos eram da mesma creche.

Segundo a presidente Dilma Rousseff, é preciso investir em educação e saúde para "atacar a desigualdade na raiz do problema". Ela está certa, mas para isso é preciso, igualmente, melhorar muito a gestão de programas e projetos, outra promessa de campanha. Também nesse caso os resultados são imperceptíveis. É muito mais fácil conceber e executar programas de transferência direta de renda que combater a pobreza por meio da capacitação de pessoas. Este continua sendo o maior e mais importante desafio dos chamados programas sociais.

E#6

Uma fala exemplar

Ao dar posse aos membros da Comissão da Verdade, na quarta-feira, a presidente Dilma Rousseff fez questão de dizer que eles terão toda a liberdade para trabalhar, "sem qualquer interferência do governo". Mas a sua própria alocução foi, sim, uma interferência - na melhor acepção que se possa atribuir ao termo. A fala deu ao colegiado um norte moral e político que, a ser seguido, como tudo indica que será, fará de sua atividade ao longo de dois anos um marco na trajetória do País rumo ao pleno amadurecimento do Estado Democrático de Direito.

Não que, entre a designação e a investidura, ou ainda antes, qualquer dos sete integrantes da comissão tivesse dado margem a que se pusesse em dúvida as suas qualificações para o empreendimento sem precedentes de que foram incumbidos - a justificar, portanto, que a autoridade que os escolheu também devesse conduzir as suas ações no desvendamento do que ainda permanece oculto de um passado que envergonha a Nação. Dilma não os elogiou indevidamente ao afirmar que formam um grupo plural de mulheres e homens capazes de "liderar o esforço da sociedade brasileira em busca da verdade histórica, da pacificação e da conciliação nacionais".

Mas essas palavras tinham de ser proferidas para dar a dimensão exata das preocupações da presidente com o modo como este país não menos plural poderá julgar as razões que a levaram a consumir a iniciativa prevista no Programa Nacional de Direitos Humanos, assinado pelo então presidente Lula em 2009. Nesse sentido, fez o que estava ao seu alcance para caracterizá-la como um ato de Estado, não de seu governo. Compartilhou a cabeceira da solenidade com os predecessores José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique e, naturalmente, Lula, e externou a sua alegria de estar acompanhada pelos que a antecederam "nestes 28 benditos anos de regime democrático".

Julgue-se como se queira cada um deles, a sua presença lado a lado na sede do governo, conferindo legitimidade a uma decisão literalmente excepcional, simboliza o caminho percorrido desde a redemocratização à "convivência civilizada" na esfera pública, como notou Dilma, em momentos cruciais. O mais ela avocou a si, em um pronunciamento exemplar pela dignidade, correção e limpidez. "A verdade é algo tão surpreendentemente forte que não abriga nem o ressentimento, nem o ódio, nem tampouco o perdão", conceituou a certa altura. "Ela é só, e sobretudo, o contrário do esquecimento." A Comissão da Verdade não foi criada para "reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu", mas para que se a conheça na sua plenitude.

Se, ao se referir ao foco central dos trabalhos da comissão, os 20 anos do regime militar implantado em 1964, ela não se guardou de chamar as coisas pelos seus nomes - "ditadura", "tirania", "violência", "truculência ilegal do Estado" -, tampouco deixou de consignar que "reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais". Eles não convalidam "a sombra e a mentira", incapazes, de resto, de promover a concórdia. Mas os seus efeitos - Dilma deixou claro - não se

esgotaram no êxito da transição de 1985. Traçam, agora, os parâmetros para o que vier depois de a verdade emergir.

O esclarecimento dos fatos e a reconstituição das circunstâncias em que ocorreram, com a identificação dos responsáveis por torturas, mortes e ocultação das vítimas, não têm por objetivo derrogar a Lei da Anistia, de 1979, punindo os culpados pelas abominações cometidas. A verdade é um direito das novas gerações e daqueles, citou a presidente com a voz embargada, "que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia". A caminhada começou com a abertura dos arquivos da polícia política, o Dops, em São Paulo e no Rio de Janeiro, no governo Collor. Seguiu-se, na gestão Fernando Henrique, a lei que reconheceu pela primeira vez a responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos dos que estavam sob a sua custódia nos porões da repressão. Com Dilma, o percurso chegará ao seu desfecho.

E#7

Os vetos e a MP da presidente

Ao vetar parcialmente o texto do Código Florestal aprovado pelo Congresso e propor novas regras por meio de medida provisória (MP), a presidente Dilma Rousseff conseguiu, ao mesmo tempo, desagradar a ruralistas e ambientalistas, perder a oportunidade de criar um novo quadro institucional que equilibre produção agrícola e preservação ambiental, alimentar a insegurança num setor essencial para a economia do País e reabrir o debate político de um tema que lhe tem criado dificuldades no relacionamento com sua base parlamentar.

Se alguma vantagem auferiu com sua decisão foi a de, com o envio da Medida Provisória 571 ao Congresso, adiar para depois da Rio + 20 - a conferência mundial sobre sustentabilidade que se realizará em junho no Rio de Janeiro - uma decisão com grande potencial para desagradar ainda mais aos ambientalistas, especialmente os militantes de organizações não governamentais estrangeiras, que comparecerão em grande número ao evento. Haveria o risco de ser ofuscada a participação da presidente na conferência, que deverá contar com a presença de mais de uma centena de chefes de Estado e de governo.

A presidente resistiu à pressão de ambientalistas e alguns ex-dirigentes de órgãos da área ambiental que, de maneira irrealista, propunham o veto total ao Código Florestal aprovado pela Câmara. Os deputados, imprudentemente, mudaram a versão aprovada pelo Senado, que tinha resultado de negociações entre o Palácio do Planalto e os senadores. O texto resultante permitia a interpretação - algo forçada, é claro - de que os desmatadores seriam anistiados. Para não desagradar inteiramente aos ambientalistas, o governo reiterou - tanto na entrevista coletiva de quatro ministros na sexta-feira passada como nas justificativas dos vetos ao texto originário do Congresso - que não aceita a "anistia ampla" de desmatadores.

O ponto mais polêmico do texto se refere às Áreas de Preservação Permanente (APPs). O texto aprovado pela Câmara autorizava "a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008". Para os imóveis rurais em áreas consolidadas de APPs ao longo de rios com largura de até 10 metros, o texto assegurava a manutenção das atividades rurais existentes, com a obrigatoriedade de recomposição de uma faixa de 15 metros, independentemente do tamanho da área.

Todo o artigo que tratava do assunto foi vetado e substituído por regras instituídas pela MP 171. Para atender a parte dos movimentos sociais do campo, influentes no PT, o governo restabeleceu regras variáveis, menos rígidas para propriedades menores.

O movimento pelo veto total mostrou o grau de irracionalidade a que - por iniciativa de ativistas da área ambiental e por erro político de outros interessados no tema -

chegou o debate desse tema essencial para se estabelecer limites às atividades de um segmento indispensável para garantir a alimentação dos brasileiros, a produção de componentes de bens essenciais à vida moderna e a obtenção de saldos crescentes no comércio exterior. Ao contrário do que afirmam muitos ambientalistas, produção agropecuária e equilíbrio ambiental não são conflitantes.

Indiscutivelmente, há que haver regras para assegurar esse equilíbrio. Foi o que a Câmara procurou fazer, ao rever o texto anteriormente aprovado pelo Senado.

Mas, como apontam com sensatez muitos dirigentes rurais, o reflorestamento na forma exigida pelos ambientalistas, e parcialmente adotada pelo governo em sua nova proposta, imporá altos custos aos produtores, sobretudo os de maior porte. O ônus adicional à atividade do agronegócio afetará sua eficiência, que tem sido essencial para assegurar sua crescente produtividade e seus resultados econômicos, com os quais tem assegurado os bons números da balança comercial nos últimos anos.

Embora possa resultar em desgastes para o governo, o fato de o Congresso dispor de um prazo razoável para discutir a nova MP, podendo adiar sua decisão para depois de encerrada a Rio + 20 (a conferência terminará no dia 22 de junho), pode dar mais racionalidade ao debate.

E#8

Não foi por falta de aviso

O ditado "quem sabe faz, quem não sabe ensina" é cruel com os professores, mas parece aplicar-se à presidente Dilma Rousseff. Ao receber o rei Juan Carlos da Espanha, anteontem, ela receitou uma "ação coordenada e solidária" para a superação da crise que sufoca as economias europeias. No entanto, a sua receita para a contração da economia brasileira - centrada no estímulo ao consumo - revelou-se um equívoco. A reprodução da bem-sucedida fórmula do então presidente Lula contra a contaminação do Brasil pelo colapso do sistema financeiro dos Estados Unidos, a partir da quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, em 2008, ignorou o óbvio: a impossibilidade de promover o crescimento duradouro da economia com medidas puramente paliativas.

Incentivar o gasto das famílias mediante uma política agressiva de expansão do crédito e de retração das taxas de juros, e ainda recorrendo a incentivos fiscais para reativar as compras de carros, é um pobre substituto para o desatamento dos nós estruturais que bloqueiam o desenvolvimento do sistema produtivo, em particular da indústria, e inibem o investimento privado.

A prova está nos acabrunhantes números do desempenho da economia no primeiro semestre: crescimento do PIB próximo da estagnação, com acréscimo de 0,2% em relação aos três meses anteriores e de 0,8% em relação ao mesmo período de 2011. A realidade não só mandou para a proverbial lata de lixo da história a fantasiosa meta original do governo para este ano (4,5%), como também deixou em xeque a expectativa oficial, significativamente mais modesta, de repetir os 2,7% do ano passado.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, pode até ficar rouco de tanto repetir que fixar-se naqueles números equivale a "olhar pelo retrovisor", mas parece ignorar que o ritmo da atividade depende em larga medida das expectativas dos agentes econômicos. E elas descem a ladeira.

No mesmo dia em que a presidente dizia ao rei como os governos europeus devem lidar com a crise, o Banco Central divulgou o seu mais recente levantamento das projeções de uma centena de instituições financeiras sobre o comportamento da economia no ano. O prognóstico médio caiu de 2,99% para 2,72% (e, pior ainda, de 1,58% para 1,15% no caso da indústria). Mais soturnas são as previsões de empresas de grande porte citadas pelo jornal Valor. Entre essas, fala-se em ominosos 2%, com um décimo de ponto porcentual para cima ou para baixo.

É pedir demais ao consumidor brasileiro que reverta essa tendência. Mesmo com nível de emprego em patamar satisfatório, o endividamento familiar é um limite intransponível à capacidade aquisitiva da população, sobre a qual paira já a ameaça da inadimplência.

Em maio, o indicador de dívidas não pagas cresceu 4,3% em comparação com o mesmo mês de 2011. É a 15.^a elevação em 16 meses. Some-se a isso a dificuldade do setor produtivo - por falta de inovação e por baixa produtividade, entre outros fatores - de competir com o exterior na oferta de bens à altura das novas exigências do público.

A presidente pode dizer o que queira, menos que não foi avisada a tempo. Não é de agora que vozes credenciadas apontam para os pés de barro do monumento emergente brasileiro: a infraestrutura desesperadamente necessitada de modernização, a insuficiência de investimentos e a perversidade do sistema tributário.

Para promover a titular da Casa Civil que escolhera para lhe suceder, o presidente Lula fabricou o pretensioso PAC, cujas píffias realizações atestam a cada dia a continuada incompetência gerencial dos dois governos. Tentando superar o problema que ela permitiu que se eternizasse, Dilma convocou na segunda-feira uma reunião de emergência com 9 de seus 39 ministros e outras autoridades. Cobrou deles "um choque de gestão" para acelerar a execução dos projetos prioritários de sua alçada. De março para abril, os investimentos públicos totais caíram 8,5% - já não bastasse que a parte do leão do desembolso estatal corresponda aos subsídios ao programa Minha Casa, Minha Vida.

A presidente teve a coragem de enfrentar a barreira dos juros altos e, para isso, mexer na poupança. Tenha agora a força de pôr o governo a trabalhar.

E#9

Discurso não resolve crises

Quando mais se espera que, não podendo mais deixar de reconhecer o tamanho dos problemas, o governo Dilma adote um plano articulado para debelar os efeitos mais nocivos da crise mundial sobre a economia brasileira, o que se vê é a repetição do que tem feito até agora, sem resultados concretos: vender otimismo, ameaçar os pessimistas e construir um cenário cada vez mais distante da realidade. Utilizam-se promessas para enfrentar problemas.

Embora tivesse demonstrado, no início da semana, grande preocupação com a situação - sobretudo depois da constatação, pelo IBGE, da estagnação da economia no primeiro trimestre -, a ponto de convocar uma reunião de emergência com os principais ministros e auxiliares da área econômica para decidir ações imediatas, na terça-feira a presidente Dilma Rousseff parecia ter descoberto um novo quadro econômico. Na sua avaliação, a expansão da economia em 2012 não será menor do que a registrada no ano passado (quando o PIB cresceu 2,7%), como está sendo previsto pela maioria dos economistas do setor privado, porque o governo vai lançar mão dos instrumentos necessários para estimular os investimentos e sustentar o crescimento do consumo.

"Quem aposta na crise, como (fez) há quatro anos, vai perder de novo", profetizou Dilma, na solenidade do Dia Mundial do Meio Ambiente. Repetiu a bravata feita pelo presidente Lula em 2009, que disse que quem apostasse que a crise internacional iniciada no ano anterior quebraria o Brasil acabaria "quebrando a cara". O País, disse Dilma, tem um "arsenal de providências" que podem ser colocadas em prática. "Sistematicamente, tomaremos medidas para expandir o investimento público, estimular o investimento privado e o consumo das famílias."

É o que se espera que seja feito, mas de maneira eficiente. Em tese, esse tripé sustentará a atividade econômica e propiciará o crescimento mais rápido dentro de algum tempo. Mas, na prática, há superdimensionamento de um dos pés e atrofia dos outros dois. O que o governo tem feito com grande insistência é estimular o consumo, por meio da ampla oferta do crédito, a juros menores. É uma política cuja eficácia está limitada pela capacidade de endividamento das famílias e pela disposição dos bancos de emprestar. O aumento do comprometimento da renda das famílias com despesas financeiras e o crescimento dos índices de inadimplência indicam que essa política terá efeitos cada vez menores.

As incertezas do cenário internacional e os impactos da crise na economia brasileira paralisaram os investimentos privados. Por isso, é o momento adequado para o governo utilizar seu "arsenal de providências" e acelerar os investimentos públicos. Até agora, porém, o governo Dilma mostrou pouca aptidão para isso. Os investimentos federais neste ano são os menores dos últimos três anos (para o período janeiro-maio), como mostrou o Estado, ontem.

Demonstrando despreocupação com o quadro econômico, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a economia registrará em maio e junho índices de

crescimento "muito maiores" do que em abril e o resultado do segundo trimestre será melhor do que o do primeiro. Na sua avaliação, a economia superou a fase de estagnação e entrou numa rota positiva. "Teremos crescimento do PIB e da produção industrial", destacou, referindo-se ao setor que, em abril, apresentou resultados decepcionantes. Citou a indústria automobilística, que tem grande peso na composição do PIB, e que, na sua opinião, "agora vai crescer mais do que outros setores".

Igualmente sem demonstrar preocupação com o cenário, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, defendeu as medidas adotadas pelo governo para estimular o crédito e o consumo das famílias. Num momento em que caberia à autoridade monetária no mínimo apontar os riscos do contínuo estímulo aos financiamentos quando diminui a capacidade financeira do consumidor e cresce a inadimplência, Tombini tem-se limitado a defender as ações do governo - com o qual mostrou perfeito alinhamento durante a audiência pública na Câmara dos Deputados.

E#10

Mais confusões de Dilma

Mais uma vez a presidente Dilma Rousseff se perdeu num emaranhado de ideias confusas e fora de propósito, desta vez ao falar sobre política econômica em seu discurso no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, na terça-feira. Em outras circunstâncias o palavrório seria apenas engraçado. A graça desaparece, no entanto, quando o País se defronta com uma assustadora crise internacional e a chefe de governo discorre sobre os problemas do crescimento com meia dúzia de chavões de comício. Para começar, misturou duas questões muito diferentes - a incorporação de milhões de famílias pobres ao mercado de consumo e o desafio de remover obstáculos à expansão da economia nacional. Detalhe inquietante: a autora dessa confusão tem um diploma de economista.

O equívoco da presidente é óbvio. A indústria brasileira vai mal, perde espaço tanto no País quanto no exterior, e o emprego industrial diminui, como têm mostrado números oficiais. No entanto, o consumo continua maior do que era há um ano e as importações crescem mais que as exportações. É um disparate, portanto, atribuir os problemas da indústria - mais precisamente, do segmento de transformação - a uma retração dos consumidores. A participação de bens importados no mercado brasileiro de consumo atingiu 22%, um recorde, nos quatro trimestres encerrados em março e essa tendência, ao que tudo indica, se mantém.

Se examinassem o assunto com um pouco mais de atenção, a presidente e seus auxiliares talvez mudassem o discurso. Não há como atribuir os problemas da indústria nem a estagnação da economia brasileira à permanência de um "consumo reprimido" - um fato social indiscutível, mas sem relação com os atuais problemas de crescimento.

A presidente acerta quando atribui a quem tem uma melhoria de renda o desejo de comprar uma geladeira, uma televisão, um forno de micro-ondas. Mas é preciso saber de onde sairão esses bens. Não basta dispor de fábricas para produzi-los. A indústria tem de ser capaz de produzi-los com preços e qualidade compatíveis com os padrões internacionais. Recorrer ao protecionismo é apenas uma forma de empurrar o problema para a frente e - pior que isso - de abrir espaço para problemas adicionais, como a elevação de preços e a estagnação da capacidade produtiva. Muitos brasileiros devem ter aprendido essa lição. A presidente parece tê-la esquecido.

Há uma enorme diferença entre barrar a competição desleal e recorrer ao mero protecionismo. Isso vale para geladeiras, televisores e camisas, mas vale também para equipamentos e componentes destinados a programas de investimento conduzidos pelo governo ou por ele favorecidos. Ao defender a exigência de índices mínimos de nacionalização para certas atividades, a presidente insiste numa política perigosa, muito boa para os empresários amigos da corte, mas muito ruim para o País.

Apenas de passagem a presidente Dilma Rousseff mencionou a questão realmente séria - a dos investimentos e da capacidade produtiva. Mas, ao contrário de sua tese, há algo mais, no custo do investimento brasileiro, do que a taxa de juros. Há também uma tributação absurda, ao lado de uma porção de outros fatores de ineficiência.

Um desses fatores, visível principalmente nos investimentos públicos, é a baixa qualidade da gestão governamental. O governo, disse a presidente, continuará a investir - uma declaração um tanto estranha, porque ninguém se opõe à aplicação de recursos públicos em obras de infraestrutura, hospitais, escolas e outras instalações indispensáveis. Ao contrário: cobra-se das autoridades mais empenho na elaboração de bons projetos, na execução das obras e no uso mais eficiente - e mais cuidadoso - do dinheiro público.

Como gerente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, depois, como chefe de governo, a presidente Dilma Rousseff se mostrou deficiente em todos esses quesitos. A paquidérmica lentidão do PAC é notória e inflar os resultados com os financiamentos habitacionais - como acaba de ser feito - é só uma forma de enfeitar os relatórios. Fora do governo, poucos têm motivo para aplaudir esse programa. Entre esses poucos estão os donos da inidônea construtora Delta.

E#11

A crise que Dilma não vê

Em mais um esforço para desencalhar a economia nacional, a presidente Dilma Rousseff convocou os governadores e ofereceu-lhes financiamento e facilidades fiscais para investir. O País só escapa de uma crise mais grave, neste momento, porque as famílias ainda consomem - ninguém sabe até quando - e o governo federal continua gastando, embora com a ineficiência costumeira. A indústria vai mal, o nível de emprego nas fábricas é menor que no ano passado e o setor de serviços, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), começa a fraquejar. A agricultura, mesmo com pequena redução nas safras de grãos e oleaginosas, continua garantindo um abastecimento tranquilo. Além disso, o agronegócio garante algum superávit no comércio exterior, enquanto o conjunto das exportações empaca e as importações ocupam fatias crescentes do mercado interno. Apesar disso, a presidente se permite bravatas. A economia brasileira está no aquecimento e no fim do ano ganhará medalha pelo Produto Interno Bruto (PIB), disse ela num encontro com atletas classificados para os Jogos Olímpicos de Londres.

Mas não há sinal desse aquecimento. Com o aumento de 0,2% entre março e abril, o índice de atividade econômica do Banco Central (BC), divulgado na sexta-feira, continua inferior ao de dezembro e praticamente igual ao de um ano antes. A FGV reduziu de 3% para 1,8% sua projeção de crescimento do PIB em 2012. Na semana passada, a pesquisa Focus, do BC, realizada com instituições financeiras e consultorias, apontava uma previsão de 2,5%. Um mês antes, o crescimento estimado era de 3,2%.

Não só a presidente se permite bravatas. Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a ação dos governadores deverá somar-se "ao esforço do governo federal para ampliar seus projetos de investimentos. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem batido recordes, disse o ministro na sexta-feira, ao divulgar as medidas de financiamento aos Estados.

Houve, de fato, um recorde nos desembolsos do PAC orçamentário, financiado diretamente pelo Tesouro Nacional: R\$ 14,2 bilhões até maio, 45% mais que em igual período de 2011. Mas R\$ 13,2 bilhões foram restos a pagar. Além disso, o aumento dos desembolsos dependeu essencialmente da liberação de recursos para o programa Minha Casa, Minha Vida, isto é, de financiamentos habitacionais. Esses créditos, R\$ 7,4 bilhões, corresponderam a 55% dos pagamentos do PAC no período.

Pode-se discutir se é correto classificar como investimentos os desembolsos para a compra de casas, mas agora o ponto mais relevante é outro. O programa habitacional serve a mais de um propósito, mas outras ações são necessárias, com urgência, para aumentar o potencial de crescimento econômico do País.

O ministro da Fazenda e a presidente da República mostram-se preocupados com o impacto da crise internacional, mas parecem desconhecer ou menosprezar a questão mais grave: a enorme coleção de ineficiências da economia brasileira, a

começar pela baixa qualidade da gestão pública, pelo mau uso dos pesados tributos recolhidos em todos os níveis de governo e pela incompetência da maior parte da administração indireta. Um dentre muitos exemplos: a estatal Valec precisará gastar pelo menos R\$ 400 milhões para corrigir defeitos da Ferrovia Norte-Sul, um investimento já muito atrasado. Não adianta contabilizar valores investidos, se o dinheiro for mal aplicado.

Diante da crise, o governo reage como se os problemas de crescimento do Brasil fossem conjunturais. É um equívoco. A crise global apenas agrava uma situação já muito ruim. Mesmo sem recessão no mundo rico e desaceleração na China, a indústria brasileira teria dificuldade para competir com fabricantes menos onerados por impostos absurdos, favorecidos por infraestrutura melhor e fortalecidos por políticas educacionais e tecnológicas muito mais eficientes - para mencionar apenas algumas diferenças. O apoio financeiro aos governos estaduais poderá ter algum efeito conjuntural. É preciso mais que isso para aumentar o potencial de crescimento e garantir uma expansão continuada por vários anos.

E#12

CNI corrige as distorções

Ao afirmar que o Brasil vive uma realidade "nunca antes vista" - pois é composto de pessoas alegres e felizes e trilha um caminho diferente do percorrido pelos países europeus, que o levará a se "transformar em uma das maiores nações do mundo" -, a presidente Dilma Rousseff demonstrou, mais uma vez, que vê a situação do País de modo diverso da maioria dos brasileiros, cada vez mais atormentados pelos efeitos da crise mundial sobre suas vidas.

Dê-se um certo desconto aos exageros verbais da presidente, pois ela discursou no clima de festa política que marcou a cerimônia de batismo da Plataforma P-59 da Petrobrás na Bahia. Com certo tom de nostalgia, ela aproveitou a ocasião para homenagear seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva - lembrado também por expressões frequentemente empregadas por ele - por sua "teimosia" em demonstrar que o País pode produzir equipamentos como o que estava sendo batizado. Na essência, porém, seu pronunciamento na Bahia repete o que ela vem dizendo há tempos e que mostra sua baixa capacidade de percepção do que acontece e dos poucos e praticamente imperceptíveis efeitos das medidas que seu governo vem adotando para reativar a economia.

Além da valorização do dólar, que encarece as importações e estimula as exportações, ela citou novamente a redução dos juros e apontou para a possibilidade de redução de impostos, como importantes estímulos para o consumo da população.

A maior dificuldade que a economia brasileira enfrenta e que vem contendo seu desempenho, no entanto, não é a demanda em baixa, como entende o governo, que, por isso, concentra seu esforço em medidas que a estimulem. A crise está acentuando uma conhecida deficiência estrutural para a qual o governo - perdido no emaranhado de ações de curto prazo - não dá nenhuma atenção: a baixa competitividade, sobretudo do setor industrial, que abre espaços para a entrada crescente de produtos importados no País e dificulta a reação do setor produtivo.

Ao destacar esta característica dos problemas atuais do País, o Informe Conjuntural da Confederação Nacional da Indústria (CNI) reconhece que as medidas do governo de apoio à demanda, em especial as de natureza fiscal (redução de impostos sobre determinados produtos e aumento de gastos públicos em alguns setores), embora possam ter algum efeito sobre a atividade econômica, "se mostram insuficientes para conter o processo de desaquecimento e iniciar um novo ciclo de crescimento e de retomada da atividade industrial".

O resultado, por isso, não poderia ser diferente do que é apresentado no Informe. A CNI reviu para baixo suas principais projeções. Até o Informe anterior, ela previa que, em 2012, o PIB crescerá 3%, um pouco acima do resultado de 2011 (aumento de 2,7%). Agora, prevê crescimento de, no máximo, 2,1%. Para o PIB industrial, a previsão foi reduzida de 2% para 1,6%. A redução mais acentuada foi para os investimentos produtivos. Note-se que, para o PIB alcançar o crescimento previsto pela CNI, será necessário que o desempenho da economia no segundo semestre seja bem melhor do que no primeiro.

O que pouco ou nada funcionou até agora perderá eficácia, pois dados recentes mostram alto nível de endividamento das famílias e aumento dos índices de inadimplência, o que desestimula o consumo.

"É necessário aproveitar essa oportunidade para promover um choque de competitividade que induza a um aumento substantivo na taxa de investimento", recomenda a CNI. Para isso, o governo deveria concentrar esforços na expansão dos investimentos em infraestrutura - na maior parte de sua responsabilidade -, o que reduziria os custos de transporte e logística e aumentaria a eficiência do setor produtivo. Na parte política, administrativa e institucional, deveria reduzir a burocracia, melhorar o sistema tributário, estimular os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e reduzir os custos trabalhistas, entre outras medidas. No entanto, quando consegue enxergar a realidade, o governo não vê além do curto prazo.

E#13

A bronca errada de Dilma

Em mais um surto de mau humor, a presidente Dilma Rousseff prometeu punir empresas beneficiadas com incentivos fiscais e outros favores concedidos pelo governo, se houver corte de pessoal. A ameaça foi feita em Londres, onde a presidente assistiu, na sexta-feira, à abertura dos Jogos Olímpicos. Enquanto prepara mais um pacote de incentivos, o governo manda um recado aos empresários: só terá direito à ajuda federal quem se comprometer a preservar empregos e, em certos casos, a cumprir um programa de investimentos. As cobranças surgiram quando a imprensa noticiou a possível demissão de 1.500 trabalhadores da General Motors em São José dos Campos. Mas o recado sobre a exigência de contrapartidas vale, em princípio, para todos os setores premiados com as atenções do governo central. É cedo para dizer se essa pressão resultará no efeito prometido pelas autoridades. Mas pode-se fazer com segurança pelo menos uma previsão: novos pacotes produzirão efeitos muito limitados, se forem restritos a alguns setores e insuficientes para afetar a produtividade geral da economia brasileira. Favores a grupos e a segmentos empresariais eleitos pelos governantes são muito diferentes de políticas industriais e de planos de desenvolvimento.

Terminará em 31 de agosto o prazo da redução do IPI concedida ao setor automobilístico e aos fabricantes da chamada linha branca. Há expectativa de renovação, segundo fontes empresariais, mas há uma nova incerteza, também, diante das novas cobranças. Governo e indústria poderão discutir se os investimentos já realizados foram satisfatórios, mas o debate será certamente tão inconclusivo quanto inútil, porque o foco estará no ponto errado.

Ao mencionar a apresentação de novas medidas, em agosto e em setembro, a presidente Dilma Rousseff referiu-se à continuação de um "programa contracíclico". O uso dessa expressão é esclarecedor. A presidente e seus ministros econômicos parecem ter alguma dificuldade para estabelecer a distinção entre ações contracíclicas e medidas de política industrial ou, mais amplamente, de política de competitividade. A confusão é evidente no impropriamente chamado Plano Brasil Maior. A maior parte das ações anunciadas a partir do ano passado tem alcance meramente conjuntural. São medidas de efeito muito limitado, tanto por seu alcance meramente setorial quanto por seu caráter provisório.

Os grandes obstáculos ao crescimento econômico brasileiro, no entanto, são de outra natureza. Não são meramente conjunturais nem se resolvem com a mera depreciação cambial. Se for muito ampla, essa depreciação até poderá maquiar algumas ineficiências da economia nacional, mas de nenhum modo as eliminará. Demonstra visão curta quem insiste em calcular a sobrevalorização do real sem levar em conta as deficiências estruturais do País e as mais importantes vantagens competitivas de outras economias (boa formação escolar, infraestrutura mais completa e melhor, mais inovação, tributação mais racional e assim por diante).

A prometida redução de custos da eletricidade é uma das poucas medidas de alcance estrutural prometidas até agora. De fato, é até difícil lembrar de outras, exceto se a "política cambial ativa" e a redução dos juros forem incluídas nessa

categoria. Além do mais, o barateamento do crédito terá alcance restrito, se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) continuar empenhado em financiar prioritariamente grandes empresas - incluída a Petrobrás -, normalmente comprometidas com grandes investimentos e com acesso fácil às fontes internacionais de recursos.

As ações até agora desenvolvidas pelo governo federal têm alcance limitado como políticas contracíclicas, como comprovam a estagnação da indústria e a rápida erosão do saldo comercial. Têm alcance ainda mais limitado como componentes de uma estratégia de modernização e de crescimento. Se percebesse esses fatos, a presidente Dilma Rousseff reservaria suas broncas a seus estrategistas econômicos, antes de dirigir sua braveza ao setor empresarial.